

**o difícil direito de morar
CAETANO CONTRA A SANTA INQUISIÇÃO
investidor é joguete na bolsa**

CRÍTICA

Ano 2/Nº 55

25/31 de agosto de 1975

Cr\$ 4,00

**UM
DEPOIMENTO
EXCLUSIVO
PARA
CRÍTICA**

**GLAUBER:
O GRITO DO
3º MUNDO**

Os estudantes

Crítica

A representação estudantil da Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências de Saúde (FCS), agradece-lhes enormemente pela assinatura que nos concederam. Isto nos provou que esse jornal, desde seu primeiro número há exatamente um ano, vem defendendo e informando na medida do possível e às vezes até impossível o interesse do povo genuinamente brasileiro.

Aproveitando a oportunidade queremos congratular e parabenizá-los por este primeiro ano de tão rica atividade, de árdua luta, mas que esse semanário soube e está sabendo enfrentá-la com os mais honrosos bríos.

Acreditamos que a utilidade

que vocês nos prestaram neste momento, serve para mostrar o interesse de Crítica em esclarecer o povo brasileiro. Sabemos que seus problemas e os nossos se equiparam, pois é de conhecimento de todos a falta de liberdade de expressão e opinião em que vive o povo brasileiro. Reiteramos mais uma vez os nossos votos de protesto e grande estima, parabenizando-os pelo primeiro ano de grande atividade.

Sílvio Carlos Duarte
MDE/UnB

Carlos Geraldo Megale
MDC/UnB

Brasília - DF.

O caminho
de
Moçambique

tenho acompanhado, desde o lançamento de seu primeiro nú-

mero, o jornal Crítica. Em um dos números recentes, li a reportagem sobre a independência de Moçambique, que me chamou atenção e interesse especial. Na referida reportagem, em seus parágrafos finais, a repórter narrava da necessidade desse país de técnicos, nas mais variadas atividades, para a sua atual conjuntura.

Isto me interessou, e o motivo pelo qual estou escrevendo, é no sentido de solicitar melhores e mais detalhadas informações sobre este assunto ou por outro lado, onde mais diretamente devo me dirigir. Na certeza de sua atenção, desde já meu muito obrigado.

Atenciosamente

José dos Reis
Porto Alegre - RS.

(Moçambique não tem, pelo me-

nos por enquanto, representação diplomática no Brasil. O leitor poderia entrar em contato com representantes de Organização de Unidade Africana em Brasília, ou, num caminho mais fácil, procurar o consulado de Portugal em Porto Alegre).

Em defesa

dos
animais

A Última Hora do dia 25/07/75 publicou várias notícias importantes, e entre elas, uma me chamou atenção. Trata-se do elefante Bruma que matou o dono do Zoológico da Vila Guilherme. A elefanta é considerada assassina porque matou 5 pessoas, aliás quase todos exploradores de animais, pelo menos os donos de circo...

O homem, antes de tirar um animal do seu habitat, deveria colocar-se no lugar do animal,

isto é, se ele concordaria que alguém o levasse à força de sua residência, da capital para o sertão e lá fosse residir dentro de uma jaula. Quase todos que lerem esta carta acharão que os animais estão aqui para serem empurrados, caçados, pisoteados e maltratados pelas pessoas que não têm o mínimo de respeito para com a natureza e seus habitantes.

A elefanta Bruma é um dos muitos injustiçados animais, ao meu ver. É possível que o objetivo do ex-dono do Zoológico fosse de amenizar o sofrimento da elefanta, mas o mesmo não tem capacidade de raciocinar como os seres humanos.

Sou de opinião que todos têm o direito de conhecer os animais, mas através de filmes. É triste ver um animal dentro de uma jaula, andando sem parar de um lado para outro... Se as pessoas ainda tivessem capacidade de ouvir as vozes dos animais nunca mais iriam ao Zoológico. Os animais sofrem com a presença das pessoas, principalmente aos domingos, quando os menos esclarecidos seres humanos vão tirar o pouco que ainda resta aos tristes detentos animais. Aliás, detentos sem serem assassinos.

Uma das causas pelas quais as crianças não aprendem a respeitar os animais é a de ver animais presos sem o menor motivo e sem a menor consideração.

Faço um apelo aos senhores representantes dos países da Índia e da África no sentido de aceitar a elefanta e mandar para seu país, dar um pouco de alegria a um triste animal.

Ermírio Barboza de Oliveira
São Paulo - SP

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO
DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erivan França

CHEFE DE REDAÇÃO
I.L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativo
T. C. Santos

PAGINAÇÃO:
Maria José da Silva
CAPA: Wagner

PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS	
- Brasil: um ano	Cr \$ 200,00
6 meses	Cr \$ 100,00
- Exterior: um ano	US\$ 50,00
6 meses	US\$ 30,00

- Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Abril S/A - Cultural e Industrial
Rua Emílio Goeldi, 545/747
São Paulo - SP

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395

Depois da tanga, Ipanema anuncia a sua próxima atração.



O Everest Rio Hotel é a nova moda que Ipanema lançou para você usar de inverno a verão. Cada um de seus 176 apartamentos possui ar condicionado, mini-bar, telefone, televisão e música ambiente. A piscina e o "Garden Bar" estão na cobertura, para você apreciar uma das mais belas vistas de que se tem notícia: a praia de Ipanema de corpo inteiro, o Leblon, a Lagoa e o Corcovado.

O restaurante "La Casserole" e o coffee shop "La Crema" são duas outras atrações tentadoras. O Everest tem ainda serviço de sauna, fisioterapia, ducha e massagem dois salões sob medida para festas e reuniões e tudo o que você pode esperar de um hotel de nível internacional. Na sua próxima vinda ao Rio venha conhecer o Everest. Um hotel à altura das boas coisas de Ipanema.

everest rio hotel

O hotel com o charme de Ipanema.
Rua Prudente de Moraes, 1117 - Tel. 287-8282 - Ipanema - Rio de Janeiro

JÁ INAUGURADO
A mais nova opção
em Hotel

O COMUNISMO E O PROCESSO POLITICO

OS INQUIETANTES acontecimentos de Portugal e as convenções partidárias da Arena e do MDB em todos os Estados brasileiros marcaram a vida política da última semana. Distantes entre si, essas duas ocorrências sugerem, entretanto, uma lição comum. Conversando, recentemente, com um amigo brasileiro, o estadista alemão Willy Brandt revelava suas apreensões, provocadas pelo quadro português, diante de todos os regimes de ditadura, diante de todos os sistemas de governo fundados no cerceamento das liberdades democráticas. Para o ex-chanceler alemão, as ditaduras e os duros regimes de direita, de um modo geral, são o caminho mais curto para a chegada do comunismo ao poder.

Vítimas de sua própria incompetência histórica e de sua mediocridade política e cultural, os dirigentes dos regimes de exceção acabam sendo os mais eficientes aceleradores da conquista do poder pelo comunismo, exatamente pelo fato de enxergarem marxistas em toda parte e de suprimirem as liberdades políticas em nome da luta contra o comunismo. A advertência de Willy Brandt, apontando o exemplo de Portugal, lembra que as ditaduras, os regimes de exceção, por mais que pretendam durar, um dia terminam caindo. É uma fatalidade da roda da história, e até o nazismo, que empolgou o mais gigantesco complexo policial-militar de todos os tempos, e que jurava durar mil anos, esfarelou-se no curso de uma década.

E o que ocorre, quando cai um regime de exceção – é ainda Willy Brandt quem insiste – é que a nação se defronta com um vazio, em que nenhuma organização partidária dispõe de quadros para a ocupação do poder. Nenhuma, a não ser o partido comunista, cujos fiéis seguidores se habituaram, como os cristãos dos primeiros tempos, a viver nas catacumbas. O funcionamento dos quadros organizados é mais eficiente do que a expressão numérica das bases. Aí está o caso de Portugal, onde o aguerrido partido do sr. Cunhal, com apenas 12% dos sufrágios populares, está disputando com vantagem a batalha pela ocupação do poder, contra agremiações numericamente muito mais poderosas.

Como se sabe, os quadros comunistas, que eram os únicos capazes de organizar-se na clandestinidade da longa noite salazarista, arriscando-se à prisão, ao degredo e à morte nas câmaras de tortura da PIDE, ocuparam, no primeiro momento da queda da ditadura, os postos de comando em todo o país, desde as coletorias das aldeias e os cargos das professoras primárias, até as redações dos jornais, dominadas pelos comitês de gráficos. O resultado é a intransigência do sr. Cunhal, condenada, inclusive, pelos partidos comunistas mais experientes da Europa, como os da Itália, da França e da Espanha, que defendem a etapa de uma instituição política pluralista.

De certa forma, estamos em Lisboa, diante de um infantilismo episódico da esquerda, que decorre do primarismo permanente da direita, castigada merecidamente pela esparrela que se armou para si mesma, ao impedir, em nome do horror ao comunismo, a plena liberdade partidária. Os que esbravejam contra o que chamam “a entrega de Portugal ao comunismo” não devem queixar-se do sr. Cunhal e, muito menos, da União Soviética. Devem queixar-se, isto sim, do falecido sr. Salazar que, depois de cinquenta anos de regime de exceção, de censura à imprensa, de perseguições políti-

cas, de proscrição dos partidos, deixou ao único deles – o Partido Comunista – a capacidade de sobrevivência.

Willy Brandt, que estende os mesmos receios com relação à Espanha, depois da queda de Franco, amplia suas apreensões a todos os demais países em que o livre exercício dos direitos políticos está estrangulado pelas ditaduras declaradas ou disfarçadas que infestam este sofrido planeta, inclusive e sobretudo na América Latina.

E É AQUI que entre a conotação da convenções do MDB e da Arena realizadas em todos os Estados brasileiros nesta semana. Também aqui se dissolveram, em época ainda recente, os partidos políticos que começavam a incorporar a consciência democrática do povo. Criaram-se duas agremiações por decreto, talvez na suposição de que elas iriam apenas convalidar o tipo de regime que as engendrara. As reservas da vocação democrática deste país, porém, parecem capazes de respostas inesperadas. E os dois partidos, criados artificialmente, “contra naturam”, acabaram assumindo – pelo menos o partido da oposição – o caráter de legitimidade que o povo lhes foi aos poucos conferindo. Como naquela passagem de Pascal, em que o homem é sempre capaz de inventar e reinventar sua própria natureza, quando fenômenos inumanos e anti-históricos dela o pensam privar definitivamente.

Pois as convenções realizadas em todo o país no último domingo, trazendo às capitais dos Estados os representantes de todos os municípios do interior e provocando a eleição de lideranças regionais, para a formação dos Diretórios e das Executivas, resplandecem como um testemunho de que o povo brasileiro está aderido à vontade natural de influir nos destinos do país.

Até mesmo os episódios de tumulto em que se desenrolaram alguns desses encontros vieram caracterizar um desejo e um compromisso – o desejo e o compromisso de recolocar o poder nacional em sua única fonte legítima – o povo – do qual emana, segundo a constituição, todo o poder.

E POSSÍVEL que o partido situacionista não tenha chegado ainda a esse estágio de amadurecimento cívico demonstrado pelo MDB, e isto, exatamente porque, como no âmbito nacional, muitas das seções da Arena nos Estados toldaram a limpidez de suas convenções com escolhas feitas do alto, por delegados de comandos estranhos à vida partidária. Mesmo assim, porém, na própria Arena, a simples convocação de representantes partidários para a formação de seus quadros dirigentes significou a prática de um rito democrático. E todos sabemos a força dos ritos, sobre os quais a realidade poderá plantar-se e florescer.

Se às vezes temos a impressão de que o processo político brasileiro é uma ilha cercada de impossibilidades por todos os lados, não podemos deixar de saudar o sinal de vida que a nação pôde captar, através das convenções partidárias, no organismo aparentemente morto de nossa realidade política.

Quanto aos que têm horror ao comunismo e vêem sua sombra nas legítimas articulações partidárias a que se entrega o povo, fica-lhes a advertência de Willy Brandt e do processo português. Fechem tudo, e um dia terão o seu Cunhal, se é isto que querem. Dêem liberdade ao povo, e poderão ver o país florescer numa fecunda e pacífica etapa de pluralismo democrático.

A CARTA DO SENADOR

Senhor de inegada vivência política, respondendo aos deveres que lhe impõem o patrimônio que, no particular, herdou do pai, o conselheiro Luiz Viana, que se inscreveu na história da Bahia como liderança afirmativa e autêntica, o senador Luiz Viana Filho ofereceu ao país um documento que tem suas raízes no exemplo do comportamento político do conselheiro que, como o filho, também foi governador da boa terra.

Sabendo resguardar o prestígio eleitoral, recordando-nos da sua posição há pouco mais de 40 anos quando integrante da Concentração Autonomista da Bahia, liderada por Otávio Mangabeira, Simões Filho, Seabra e outras figuras eminentes do quadro baiano da época que fazia oposição ao então interventor Juracy Magalhães. Apesar da existência de respeitáveis e destacadas lideranças políticas, de altíssima nacional, sabia-se que dois nomes se sobressaíam na oposição como detentores de eleitorado capaz de furar o bloqueio do governo. O velho Seabra, com o seabrismo impenitente e fiel, e Luiz Viana Filho, que embora da ala dos mais moços, conservava a tradição histórica do conselheiro. Oposição aguerrida, desassombrada, sabia, entretanto, do nascimento de uma nova força política de indiscutível e atuante presença na vida do Estado e que foi o alicerce para o juracismo que ainda hoje exerce a sua parcela de influência no Estado.

Os vianistas mantinham o fogo sagrado em torno da figura que se projetaria com propriedade para funções mais destacadas, não só, como o pai, governando a Bahia, mas carregando para a sua imagem outros encargos tão ao gosto da visão popular baiana, como o ser professor universitário, escritor e imortal.

Navegando em meio às procelas, sem perder a íntima ligação com as bases, soube adequar-se à renovação dos métodos e processos políticos que se processaram ao correr de mais de quatro décadas, sem alienar-se dos atributos que caracterizam a figura do conselheiro na histórica política da Bahia.

Tais reflexões nos vêm presentes ao terminar a leitura da carta que enviou ao presidente da Arena sobre como entenda deva comportar-se o partido do governo na emergência nacional. Não há dúvida de que nela se identifica um documento da maior significação no momento político nacional, não só pelo que se contém da objetiva análise da realidade partidária, como da autoridade de quem emana. Fiel às origens de afirmação e autenticidade que informam

a personalidade do herdeiro de um patrimônio que pertence ao acervo da história política da Bahia, a carta-documento reflete, em termos gerais, o pensamento real de setores responsáveis, quando afirma, por exemplo, que tem as idéias mais importantes do que os homens, "embora elas jamais se concretizem sem grandes homens".

Partido dos privilégios

Afirmando que a Arena certamente não deve ser o partido dos privilégios e que "partido enfeudado - diz-me a experiência - é partido em decadência", Luiz Viana Filho optou por novos caminhos para a agremiação a que pertence, identificando metas prioritárias para um programa de afirmação partidária adequado aos apelos do nosso tempo.

Não fica na penumbra das meias-verdades, que distorcem maliciosamente o quadro global, afirmando, por exemplo, que as considerações e sugestões que suscita parecem-lhes de alguma utilidade "no momento em que

o partido ainda se ressentido da maior e mais inequívoca revés da sua breve existência, e poderão representar tentativa para restituir a confiança infelizmente desaparecida de nossas fileiras". Alegando que "o inviável é um partido que não logre se comunicar com a Nação" e que "na verdade, ou conseguiremos aproximar o povo da Arena, ou repetiremos 1974", o senador expressou no documento opiniões que revelam posicionamento do qual em alguns casos se possa divergir sem negar, entretanto, autenticidade política sob o prisma arenista.

Há, entretanto, no colocar o problema do comportamento da Arena uma divergência entre o senador e o presidente indicado do partido. Enquanto Luiz Viana Filho expressa de que "não há por que o nosso programa se confundir com o do governo. O nosso programa será um ideal a ser realizado através do tempo.

O do governo é necessariamente limitado pelas possibilidades de próxima efetivação". Francisco Pereira proclama reconhecer a necessidade do partido integrar-se com o executivo, pois "o barco é o mesmo" e a

presidência arenista é "um dos canais de comunicação do governo federal".

Enquanto Luiz Viana Filho adverte que "embora não pretenda contribuir para agravar notórias e graves dissensões, que inquietam a nossa agremiação em alguns Estados da Federação, talvez fosse oportuno, em outras circunstâncias, uma análise profunda para completo conhecimento do que ocorre com prestigiosos correligionários, alguns, segundo é corrente, já inclinados a abandonar as agruras da vida partidária". Francisco Pereira se dispõe a ouvir a todos, porque, segundo disse, "eu quero é somar", o que é uma tarefa árdua diante do quadro retratado pelo senador.

"É urgente, ainda afirma Viana, que a Arena diga ao país o que pretende fazer daqui por diante. Do contrário continuaremos a ser a pedra onde se lavam as amarguras do povo, a começar pela elevação do custo de vida, que a cada dia gera novas insatisfações".

A linguagem do senador revela, de modo categórico, que a posição emdebista no analisar a problemática nacional trás a autenticidade do sofrimento popular, cuja solução deve merecer dos setores responsáveis caminhos mais rápidos, mais urgentes. Há sugestões perfeitamente identificadas com o que vem pleiteando a oposição. Exemplo:

"Precisamos reformular o atual sistema de distribuição de renda, quer no que diz respeito às pessoas, quer no que se refere aos Estados e Municípios. A verdade é termos um sistema no qual os municípios estão pobres e os estados paupérrimos, ambos vivendo da generosidade da União. De tal modo que até se sugere o extermínio da Federação, objeto de tantas lutas e de tantas glórias nos fatos da nossa história". E mais: "Certamente, numa fase em que foi essencial a poupança e o acúmulo de capitais, para a recuperação de uma economia devastada pela inflação e a anarquia, houve que exigir sacrifícios. Atualmente acredito já possível cuidarmos de mais adequada distribuição de renda, não somente a melhoria de salários e uma série de amparos sociais, hoje propiciados pelo governo, mas também profunda modificação do imposto de renda, que deve ser utilizado como adequado instrumento para suprimir as insuportáveis desigualdades existentes. Na realidade há uma

inversão - somente as grandes rendas têm meios de fugir ao fisco. Seja por fruírem isenções, seja pela política dos incentivos fiscais, as grandes rendas do país estão pagando muito menos do que deveriam pagar. O indefeso é o assalariado. Este, pequeno ou grande, não tem como fugir: paga na fonte, adiantadamente. Empregado público, militar, profissional liberal, comerciante, bancário, pouco importa: viveu de salário pago na boca do cofre".

Conciliação nacional

A carta-documento, em linguagem categórica, faz uma análise da situação emergente e propõe caminhos para evitar pontos de estrangulamento.

Referindo-se que "são numerosos os problemas para um partido que aspira a orientar e dirigir a Nação", diz o senador: "Ao apelar para a imaginação criadora do nosso mundo político é evidente haver o presidente Geisel desejado encontrássemos o caminho da conciliação nacional em torno de instituições que assegurem a ordem, a continuidade revolucionária, sem prejuízo dos direitos inerentes aos cidadãos".

Ao transmitir, sem passionalismo, essa interpretação, o representante da Bahia demonstrou a possibilidade da vitalização do diálogo democrático, sem as prejudiciais distorções que tentam a minimização do debate político. Homem de luta, na oposição e no governo, tem demonstrado a necessária acuidade para estabelecer no momento propício os rumos que preservem o desenvolvimento institucional.

O novo presidente da Arena deve ter nesse documento um dos elementos básicos para reformulação do partido que vai dirigir, olhos voltados para a solidificação institucional. O documento é, sem dúvida, um convite ao exame e ao debate do comportamento partidário, que é salutar à prática democrática.

Necessário se faz lembrar a outra advertência do senador quando ele, de outra feita, pedia juízo à classe política. A carta-documento mostra que as reivindicações formuladas, ainda no rescaldo das eleições de novembro, tinham razão de ser. Poderiam ser impetuosas naquela oportunidade, mas nem por isso inverdadeiras ou demagógicas.

A carta-documento é, assim, uma radiografia do país nesta hora, revelada por quem tem autoridade partidária para fazê-la.

Não é o desabafo, como pensam alguns, do preterido à presidência da Arena, porque isso sobre desmerecer o debate atribui qualidades negativas a quem, no particular, não as possui. É uma análise autêntica, fria, objetiva, da realidade brasileira, principalmente sob o prisma do partido arenista.

Não tenhamos dúvida: os elementos históricos nos levam à convicção de que o conselheiro Luiz Viana procederia do mesmo modo, como do seu fetiche e do seu comportamento político.

Fiel, assim, às suas origens, o senador da Bahia entregou ao seu partido um documento vigoroso e autêntico, que não pode ser subtraído ao exame e debate dos seus pares. Eis aí a primeira oportunidade, de profundo alcance, do presidente indicado, de revelar que realmente quer somar, uma operação que beneficie as instituições nacionais.

HUMBERTO AIENCAR



Luiz Viana:
partido enfeudado é
partido em decadência

CRÍTICA

CARTA CONFIRMA O MAR DE LAMA

Este jornal, coerente com os seus deveres para com a opinião pública e a própria moralidade da vida administrativa da Bahia, vem insistindo, há algum tempo, para que seja devidamente apurada a aplicação dos 10 milhões de dólares tomados por empréstimo pelo governo anterior para a realização de obras na estrada Ilhéus-Conquista. O órgão competente para fiscalizar o assunto, que é o Tribunal de Contas do Estado, ainda não se pôde manifestar-se por não se encontrarem concluídas as diligências que mandou efetuar junto ao erba, mas, surpreendentemente, o diretor daquele órgão na gestão passada se apressou a dar publicidade a uma carta recentemente enviada ao Presidente da Assembleia Legislativa, avocando a responsabilidade do desvio dos recursos destinados à obra e negando, de forma altamente comprometedora, fatos óbvios, como, por exemplo, o de que esses recursos, decorrentes de transação efetuada com a imprescindível autorização da Assembleia Legislativa e do Senado, tinham que ser aplicados para fins específicos.

A carta, que bem podemos imaginar como foi escrita porque conhecemos suficientemente os métodos de ação do ex-governador, que aliás, se esconde num ex-auxiliar para não envolver seu nome no escândalo pelo qual é responsável direto, bastando evocar as reiteradas afirmações que fazia de que, em sua administração, só ele mandava e todos obedeciam, é apenas mais uma tentativa de minimizar a gravidade do problema, com explicações que de forma alguma eliminam as responsabilidades do sr. Antonio Carlos Magalhães. Pelo contrário, chegam, mesmo, a agravá-las, não podendo em nenhuma hipótese ser compartilhadas pelas administrações MANTO Júnior e Luiz Viana Filho, maliciosamente envolvidas, uma vez que, mesmo comprovado o emprego dos dólares para fins a que não se destinavam, caracterizada fica plenamente a ilegalidade da aplicação, com grave comprometimento da seriedade da vida administrativa baiana.

Embora ainda não se possa chegar a qualquer conclusão

sobre a procedência das alegações do ex-diretor do erba, o que é atribuição do Tribunal de Contas do Estado, já é possível ressaltar, mais uma vez, com tranqüila e irrecusável certeza, de que estamos diante de mais um caso escandaloso praticado pela gestão ACM, a sublinhar os métodos irresponsáveis largamente usados no último quadriênio na Bahia.

Vamos, porém, por etapas, para que os leitores tirem suas próprias conclusões. No documento que remeteu à Assembleia, o Eng.º Antonio Franco, ex-diretor do Derba, cometeu o absurdo de afirmar que a aplicação dos dólares não estava sujeita a uma finalidade específica. Vamos transcrever o item nº 5 da carta, que é o seguinte:

"Gostaria de acrescentar a Vossa Excelência que o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia e o Banco do Brasil-Panamá não estabeleceu qualquer vinculação específica para a aplicação do empréstimo (cópia do "Acordo" anexa) e que o referido Departamento alocou, no seu Orçamento para o corrente ano, recursos necessários às obras de recuperação e melhoramentos da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista (BR 415). Trata-se, portanto, de uma simples questão de oportunidade no emprego de recursos consolidados em caixa único).

Ora, não só na Mensagem nº 90/74, como ainda no Projeto de Lei 4385/74, o Governador de então solicitava autorização para contrair empréstimo externo no valor de 10 milhões de dólares para destinação específica: recuperação da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, que, em sua opinião, exigia obras urgentes "não só pelo desgaste decorrente do uso prolongado, como pela necessidade de ser transformada em estrada de primeira classe, dando o volume cada vez mais acentuado da corrente de tráfego".

A matéria, que necessitava de aprovação do Senado, foi àquela Casa do Congresso e ali

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei nº 3.310, de 06 de novembro de 1974

Autoriza o Poder Executivo a garantir empréstimo externo a ser contratado pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia - DERBA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, em nome do Estado da Bahia, a garantir empréstimo externo até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, que o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia - DERBA, aqui também devidamente autorizado, irá contrair para aplicação nas obras de recuperação e melhoramento da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista (BR-415).

Artigo 2º - A garantia da liquidação de todas as obrigações decorrentes do empréstimo a que se refere esta Lei, poderá ser constituída através da vinculação das quotas do Fundo Rodoviário Nacional ou da receita decorrente do Imposto de Circulação de Mercadorias, ficando, ainda, o Banco do Estado da Bahia S/A, para a mesma finalidade, autorizado a prestar fiança ou aval.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 06 de novembro de 1974.

Antonio Carlos Magalhães
Assac. Lírio Azeiteiro
Jorge L. da Trêfe

Transcrevemos aqui a própria sanção pelo ex-governador A. Carlos Magalhães, da Lei nº 3310, da Assembleia Legislativa do Estado, que o autorizava a tomar o empréstimo dos 10 milhões de dólares para aplicação nas obras de recuperação e melhoramento da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista (BR-415). Sumidos os dólares, o ex-diretor do Derba explica que não havia "destinação específica". O Decreto acima foi publicado pelo DO de 8/11/1974.

aprovada em Decreto Legislativo de 4 de dezembro de 1974, com a seguinte redação: "Art. 1º - É o Governo do Estado da Bahia autorizado a realizar, através do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia - Derba, operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) ou o seu equivalente em moedas estrangeiras, com financiador a ser indicado sob orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil para ser aplicado nas obras de recuperação e melhoramento da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista - BR-215". (O grifo é nosso).

No relatório do próprio Derba, no item 3, "empréstimos contraindidos no período compreendido entre 15.3.71 até dezembro de 1974, para fins de investimento em construção de rodovias e aquisição de equipamento rodoviário", há seguinte menção: 12.974 - Baneb-Banco do Brasil: BR-215 - Recuperação do trecho Ilhéus-V. da Conquista US\$ 10.000.000,00 e seu equivalente em cruzeiros: Cr\$ 73.950.000,00.

No extrato de conta do Estado no Baneb há ainda, com data de 31.12.74 o lançamento da importância de

Cr\$ 73.550.000,00 (menos Cr\$ 400.000,00 do montante global) com o seguinte histórico: "Valor creditado referente a líquido da operação de empréstimo externo contratado com o Banco do Brasil para aplicação nas obras de recuperação e melhoramentos da rodovia BR-415, trecho Ilhéus-Vitória da Conquista".

Por fim, a Lei nº 3.310, de 6 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 8 daquele mês (aprova da por haver decorrido o prazo constitucional), menciona também, em seu art. 1º que os recursos ali indicados (os 10 milhões de dólares) seriam aplicados "nas obras de recuperação e melhoramento da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista (BR-415)".

Se não bastassem esses fatos, existiria ainda o Ofício nº 505/74 de novembro de 1974, dirigido pelo próprio sr. Antonio Carlos Magalhães à Presidência do Senado Federal, e onde ele dizia o seguinte, textualmente: "... O empréstimo se destina a aplicação nas obras de recuperação e melhoramento da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, BR-415. Conta com autorização concedida por lei estadual cuja cópia faço anexar, bem como o despacho favorável do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com exposição de motivos que me foi submetida pelos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento".

Diante de tudo o quanto foi exposto - documentação, afinal, cuja autenticidade poderá ser comprovada com a maior facilidade por quem de direito - como pôde alegar o ex-diretor do Derba que os 10 milhões de dólares não tinham "aplicação específica"? A estupefação que suas afirmações causam cresce ainda mais diante deste trecho dirigido diretamente ao Dep. Honorato Viana:

"Vê, assim, o ilustre deputado que as especificações levantadas em torno desses já famosos 10 milhões de dólares não correspondem à evidência dos fa-

tos e que só a mais acumplicia- da má fé pode sugerir compor- tamento faltoso ou irregular de quem, como eu, timbrou sem- pre em preservar os melhores interesses do Derba, protegendo-lhe o erário e reali- zando em 4 anos um trabalho efetivo em favor do progresso e do desenvolvimento da nossa terra".

A única coisa que pode ex- plicar tais palavras é, precisa- mente, a pressão de quem deve estar usando o diretor do Der- ba, para proteger-se do escân- dalo, pretendendo abafar-lhe a repercussão através da manipu- lação de um ex-auxiliar. Tudo isto, afinal, é mais do que suficiente para deixar claro quem está agindo de má fé. Não é, evidentemente, o jornal que, veiculando o desejo da opinião pública, exige a presta- ção de contas de um emprésti- mo utilizado para fins nebulos- sos, e sim o Governo que des- viou os recursos e, no emara- nhado dos seus temores, procura, agora, iludir, o povo e as autoridades deste país.

Para concluir, mais uma in- dagação particularmente im- portante: se o dinheiro foi des- viado para outros pagamentos como diz a carta, procedimento em si mesmo ilegal e insólito, a exigir punição, como se ex- plica que o Governador Antonio Carlos Magalhães, ao apagar das luzes, haja assinado, sem concorrência pública, contra- tos no valor de cerca de 1 bilhão de cruzeiros (um trilhão de cruzeiros antigos) para construir uma obra cujos re- cursos já haviam sido gastos? Respondam, se for possível.

Efetivamente, não há mais como esconder: tudo isto é simplesmente o mar de lama do governo passado que aflora e cuja real extensão ainda está por ser apurada. Aos poucos, as nossas denúncias vão-se comprovando em todos os sen- tidos e quem, antes, procurava usar o Poder de todas as for- mas para intimidar-nos e silenciar-nos, hoje esconde-se pressurosamente nos seus ex- auxiliares, por certo temendo a ação anticorrupтора que o Go- verno Geisel vem empreenden- do com determinação e firme- za, com o apoio de todo o povo brasileiro.

Muito mais coisa virá à tona, se houver investigação criteriosa, visando exclusivamente à verdade. E acreditamos que o Tribunal de Contas saberá dar prosseguimento às suas diligen- cias dentro desse clima de ob- jetividade e rigor desejado pelo Governo Federal e indispen- sável ao efetivo saneamento da nossa vida pública. Afinal, na Bahia as máscaras já caíram há muito tempo, mas os corruptos ainda estão impunes.

(TRANSCRITO DO "JORNAL DA BAHIA" DE 19-8-1975)

EX-DIRETOR DO DERBA DIZ ONDE APLICOU OS DÓLARES

Em carta enviada ao deputa- do Honorato Viana de Castro, presidente da Assembléia Le- gislativa, o ex-diretor do Der- ba, engenheiro Antonio Fran- co afirma que os 10 milhões de dólares emprestados pelo Ban- co do Brasil-Panamá ao Derba foram gastos para efetuar os pagamentos referentes aos em- préstimos contraídos pelos ex-Governadores Lomanto Júnior e Luiz Viana, respectivamente.

O documento diz que entre 31 de dezembro de 1974, quando foram recebidos os 10 milhões de dólares, correspon- dentes a 73 milhões e 550 mil cruzeiros, e 14 de março de 1975, o Derba efetuou os paga- mentos de empréstimos num total de 82 milhões e 480 mil 919 cruzeiros e 56 centavos.

Outras dívidas

Além do pagamento dos em- préstimos externos, o Derba, no mesmo período, saldou ou- tras dívidas no valor de 175 milhões e 626 mil cruzeiros e sete centavos.

O ex-diretor do Derba, enge- nheiro Antonio Franco, visitou o presidente da Assembléia Le- gislativa, deputado Honorato Viana, a quem ofereceu os elementos elucidativos sobre o empréstimo de 10 milhões de dólares que o órgão contraiu no exterior.

Pela documentação (relató- rio do período de 1971/75, acordo de financiamento entre o Banco do Brasil-Panamá e o Derba, extrato da conta bancá- ria e relatório do órgão refe- rente ao exercício de 1974).

O deputado Honorato Viana, presidente da Assembléia Legislativa está estudando as contas que lhe foram apresen- tadas pelo ex-diretor do Derba, e assegurou que tão logo con- clui esse exame fará um pro- nunciamento respondendo às denúncias do deputado emede- bista.

Pagamento das parcelas

O engenheiro Antonio Fran- co diz que o pagamento das

parcelas dos empréstimos ex- ternos que o Estado estava devendo das administrações anteriores foi de efeito salutar, pois, além de corresponder a um compromisso assumido, possibilitou em primeiro lugar a liberação pelo Banco do Bra- sil das cotas do Fundo Rodo- viário Nacional, e, segundo adiantamentos do quarto tri- mestre, no valor de 19 milhões e 350 mil cruzeiros, o que não aconteceria se o pagamento fosse postergado. Esta hipótese implicaria na incidência de ju- ros adicionais por dia exceden- te, na retenção das cotas do FRN e em pesados encargos decorrentes da variação cam- bial no período posterior ao vencimento.

Análise dos fatos

O ex-diretor do Derba diz na carta que, "gostaria de acres- centar a Vossa Excelência que o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia e o Banco do Brasil-Panamá não estabe- lece qualquer vinculação espe- cífica para aplicação do em-

préstimo (cópia do "Acordo" anexa) e que o referido Depar- tamento alocou, no seu Orça- mento para o corrente ano, recursos necessários às obras de recuperação e melhoramen- tos da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista (BR-415). Trata- se, portanto, de uma simples questão de oportunidade no emprego de recursos consolida- dos em caixa único".

- Vê, assim, o ilustre deputa- do que as especulações levanta- das em torno desses já famosos 10 milhões de dólares não cor- respondem à evidência dos fa- tos e que só a mais acumplica- da má-fé pode sugerir compor- tamento faltoso ou irregular de quem, como eu, timbrou sem- pre em preservar os melhores interesses do Derba, protegendo-lhe o erário e realizando em quatro anos um trabalho efeti- vo em favor do progresso e do desenvolvimento da nossa ter- ra.

(TRANSCRITO DO DIÁRIO DE NO- TÍCIAS DO DIA 16/8/1975, SALVA- DOR - BAHIA)

MEDRADO DIZ QUE TRIBUNAL NÃO ESTÁ FAZENDO DEVASSA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro José Medrado, disse que as inspeções que estão sendo reali- zadas na Administração Cen- tralizada e Descentralizada do Estado, não têm sentido de devassa.

O Conselheiro argumenta que os técnicos do TCE obedecem à atual filosofia de contro- le externo da administração pública adotada pelas Cortes de Contas do País.

Nota Oficial

A nota do TCE: "O presi- dente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro José Medrado, distribuiu a seguinte nota: "As inspeções e verifica-

ções "in loco" que vêm sendo realizadas na Administração Centralizada e Descentraliza- da do Estado, por técnicos do órgão que presido, não têm nenhum sentido de devassa na gestão do Governo recém- findo. Elas obedecem à atual filosofia de controle externo da administração pública ado- tada pelas Cortes de Contas do País, apoiadas na legislação vi- gente. O maior rigor dessas providências adotadas pelo TC da Bahia no corrente exercício se deve ao fato de que somente agora o nosso Tribunal dispõe de maior número de técnicos treinados para esse trabalho e apoiados numa melhor estru- tura que lhes oferece os meios para um desempenho mais efi- ciente dessa importante tarefa.

A prova mais evidente de que não há nenhum propósito contra o Governo passado é que as inspeções continuam no Governo atual como providên- cia de rotina com a maior receptividade nos diversos ór- gãos da administração estadual.

A atuação do Tribunal de Contas da Bahia, bem assim de outros congêneres do Brasil, tem sido divulgada com desta- que pela imprensa nacional em face dos resultados obtidos no desempenho das suas atri- buições dentro dos princípios de moralidade administrativa preconizados e defendidos pelo Governo Federal.

Está provado que a melhor fiscalização na administração pública não é aquela que se

realiza "a posteriori" e sim a que se efetiva "pari passus" com a execução orçamentária.

Estamos certos de que se os Tribunais de Contas estivessem melhor aparelhados e apoiados há mais tempo, por uma legis- lação mais eficiente, muitos casos de má aplicação dos di- nheiros públicos em todo o País não se teriam verificado".

Este esclarecimento, que po- de ser considerado como um desmentido, foi dado pelo pre- sidente do Tribunal de Contas do Estado em razão das denún- cias feitas contra a administra- ção passada do DERBA, pelo deputado Elquisson Soares do MDB.

(TRANSCRITO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SALVADOR, DO DIA 16/8/1975)

MDB APROXIMANDO O FUTURO



Alceu Colares (c):
a oposição na busca de sua
vocaçao política



Convenção gaúcha:
um programa nacional
para o MDB



Pedro Simon:
presidente regional tem carinho
do povo gaúcho

A Convenção Regional do Rio Grande do Sul aprovou um documento que será apresentado à Convenção Nacional do MDB em setembro, propondo alternativas e novas diretrizes ao programa do partido. O documento res-

salta a "responsabilidade histórica" da reforma constitucional, contraída na eleição de 1974, e pretende transformar esse objetivo no sustento programático das eleições de 1978, quando a oposição quer retornar à praça

pública com uma linha de ação ampliada e aprofundada.

Para o MDB gaúcho, o partido deve operar como um receptor dos anseios coletivos, transformando-os em alternativas concretas da realidade econômica. Foi elaborado por uma equipe de parlamentares, a partir de um esboço do presidente regional, deputado Pedro Simon, e passou pela apreciação e estudos de todos os deputados gaúchos.

Levando o nome de "O MDB aproximando o futuro", parte de uma premissa "básica para qualquer tomada de posição que vise à inserção do MDB na realidade brasileira atual: a vitória da oposição para o Senado, em 1974, quando carrou 14.400.000 votos, sobre um total de 24 milhões". Onde

conclui que o povo "aceitou e sancionou a sua mensagem" e "imprimiu indiscutível legitimidade" às reivindicações que lhe serviram de alicerce.

Para as próximas eleições, em 1978, a direção gaúcha conclui pela "necessidade

inadiável de fixar-se uma linha de ação partidária em nível nacional, caracterizada, por um lado, pela adoção de propostas concretas no sentido da modificação da realidade brasileira e, por outro, pela abrangência dos aspectos institucionais, sócio-econômicos e de organização interna partidária. O MDB gaúcho entende que não poderá ordenar a campanha de 1978 a partir, exclusivamente, das falhas do atual governo, sob pena de arriscar-se ao esvaziamento de sua mensagem".

A campanha deverá fundamentar-se, sobretudo, na apresentação e discussão po-

pular das proposições e modelos através dos quais o partido pretende empreender a transformação da situação nacional.

Arena e MDB realizaram suas convenções regionais em todo o território nacional domingo passado, em clima de ordem e tranquilidade, exceção feita justamente ao Rio, onde os partidários do ex-governador Chagas Freitas tumultuaram a convenção emedebista quando sentiram que a corrente do senador Amaral Peixoto seria vitoriosa com grande vantagem sobre seu opositorista.

Ainda com relação à convenção gaúcha, o deputado Pedro Simon, reeleito para a presidência do partido, distribuiu nota destacando a unidade de seu partido e a atuação da juventude emedebista, cuja força "é algo de concretizado e incontestável na caminhada do MDB pela redemocratização brasileira".

**FAÇA UMA
ASSINATURA
DE CRÍTICA
pelo telefone**

(021) - 242-7395

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584)

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro

DESCONHECEU a cidade antiga, grega e romana, a separação que se tornaria característica do mundo moderno, capitalista e burguês, entre a vida pública e a vida privada, entre a religião e o Estado. Na cidade antiga, há uma vida só, ao mesmo tempo privada e pública, religiosa e política.

Já no século IV antes de Cristo, Aristóteles define o homem como *zoon politikon*, animal político, cuja vida só se pode realizar plenamente no âmbito da polis, da cidade. O homem é o animal político porque é, essencialmente, o animal racional, dotado ou provido dos logos, quer dizer, da razão e da palavra. Na "loquência", ou capacidade de falar do ser humano, encontra-se o fundamento de sua natureza política, pois a palavra supõe o outro, a comunidade humana, que só é humana na medida em que se comunica através da palavra. Se não tivesse com quem falar, se sua existência não implicasse o outro, ou os outros, o homem não precisaria da palavra e não seria consequentemente político. Mas, observa Aristóteles, na Política, "o homem incapaz de ser membro de uma comunidade, porque se basta a si mesmo e não experimenta essa exigência, não faz parte da polis e é, portanto, ou um bruto ou um deus".

A humanidade do homem consiste, pois, de acordo com o Estagirita, na racionalidade, e a racionalidade, por sua vez, consiste na capacidade de utilizar o logos, a palavra significativa, que lhe permite descobrir ou desvelar a realidade, comunicando-se com os outros homens. Viver, para o grego como para o romano, é viver na polis, é participar da vida da cidade. Excluídos da política, assim entendida, acham-se apenas os escravos que, por isso mesmo, não são considerados por Aristóteles seres humanos, mas "instrumentos animados", propriedade do senhor.

NÃO é outra a razão pela qual, para poetas e pensadores como Goethe, Hölderlin e Hegel, a Grécia era o ponto luminoso da história, o paraíso do espírito humano. Ignorando a cisão, a ruptura, entre o indivíduo e a cidade, o grego vivia em harmonia com o cosmo, e a participação ativa nas coisas da cidade, naquelas que os romanos chamariam de *res publica*, coisa pública, era a sua principal fonte de satisfação e de felicidade. Sua "verdade" consistia em saber-se membro ou parte de um todo, no qual se integrava harmoniosamente. O Estado, o poder público, ainda não era algo distante, estranho e hostil, mas a totalidade, que a todos representava e na qual todos se reconheciam, a instância suprema em que se realizava a reconciliação, a síntese do particular e do universal. O espírito do povo, da cidade, não se opunha, assim, ao espírito do indivíduo, representando, ao contrário, seu sentido e sua razão de ser. A realização do indivíduo não consistia em viver à margem e à revelia da cidade, mas em participar da vida pública, da vida comum, que, ao mesmo tempo, o representava e transcendia. E o homem era livre, ao contrário do escravo, porque participava da vida da cidade.

Assim como ignorava a ruptura entre vida pública e vida privada, assim também ignorava, a antiguidade clássica, a cisão entre religião e Estado. A cidade antiga era religiosa e a religião era cívica. Em sua obra famosa sobre o assunto, Foustel de Coulanges mostra que, na Grécia e em Roma, as crenças sobre a alma e a morte, o culto dos mortos, o fogo sagrado, a religião doméstica, a família, o direito de propriedade e de sucessão, as refeições públicas, as festas e o calendário, as assembleias, os tribunais e a armada, os ritos e os anais, as instituições e a autoridade, fundavam-se na religião, que era "o sopro inspirador e organizador da comunidade".

A cidade não era apenas o mercado, o cenário do intercâmbio comercial, mas era também a agora, a assembleia, no duplo sentido de reunião e de encontro dos cidadãos, e de igreja, local em que se realiza o culto, e se oferecem os sacrifícios e se rendem as homenagens aos

VIDA PRIVADA E VIDA PÚBLICA

(Paganismo e Cristianismo)

ROLAND CORBISIER



deuses da cidade. As famílias, as fatrias, as tribos, uniam-se na fundação das cidades, cerimônia que era sempre um ato religioso. A religião, desde as origens, era o vínculo que assegurava a coesão social, pois a unidade da polis repousava nas crenças e nos cultos comuns. Assim como as famílias se reuniam em torno do altar doméstico, assim também a cidade era "a reunião daqueles que tinham os mesmos deuses protetores e realizavam os atos religiosos no mesmo altar".

Pritaneu na Grécia, templo de Vesta em Roma, os monumentos religiosos abrigavam o altar em que ardia permanentemente o fogo sagrado. O templo, o altar e o fogo santo, eram, ao mesmo tempo, a residência do divino, e o local de seu encontro com os mortais. Certa ocasião, em que o templo de Vesta correu o risco de ser atingido por um incêndio próximo, Roma se alarmou, temerosa de que os deuses a houvessem abandonado. A responsabilidade pela ameaça foi atribuída, segundo Tito Lívio, aos habitantes de Capua, que, aliada a Anibal, desejava tornar-se, em lugar de Roma, a capital da Itália. Julgavam os romanos, de acordo com suas crenças religiosas, que o melhor meio de vencê-los seria destruir o templo, em que habitavam seus deuses protetores.

Crença e culto da cidade, elemento inseparável da "bela totalidade" que era a polis antiga, intuição que tinha cada povo de sua realidade absoluta, a religião, na Grécia e em Roma, não se limitava à privacidade do indivíduo, mas representava o elemento de coesão dos indivíduos uns com os outros e do povo todo com a divindade. Aquilo que, do ponto de vista cristão, seria mais tarde considerado "paganismo", era, historicamente, a religião de homens que se sentiam livres e satisfeitos, na medida em que participavam ativamente da vida da cidade, ao mesmo tempo cívica e religiosa.

As cidades antigas, porém, mesmo as democráticas, como as gregas do século de Péricles, ou as romanas do tempo da República, assentavam sua estrutura econômica, social e política, na escravidão, quer dizer, na opressão e na espoliação do trabalho humano. Os maiores pensadores gregos, como Platão e Aristóteles, justificam a escravidão, sustentando que "por natureza", os homens nascem uns senhores e outros escravos. As democracias antigas, portanto, a grega inclusive, que até hoje nos serve de paradigma e de inspiração, eram, na realidade, como diz Bergson, "falsas democracias, construídas sobre a escravidão e liberadas, por esta iniquidade fundamental, dos mais graves e angustiantes problemas". A liberdade dos senhores, o *otium cum dignitate*, como diziam os romanos, encontrava sua contrapartida na privação da liberdade, na servidão dos escravos.

Para que os senhores pudessem dispor dos lares que lhes permitissem dedicar-se às tarefas superiores, da legislação, da educação e do governo do povo, era indispensável que as tarefas inferiores, de produção dos bens materiais e de execução dos serviços subalternos, fosse confiada a uma classe inferior, destinada, "por natureza", à execução dessas tarefas e desses serviços. Fundamento econômico e social da cidade antiga, a escravidão não era apenas uma instituição, mas também uma crença, diríamos hoje uma "ideologia", tanto dos senhores quanto dos escravos, que, alienados, por julgar sua condição natural e não histórica, dificilmente se podiam revoltar contra a escravidão em que viviam. Pertencer, servir e obedecer aos senhores, era, de certo modo, render homenagem aos deuses da cidade, cujos representantes eram os senhores, os reis e os imperadores, e não os escravos.

Originariamente, até mesmo o que se chamava de "plebe", não se incluía, em Roma, na categoria de povo, que com-

preendia apenas os patrícios e os clientes. Compostos em grande parte de povos conquistados e dominados, os plebeus eram acusados de não ter família nem religião. Em Roma, por exemplo, excluída da cidade dos patrícios e dos clientes, que se erguia no altiplano do Palatino, a plebe se domiciliava no Asilo, na encosta do monte Capitolino. "A plebe, escreve Foustel de Coulanges, é uma população desprezada e abjecta, excluída da religião, da lei, da sociedade e da família". E sua existência, como ocorria com Aristóteles, é comparada pelos patrícios à dos bichos, *mere ferarum*.

RIGIDAMENTE estruturadas em classes, patrícios e clientes, plebeus e escravos, como acontecia em Roma, a cidade antiga, embora desconhecisse a distinção entre vida pública e vida privada, religião e Estado, abrigava uma contradição fundamental, entre senhores e escravos, contradição que, além de dar origem a movimentos de revolta, seria denunciada pelas filosofias do período helenístico-romano e, de modo especial pelo cristianismo que, em suas origens, é uma religião da plebe, uma religião de escravos e não de senhores.

Incluindo todo o mundo então conhecido, com exceção do Império Parta, da Índia e da China, estendendo-se das Gálias ao Oriente helenizado, o Estado romano impunha a todos os povos conquistados e colonizados o mesmo estatuto jurídico e político que, sob o signo da Pax deorum, assegurava ao império a sua poderosa unidade. Tal unidade, porém, não excluía a variedade das raças, das línguas, das culturas e das religiões, admitidas por Roma desde que não entrassem em conflito com a religião oficial. Ora, se conviviam, no território do império, tolerados pelo poder central, as crenças e os cultos mais diferentes, por que foram perseguidos e martirizados os cristãos dos primeiros tempos?

A repressão de que foram vítimas não se explica somente por motivos religiosos, mas também por causas políticas e econômicas. O "paganismo" da cidade antiga incluía três elementos essenciais, o politeísmo religioso, a identificação da crença e do culto com o poder político e a escravidão. Religião oriental, "bárbara", o cristianismo representava, pelo conteúdo de seu Kerigma, ou mensagem, a negação não de aspectos ou de elementos apenas, mas da totalidade do mundo antigo. Ao politeísmo, ou à pluralidade dos deuses da religião tradicional, concebidos antropomorficamente, quer dizer, à imagem e semelhança dos homens, opunha a concepção monoteísta de um só Deus, transcendente e pessoal, criador de tudo o que existe. A união, ou melhor, a identificação da crença religiosa com o poder político opunha a separação entre a igreja e o Estado, entre o reino de César e o reino de Deus, e, ao proclamar a fraternidade de todos os homens, filhos do mesmo Deus, contestava implicitamente a escravidão, sustentáculo econômico do império.

A distinção entre os dois reinos envolvia, sem dúvida, a obediência ao Estado, e a obrigação de pagar tributos, mas implicava também a dessacralização do poder temporal, quer dizer, a laicização ou a "profanação", no sentido etimológico, da figura do imperador. Recusando-se ao culto imperial, os cristãos tornavam-se culpados do crime de *lesae maiestatis*, crime capital e sacrilégio imperdoável aos olhos das autoridades romanas. Além de anunciar a boa nova aos pobres, Jesus era severo com os ricos, afirmando "ser mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus". Ao fazer a apologia da pobreza e ao condenar o politeísmo e a escravidão, contestavam os fundamentos econômicos e ideológicos do império. Considerados subversivos e deletérios, irredutíveis à ordem romana, foram durante quatro séculos perseguidos e torturados, até a conversão de Constantino. A perseguição e o martírio, porém, não os destruiu, porque os cristãos representavam, contra o poderio aparentemente invencível de Roma, o espírito do novo tempo, a revelação que deveria iluminar mais de um milênio de história.

O INVESTIDOR COMO JOGUETE

Depois de proibir às corretoras de operar no mercado com carteiras próprias de ações, para evitar a repetição do boom especulativo de 1971, o Banco Central volta atrás em sua decisão, enquanto o ministro Mário Simonsen anuncia novas vantagens a essas instituições. Paralelamente, as pressões dos empresários ameaçam retirar ao pequeno investidor a grande vantagem que o anteprojeto da nova Lei das S/A lhes garante: dividendo mínimo de 50%. O que significa que o investidor continuará um joguete nas mãos das corretoras, sem lucros nem garantias.

Quando o Banco Central proibiu, há cerca de dois meses, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários de operar com carteiras próprias de ações, a medida parecia constituir a última de uma série destinada a conquistar definitivamente a confiança do pequeno investidor — durante todos esses anos um mero joguete nas mãos dessas instituições — e a transformar o mercado de ações brasileiro em um mercado investidor, em invés de especulativo.

Primeiro, foi a reforma da Lei das Sociedades Anônimas, com seus propalados mecanismos de proteção ao acionista minoritário; depois a política saneadora representada pelas frequentes intervenções decretadas em algumas dessas instituições, sem falar nas injeções de recursos e outras medidas destinadas à sustentação do mercado.

Faltava, porém, disciplinar a atuação nesse mercado das instituições que o integram. Veio, então, a proibição, entusiasticamente aplaudida pelo pequeno investidor tanto quanto repudiada pelos diretores das sociedades atingidas. O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Fernando Carvalho, respondeu em nome do mercado:

“As sociedades corretoras foram postas em xeque, pois a única conclusão que se pode tirar da resolução 328 é que essas instituições não são idôneas”, ao mesmo tempo em que utilizava exemplos de outros países para demonstrar que “em função da necessidade de existir uma relação de confiança muito grande entre o corretor de ações e o cliente, os padrões éticos auto-impostos pelas próprias bolsas de valores tendem a ser mais rigorosos que os requeridos pelas autoridades governamentais com atribuição de fiscalizar o mercado”.

No entanto, essa “honorabilidade” que Fernando de Carvalho tanto defende tem sido constantemente desmentida pela própria atuação dessas instituições, que desde o boom de 1971 nada tem feito no mercado senão especular, em proveito próprio, com o dinheiro, inclusive, dos clientes, mesmo porque milhares de ações são negocia-

das diariamente e nenhum órgão fiscalizador pode identificar uma corretora vendendo ações que não sejam suas ou descobrir um fundo comprando ações em franco processo de baixa para beneficiar o dono das ações, a própria corretora ou o banco de investimentos incumbido de administrar o fundo.

Frio e insensível desde a debacle de 1971, o mercado às vezes reagia por um curto período, no que se convencionou chamar de “correntes da felicidade”, que constituía no seguinte: um grupo de instituições se reunia e vendia determinada ação (que se prestasse a esse tipo de especulação) a outra e esta para a seguinte, até que se completasse a corrente. Com isso, criava-se a ilusão de uma alta negociabilidade dessa ação, atraindo investidores que não integravam a corrente. Quando esses investidores entravam comprando, as instituições realizavam seus lucros e as ações caíam novamente, com prejuízo para o investidor.

Em 1973, o próprio superintendente da Bolsa do Rio, Altemar Dutra de Castilhos, reconheceu que na Bolsa de Valores do Rio, apenas para citar uma praça, “atuam instituições de comportamento moral recriminável” e, em 1972, uma entidade representativa das empresas de capital aberto, com ações na bolsa, já promovia uma reunião com jornalistas para pregar o saneamento do mercado como única maneira de reconquistar o investidor.

De nada adiantou. As especulações continuaram e o mercado permaneceu em baixa. O investidor, peça vital, continuou afastado, em “crise de confiança”. Vieram, então, as injeções de recursos. Primeiro, Cr\$ 240 milhões retirados do PIS, os quais, ao invés de servirem à recuperação do mercado, contribuíram para nova “jogada” das corretoras.

Inicialmente sob a forma de compra de ações, depois abandonado porque a própria Caixa Econômica não confiava no esquema, o governo federal decidiu repassar os recursos do PIS na forma de empréstimos a juros (irrisórios) de 6% ao ano. Procurou-se, então, manter o

maior sigilo em torno da operação, tendo conhecimento do assunto apenas um grupo reduzido de corretoras — aquelas que integravam os conselhos de administração das bolsas —, que não tiveram paciência e, confirmando a disposição do governo, começaram a vender suas posições no mercado de renda fixa e a tomar empréstimos para comprar rapidamente os papéis a preços aviltados.

As demais corretoras acabaram descobrindo e também entraram comprando maciçamente, com o que o volume de ações negociadas cresceu vertiginosamente, tendência essa que, obviamente, não podia durar muito. Aí aconteceu o imprevisto, Setores do governo, mais cautelosos, decidiram reter os recursos até que a situação do mercado se esclarecesse e o mercado novamente foi abaixo.

Vieram, depois, os recursos do Decreto Lei 157 (Fundo 157), cujo resultado não foi diferente: milhões para as corretoras, a título de “taxa de administra-

ção”, enquanto o investidor acumulava prejuízos.

Entretanto, como esses recursos se mostravam insuficientes para recuperar o mercado e atrair o investidor, era uma tarefa reconhecidamente difícil, a manter-se as características do mercado, o governo iniciou uma ofensiva. Encomendou um novo projeto de lei das Sociedades Anônimas, no qual constassem medidas de maior proteção às minorias acionárias, determinou a abertura da bolsa ao capital estrangeiro e providenciou estudos no sentido de destinar ao mercado acionário recursos provenientes dos fundos de pensão e, mais recentemente, autorizou as companhias seguradoras a operar no mercado.

Em resumo: medidas de proteção ao acionista minoritário, juntamente com recursos destinados a recuperar o mercado, os únicos argumentos que poderiam tirar o investidor de sua “crise de confiança”. E foi o que começou a acontecer, até que, repentinamente, veio a proibi-



Bolsa:
o investidor continua vítima das antigas manobras das corretoras

ção às corretoras. Parecia a prova definitiva da boa-fé do governo com relação ao investidor.

No entanto, a explicação é bem outra. Segundo uma alta fonte do Banco Central, a proibição às corretoras constituiu uma advertência à maioria das instituições que integram o mercado que — aproveitando-se do clima de euforia criado pela regulamentação do capital estrangeiro — estavam se preparando para promover um boom especulativo semelhante ao de 1971.

Esse clima de falsa euforia era apoiado por uma tendência altista do mercado, quebrada apenas por bruscas baixas provocadas pela realização de lucros dessas instituições, que em seguida retomavam a compra, recuperando imediatamente o mercado, tinha ainda como fator de sustentação os anúncios oficiais otimistas, em meio à realização de seminários internacionais, para captação de recursos para as bolsas brasileiras.

Segundo a fonte do BC, essa primeira advertência poderia ser seguida, ainda, de medidas mais severas, como a proibição às distribuidoras e até mesmo aos bancos (fundos), não atingidos pela medida. Dessa forma, a proibição, se não impediu que as corretoras continuassem especulando no mercado através das carteiras das suas distribuidoras, pelo menos esfriou um pouco o mercado e os ânimos das corretoras.

Parecia tudo mais ou menos em paz, até que recentemente o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, não só revogou a proibição às corretoras, como ainda anunciou novas vantagens às mesmas, ao abordar a criação da Comissão de Valores Imobiliários, órgão que regulará o mercado em complementação aos mecanismos da nova Lei das S/A.

Ao mesmo tempo, a discussão desses mecanismos (da lei das S/A) começava a ser contestada pelos empresários, durante o debate promovido pelo governo em torno do anteprojeto da lei, o principal dos quais — que versa sobre a distribuição de dividendos — ameaça ser praticamente anulado.

A posição dos empresários, por unanimidade, se concentrou na oposição ao capítulo do anteprojeto referente a lucros, dividendos e reservas, discordando veementemente da fixação de um dividendo mínimo de 50%; calculado com base no lucro líquido das empresas, pretendendo fixar essa distribuição em 25% ou até mesmo 20%.

Dessa forma, o acionista minoritário, que até bem recentemente se sentia progressivamente protegido pelos mecanismos e já começava a readquirir sua confiança no mercado de ações, vê, de repente, ruir por terra grande parte desses mecanismos. A única garantia real que a Lei das S/A previa para o pequeno investidor era a garantia de distribuição mais gorda de dividendos, já que os demais mecanismos são bastante discutíveis (vide Crítica nº 50).

O que significa que, com a volta atrás do ministro Simonsen no caso da proibição às corretoras e quanto ao percentual de distribuição de dividendos na Lei das S/A, o pequeno investidor perde dois mecanismos importantes no que dizem respeito à segurança e rentabilidade de seu investimento.

Ou seja: quase tudo como dantes no quartel de abranes.

SÉRGIO MACEDO

O BASA E A INSOLVÊNCIA DA AMAZONIA

As verdadeiras finalidades e principais objetivos do Banco da Amazônia vêm sendo desvirtuados. Ao invés de se preocupar com o desenvolvimento da região, para o que foi especificamente criado, sua diretoria está mais preocupada em aplicar os recursos no sul do país, onde os lucros são mais generosos e os riscos menores. A grande preocupação do Basa é o lucro enquanto a Amazônia, exaltada pelo II PND como pólo de desenvolvimento, se torna cada vez mais insolvente.

A denúncia foi feita na Câmara dos Deputados, pelo deputado Mário Frota, do MDB-AM: "A política financeira do Basa já não é mais a de um banco desenvolvimentista que, por força de sua própria natureza, enfrenta riscos de toda ordem. Nada disso. O lucro é fundamental. Age como se fosse apenas um banco particular, interessado única e exclusivamente em lucros e dividendos, colocando-se sempre longe de quaisquer perigos e riscos operacionais".

Assim, pouco se preocupa com a produção da borracha, juta e outros produtos regionais, porque geralmente suas safras são aleatórias, dependendo de certos fatores naturais próprios da região, motivo pelo qual, segundo Mário Frota, se encontra estrangulada a política de desenvolvimento da Amazônia. "O investimento já foi desencorajado e o empresário local, seja ele um modesto seringalista ou uma abastada indústria que necessite de capital de giro, não adianta recorrer ao Basa, porque ele só opera mediante garantia real".

No caso de uma crise, como a verificada este ano em consequência da enchente que, além de dizimar parte do rebanho, prejudicou a colheita da juta em aproximadamente 40%, o produtor está perdido, pois o banco automaticamente lança mão dos bens hipotecados, colocando-os em hasta pública.

Mário Frota denuncia os "privilegios cada vez maiores para as empresas do sul, através das agências localizadas no Rio, São Paulo, Porto Alegre etc". E cita como exemplo, o financiamento a uma companhia mineira para compra de um avião "Bandeirante", no valor de Cr\$ 5 milhões, operação em que o Banco da Amazônia concorreu com 80%. "Eu pergunto o que é que tem a ver o financiamento de um avião a uma firma do Estado de Minas com os interesses da Amazônia?"

Segundo o parlamentar, o Basa, além de financiar firmas do sul, ainda desvia aproximadamente 60% dos seus recursos para outras regiões, cometendo assim "um verdadeiro crime contra a sofrida e defasada economia amazônica".

Amostragem

Uma rápida radiografia feita pelo jornal O Liberal, de Belém do Pará, intitulada "Amostragem do desastre", em sua edição de 31 de julho últi-

mo, dá uma idéia das irregularidades que ocorrem no Basa. Diz o jornal:

"Esquecido de que somos uma região-problema, para a qual devem ser adotadas medidas especialíssimas e uma tolerância fora do normal, o Basa, entregue ele próprio a homens desconhecedores de nossas realidades, porque oriundos de outras plagas, erigiu-se não em favor do desenvolvimento e fomento regional, mas de uns tempos a esta data, em executor de uma política de estrangulamento de muitos de nossos empreendimentos.

Não há, da parte da alta direção do Basa, a sensibilidade necessária, a complacência exigida, o sentido da realidade local, entre o cumprimento de um regulamento rígido para as empresas locais e a compreensão das condições especiais ocorrentes na área; invariavelmente, o que prevalece é o primeiro caminho. O empresário local, seja ele um grande industrial, seja um modesto seringalista ou o dono de uma simples loja, não merece nenhuma contemplação da par-

te do banco, se cair em mora. Há de pagar, pagar bem, sem descontos, sem contemplação, sob pena de ação judicial que lhe acresce o débito em custas, honorários advocatícios - igualmente pagos em favor do Basa - afora o vexame de sua listagem entre os caloteiros e relapsos".

"Inversamente, quando se trata de grupos ou empresários de fora do Pará, todas as facilidades lhes são concedidas e, em alguns casos, são eles estimulados à compra do controle acionário das empresas amazônicas. Foi o que ocorreu quando se tratou de passar adiante o controle da Vidros do Pará a um grupo sem tradição no ramo da fabricação de vidros porque fabricante de redes no Ceará".

A negociação prontamente recebeu o beneplácito do Basa, com mais recursos injetados para pagamento de dívidas e reescalonamento das já existentes, o mesmo que negara ao grupo local. Os procedimentos dessa natureza se sucedem e poderiam ser alinhados aqui. Eles são de tal monta que os especuladores de terras do sul estão se

transformando em donos das maiores áreas rurais do Acre, comprando a preços aviltados seringais cujos proprietários, premiados pelas pressões do Basa - credor com garantia hipotecária sobre suas terras - são forçados a aliená-las para não perder suas propriedades em favor do credor, fatos denunciados por autoridades acreanas, entre os quais o ex-governador Wanderley Dantas.

Como resultado, diz ainda o jornal, "a produção de borracha foi inteiramente desorganizada, em razão de que foram restringidos os financiamentos à produção da goma e, como uma constante, os seringalistas executados (às vezes por dez mil cruzeiros), para a cobrança de quantias maiores ou menores, todos eles ameaçados de perdas de suas terras, porque sobre elas o Basa tem crédito privilegiado. O Desastre, no entanto, é mais palpável na capital, onde os cartórios do Fórum estão cheios de ações executivas propostas, numa autêntica operação de estrangulamento da economia local. Mais de 80 ações executivas, nos últimos tempos, tramitam nas diversas varas (...) enquanto em Itabuna, na Bahia, um empreendimento falido foi refinanciado pelo Basa, quando passou o controle de um magote de estrangeiros, os quais, após receberem cerca de Cr\$ 10 bilhões antigos, fugiram do país.

Desvios e Corrupção

Esta não é a primeira vez que se denunciavam irregularidades relacionadas com o Basa, que esteve envolvido recentemente com denúncias de lesa-aposentados (Crítica n° 30) ou com outros órgãos de desenvolvimento, na Amazônia ou fora dela, constituindo alguns verdadeiros desvios das finalidades desses órgãos, enquanto outros podem ser classificados como reais atos de corrupção.

No Amazonas, durante o governo João Walter de Andrade (71/75) contratou-se a empresa pernambucana Know-How, para efetuar a reforma administrativa por Cr\$ 6 milhões. No final, o trabalho revelou-se inaplicável, descobriu-se que, além de o modelo proposto ser cópia da Unesco, o contrato previa ainda o pagamento de Cr\$ 700 mil a título de cobertura para o ISS, do qual Manaus é isento por causa da Zona Franca.

A Frigomasa (Frigoríficos da Amazônia) está sendo processada por fraude de ações, de responsabilidade da diretoria passada. O processo encontra-se no Banco Central e na Subcomissão Geral de Investigações. No atual governo de Henech Reis, iniciado este ano, o MDB já denunciou um contrato com a firma Projed, do Rio Grande do Sul, fazendo com que o referido contrato fosse cancelado e exonerado o secretário da Educação, que o firmara. No Amapá, o deputado Antonio Pontes, do MDB, acusou a atual administração de fraude, gerando o abandono do cargo por parte de quatro secretários, enquanto no Pará o Tribunal de Contas está fazendo uma verdadeira devassa na Tesouraria da Câmara Municipal de Belém, para apurar irregularidades denunciadas.

No Maranhão, denunciou-se o Banco do Estado, envolvendo as acusações desde fraude até irregularidades no balanço. No Piauí, um relatório de 48 laudas apresentado pelo procurador-geral do Estado, Nazareno Araújo, apontou desvios na

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Piauí, durante a administração do presidente James Kelso Clark Nunes, da ordem de Cr\$ 2,5 milhões. No Ceará, a antiga diretoria do Banco de Desenvolvimento do Ceará foi acusada pelo ex-chefe de gabinete da presidência do órgão, advogado José Maurício de Oliveira, de aprovar a concessão de dois empréstimos, no valor de Cr\$ 8 milhões, a uma indústria que já se encontrava à beira da falência - decretada há pouco mais de um mês - entre outras irregularidades.

No Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas está apurando possíveis desmandos na Fundação para o Bem-Estar Social, controlada pela mulher do governador, Aida Cortez Pereira. Em Pernambuco, já é bastante conhecido o caso do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco que envolveu o ex-senador Wilson Campos e o industrial Carlos Alberto Menezes.

Não bastassem esses casos, ainda, em Alagoas, levantamento do Tribunal de Contas constatou irregularidades na aplicação das verbas da Cohab; na Bahia, foi pedida uma inspeção nas contas do Departamento de Estradas de Rodagem, além do que o ministro Wagner Estelita Campos, do Tribunal de Contas, acusou a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, mais conhecida por Cepec, de abuso de poder e adotar "critérios próprios" quanto a empréstimos a funcionários etc.

No Estado do Rio, foi instaurada, recentemente, uma CPI para apurar irregularidades na antiga Sanerj; no Paraná, denunciou-se como irregular a venda de dois hospitais do INPS, em Santa Catarina, o deputado Luiz Henrique, do MDB, acusou o governador Konder Reis de ter ocupado grande número de cargos públicos com pessoas de sua família; no Rio Grande do Sul, dois ex-presidentes da Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas foram acusados pelo promotor da 7ª Vara Criminal de "todas as espécies de desmandos, lançando mão de bens e dinheiro público"; em Mato Grosso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico está apurando gastos denunciados de Cr\$ 2 milhões, na cidade científica de Humboldt, muito embora o Conselho afirme que foram de Cr\$ 30 milhões, sem que se saiba onde foram aplicadas. E, em Rondônia, desfalques de Cr\$ 15 milhões levaram à prisão um dos ex-diretores da Telecomunicações de Rondônia, além do que outras irregularidades foram constatadas nas Centrais Elétricas de Rondônia e na Companhia de Águas, que levaram o deputado Jerônimo Santana, do MDB-RO, a estimar os desfalques em Cr\$ 25 milhões.

Fatos como esses revelam não só descaso com a boa e correta aplicação do dinheiro público como também a falta de fiscalização na maioria dos órgãos encarregados de financiar e de promover o desenvolvimento nacional. No caso das fraudes comprovadas, é bem verdade que o governo federal está agindo, mas isso não trará de volta as verbas desviadas, enquanto em casos como o do Banco da Amazônia, de desvio de finalidades, no mínimo se está atrasando o desenvolvimento do país.

Com a palavra o governo federal.

SÉRGIO MACEDO



Mário Frota: um crime contra a sofrida e atrasada região amazônica

GLAUBER POR GLAUBER

Este é um depoimento de Glauber Rocha exclusivo para *Crítica*. Mais Glauber do que nunca, com aquele calor e aquela franqueza sem meios termos que são marcas registradas de sua personalidade, ele desfila aqui um pouco de seu trabalho e de seus projetos nestes quatro anos em que vive na Europa, entre Roma e Paris, com algumas incursões frequentes pelos EUA, América Latina, África e sabe Deus mais por onde anda esse baiano/brasileiro/cidadão do mundo. Um dos maiores cineastas de seu tempo, com lugar garantido na história mundial da arte, Glauber está lá fora mas com a alma e os olhos presos no Brasil, inclusive fazendo cinema brasileiro. E por isso mesmo este depoimento vai além de seus projetos pessoais: é uma retomada consciente e desassombrada dos graves problemas do cinema brasileiro.



Estas são cenas de "Claro", o filme brasileiro de Glauber rodado em Roma, apresentadas em primeira mão no Brasil por *Crítica*

Pra começar, algumas informações sobre os três filmes que realizei desde que deixei o Brasil em 1971.

• **«Claro!»** – filmagens de 30 de abril a 15 de maio de 1975 em Roma. Montagem de junho a julho em tempo recorde de trabalho: 9.500 metros de negativo colorido. Câmera na mão e som direto. Atores: Juliet Berto, Carmelo Bene, Cachorro, Mackay, Louis Waldon, Betina Best, Ivonne Taylor, Tony Scott, Peter Adairre. 35 mm, panorâmico, 1 hora e 46 minutos de duração. Fotografia: de Mário Gianni. Música de Villa-Lobos, Bellini e folclore italiano. Produção de Marco Tamburella. Apresentado no Festival das Nações de Taormina, julho de 1975. Improvisado, sem roteiro. Do ator objeto ao ator criativo. Estréia em Roma em outubro de 1975.

• **«História do Brasil»** – duração de 2 horas e 46 minutos, é um documentário em preto e branco, panorâmico, produção independente. Não é um

filme com atores. É uma montagem cronológica e contraditória (no sentido materialista dialético e histórico) de documentos fotografados, pintados, desenhados e filmados sobre o Brasil. Essas imagens eu as recolhi nos arquivos das cinematecas de vários países (trabalho que durou três anos, de outubro de 1971 a agosto de 1974) e o texto foi escrito a partir de consultas a bibliografia brasileira especializada. Marcos Medeiros colaborou comigo no trabalho de pesquisa e produção. O filme não contém entrevistas.

Pode ser definido como um Cinejornal Histórico do Brasil. Usei a técnica do Canal 100: imagens e texto, mas eliminei o ruído e a música de fundo a fim de permitir ao espectador ouvir o texto sobre a imagem muda. No final há uma sequência em que a cultura é comentada pela música, do barroco mineiro ao tropicalismo. Montei as músicas que me pareceram críticas ou revolucionárias. O filme termina com um diálogo-off entre brasileiros e uma metáfora esportivo-operística entre Pelé e

Villa-Lobos. Produção de – enzo Rossellini (Roma). O filme estreou em Paris em abril de 1974 no Clube de Cinema do Convento Beneditino, com a presença de cerca de 300 espectadores, em versão portuguesa. O filme estreará nos cinemas de Paris em outubro deste ano, em versão francesa, e será projetado na TV alemã em novembro. Foi comprado também pela TV italiana, que o exibirá até o final de 75.

• **«O Câncer»** – filmado no Brasil em agosto de 1968, em som direto, com Odete Lara, Hugo Carvana e Pitanga, fotografia de Luiz Carlos Saldanha e produção Mapa: 16 mm preto e branco, 1 hora e 30 minutos. Devido a acidentes de produção a montagem foi concluída na Europa, em Roma, coprodução com a TV italiana. Foi exibido na televisão italiana em janeiro, no programa Cinema Experimentale, canal 2 da RAI. Comprado pela TV alemã. Estréia em Paris, também em outubro, acompanhado dos curta-metragens «Pátio» (1957), meu primeiro filme, e «Bar» de Juliet Berto.



Assinei com os produtores de «Claro!» contratos para mais dois filmes: «Revolução», filmagens em Paris mês que vem, cinemascopo e cores, com Juliet Berto, Laurent Terzieff, Pierre Clementi e Delphine Seyrig, e «A Idade da Terra», que foi proibido de ser filmado no México pelo governo pseudo-democrático de Luiz Echeverria e será feito nos EUA em 1976. Este filme foi também recusado por outros produtores: Jean-Pierre Rassin (que pagou o roteiro), Francis Ford Coppola, que ficou com medo de produzir um filme antiimperialista (logo os elogios que o dito me fez no Brasil apenas faziam parte do programa de boa-vizinhança de Harry Stone) e Serge Silberman, o produtor de Buñuel. Finalmente Marco Tamburella e Alberto Marucchi assinaram o contrato.

Quanto ao filme «Alexandre o Grande» eis a situação: em 1974 escrevi o roteiro para os produtores Alberto Luna e Fabiano Fabiani do setor cultural da TV italiana e escolhi as locações no Egito e na Grécia. São seis capítulos de 1 hora e 30, uma superprodução histórica que começa na Grécia pré-homérica e termina na Índia budista: é um filme sobre o pré-cristianismo. A produção custa 2 milhões de dólares. O projeto foi interrompido devido às crises políticas da RAI mas já está aprovado pela direção-geral e será filmado ano que vem.

Como se vê, tenho um programa cheio até fins de 1976 e, que só será interrompido se eu voltar ao Brasil. Aliás, «A Idade da Terra», poderia ser filmado no Brasil (a ação deve se passar no continente americano). Quando estive no Brasil entre 1970 e 1971, depois de fazer na África «O Leão das Sete Cabeças» e na Espanha «Cabeças Cortadas», escrevi o roteiro de «Geografia do Inferno», que nem tentei filmar por causa da censura, e abandonei o roteiro de «Quarup», também por causa da censura. Voltando ao Brasil pretendo realizar os dois. «Quarup» acho que o Calado vendeu a um produtor italiano, mas como não foi ainda feito, poderei retomá-lo.

Terminei dois livros: um romance que se chama «A Conquista de Eldorado», que pretendo editar no Brasil ou em Portugal a partir de outubro, e «Crítica de Cinema», que se divide em duas partes – a primeira, minha atividade jornalística cinematográfica desde 1956 na Bahia até 1970 na imprensa carioca e internacional; a segunda é uma revisão crítica do cinema mundial, que contém uma teoria do cinema revolucionário partindo da teoria nuclear de Eisenstein evoluindo para Godard, e a autocrítica da minha própria experiência.

Polêmica falsa e hipócrita

O Festival de Pesaro, Itália, fará no mês de setembro uma retrospectiva do cinema novo e uma pessoal de Nelson Pereira dos Santos. Os organizadores, Lino Michie e Bruno Torre, que são dedicados ao cinema latino-americano, estão encontrando grandes dificuldades para as cópias porque tanto o INC como a Embrafilmes e o Itamarati se recusaram a pagar cópias novas subtituladas. Considero uma irresponsabilidade desses órgãos não investir todos os esforços nesta mostra que é uma revisão do cinema brasileiro para críticos de todo o mundo, um momento importante de reavaliação do produzido no Brasil a partir de «Rio 40º» (55) até «O Amuleto de Ogum» (75). Mas a retrospectiva será realizada de qualquer forma, mesmo com as cópias velhas que estamos tentando reunir por aqui.

Considero a estruturação da Embrafilmes caótica e perigosa para o futuro do cinema brasileiro. Não sou contra Roberto Farias, porque é um produtor que conhece a economia do cinema internacional e um diretor que realizou dois ótimos filmes: «Assalto ao Trem Pagador» e «Selva Trágica». Logo, Roberto é um teórico e um prático. Mas discordo de sua indecisão em assumir uma política clara para o cinema brasileiro. A velha polêmica entre filme comercial e filme artístico é falsa, hipócrita e revela que os defensores do cinema comercial a qualquer preço não passam de comerciantes que desejam enriquecer explorando a ignorância de um público colonizado pelo cinema europeu e norte-americano, e pela TV, que é o maior monstro de destruição mental da sociedade contemporânea.

O cinema brasileiro passou a existir como produto cultural revolucionário a partir de «Rio 40º» que desembocou no cinema novo dos anos 60. Quando o cinema novo começou historicamente como movimento em 1960/62 («Cafajestes», «Baravento», «Porto das Caixas», «Trem Pagador», «Cinco Vezes Favela», «Ganga Zumba», «Deus e o Diabo», «Vidas Secas», «Os Fuzis») até 1964 – quer dizer, de Juscelino a Jânio e Jango – a produção



comercial de filmes no Brasil estava a zero. Foi o cinema novo que lançou as bases industriais do atual cinema brasileiro e foi o cinema novo que projetou as imagens e sons do Brasil no mundo, abrindo um mercado internacional.

As contradições da política brasileira – Castelo, Costa, Médici – não arruinaram o cinema novo, que continuou a partir de 1966 com «O Desafio» (primeiro filme revolucionário dos anos 60, que precedeu o Godard político de 67 – «A Chinesa») e chegou ao clímax tropicalista em 1969 com «Macunaima», «O Dragão», «Brasil Ano 2000», «Os Herdeiros» e seguiu em frente mesmo depois do Ato-5, de 1970 a 1975, com «A Casa Assassina», «Os Deuses e os Mortos», «Como Era Gostoso o Meu Francês», «Joana Francesa», «Os Inconfidentes», «São Bernardo», «Toda Nudez», «Quem é Beta?», «Guerra Conjugal», «Amuleto de Ogum», «Amor, Carnaval e Sonhos» (obra-prima de Sarraceni ainda não sacada pela crítica, assim como também «Quando o Carnaval Chegar», que é uma teoria de show revolucionário, mas isto já são outros quinhentos...) e continua com «Xica da Silva» e os novos projetos em execução.

Udigrudi: uma velha novidade

O udigrudi surgiu (1969, depois do Ato-5) no auge do tropicalismo teatral e musical que são filhos do cinema novo: o tropicalismo começa com «Terra em Transe», em 1967, e a prova disto é que «O Rei da Vela» é dedicado a «Terra em Transe». Os jovens cineastas Tonacci, Sganzerla, Bressane, Neville e outros de menor talento levantaram-se contra o cinema novo, anunciando uma velha novidade: cinema barato, de câmara na mão e já na cabeça. Para precisar historicamente: o primeiro filme udigrudi brasileiro é «O Câncer», agosto de 1968, com dois marginais, Carvana (branco) e Pitanga (negro). Logo, «O Anjo Nasceu» com Carvana (branco) e Milton Gonçalves (negro) é um plágio.

A crítica, frustrada diante do cinema novo, tentou usar esses revisionistas. Os filmes udigrudi são ideologicamente reacionários porque psicologistas e porque incorporam o caos social sem assumir a crítica da história e formalmente, por isso mesmo, regressivos. São uma mistura do Godard anarquista pré-67 e do formalismo fenomenológico e descritivo de Warhol, e nenhum deles conseguiu o que pretendia: libertar o inconsciente coletivo subdesenvolvido num espetáculo audiovisual totalizante. Esses filmes são diluição do cinema novo e não reinvenção. A prova deste fracasso ideológico e formal foi a superação histórica do Teatro Oficina, da música tropicalista e do próprio udigrudi.

Tudo este caos gera outra problemática: o fracasso do marxismo-leninismo-trotskyismo na Europa e a liberdade que temos nós, filhos do terceiro mundo, de pensar em criar um novo mundo cortado definitivamente do velho.

Tenho a crítica nos cineastas brasileiros, incluindo mesmo alguns do cinema novo, primeiro, a tendência a aceitar as pressões do luxo industrial e de considerar a dificuldade de comunicação com o público como um defeito do cineasta, uma espécie de defeito à semelhança de pecado original individual, sem ter sensibilidade pra ver que é difícil inserir filmes revolucionários num mercado estruturado pelo imperialismo, e depois, de não terem coragem ou lucidez pra ver que a beleza da criação, que é a vida, reside justamente nesta luta contra o obscurantismo.

O cineasta brasileiro que entrou no processo de descolonização com «Rio 40º» não pode se deixar reconectar pelo paternalismo da Embrafilmes ou pelas pressões do industrialismo, que, aliás, não pode sobreviver internacionalmente sem mão-de-obra qualificada e esta mão-de-obra qualificada quem tem é o cinema novo. Logo, se o cinema novo detém o poder do saber, detém o poder do fazer. Entregar o ouro aos bandidos é fraqueza e chegou o momento de se livrar das falsas dependências e assumir o destino com a câmara e a idéia em benefício da sociedade.

Logo, não houve morte do cinema novo mas fragmentação do processo criativo coletivo com a dissolução da Difilm. E sem qualquer dúvida os filmes do cinema novo (incluindo História do Brasil e de certa forma Claro!), dos quais Amuleto e Guerra Conjugal são os últimos exemplos, são os melhores filmes produzidos no Brasil, da mesma forma que teoricamente São Bernardo é o melhor filme materialista dialético e histórico depois das proposições de Godard a partir de 1969 com o grupo Dziga-Vertov, já extinto.

O problema é que nenhum crítico brasileiro teve peito de analisar esses filmes a fundo. Não existe crítica de cinema no Brasil se excetuarmos hoje Paulo Emílio Salles Gomes e seus alunos, mas nem todos estão livres de preconceitos paulistas, e alguns jovens que tentam mas se sentem cortados do processo. Crítica quer dizer análise da matéria audiovisual e sendo o cinema a síntese do pensamento contemporâneo, o crítico sem cultura não existe. Os defensores do cinema comercial são representantes de uma ideologia fascista que se aproveitaram da crise do cinema novo para inves-

"CLARO" E A IMPRENSA ITALIANA

«Claro é um filme brasileiro rodado em Roma apenas ocasionalmente; brasileira é a sua alma, plena de colorido e de luz, cheia de vitalidade violenta e rebelde... É um grito que se levanta do terceiro mundo, percorre o espaço e o tempo da opressão imperialista e da decadência burguesa, na exaltação da luta por um mundo novo...»

«... Lucidíssimo em seu delírio, «Claro!» vive de um expressionismo barroco, com um uso funcional da música que faz parte essencial da estrutura expressiva, compondo não um «comentário» mas uma «extensão» da linguagem fílmica de um artista que confirma sua personalidade excepcional» (Poese Seara-Roma).

Com estilo imaginífico – claro mas não fácil e nem sempre alcançado – e partindo da angulação marxista, fala do imperialismo, do capitalismo, do neocolonialismo, interessa-se pelas grandes eras históricas e assinala os grandes problemas sociais. O horizonte imediato de Roma – a Roma augusta e a Roma cristã – alarga-se no final para

toda a Itália de hoje. No cenário italiano e romano atores brasileiros misturam-se à gente comum, personagens verdadeiros ou inventados discursam em alta voz, entre o ruído ambiental (o filme foi registrado em som direto), criando um caos no limite da suportabilidade.

Este capricho italiano do brasileiro Rocha é um filme para ser aceito ou recusado de uma só vez. Quem reconhece ao artista a liberdade de experimentar até a irritação o aceita, quem não reconhece o rejeita.

Rocha é politicamente um exaltado e cinematograficamente um esteta, e maior, ou pelo menos mais interessante, como esteta. Rocha é um autor cultíssimo, ao mesmo tempo antigo e moderno, racional e lírico, selvagem e refinado. Este filme é sua imagem fiel e contém todos os seus defeitos e todas suas qualidades (Correo del Sud – Taormina).

«Com Rocha não é mais possível falar-se de significado, mas da sugestão. «Claro!» é um

divertimento de um marxista em exílio político, ambientado por acaso em Roma como poderia ser em qualquer outro centro de riqueza capitalista. E de que fala o filme? Nada de nada, mas mostra muito.

«Claro!», tendo de ser classificado de algum modo, é uma sátira circular do capitalismo, militarismo, colonialismo, e ainda droga, política de petróleo, urbanismo, demagogia, etc. O personagem-guia é uma jovem hippie brasileira que atravessa todo nosso sistema denunciando suas incongruências e contradições. Mas tal denúncia tem o mérito de não possuir nenhum princípio reformista (...) e embora o resultado deixe a impressão de um divertimento privado, é rica em soluções visíveis, de contaminações estilísticas (a cultura ocidental e a latino-americana se cruzam no plano figurativo e no linguístico), capaz de entusiasmar os jovens e mitigar a desconfiança do espectador mais conformado. Diabo de Rocha, que jogou lenha na fogueira de Taormina» (La Stampa – Milão)

tir nas lições de produção do cinema novo e aplicá-las na ilustração comercial de temas psicosociais do cinema novo. Este cinema de pornochanchada é o miserável espelho de um fascismo congênito. As pornochanchadas realizadas por analfabetos, grossos, cafajestes da classe média, servem apenas como relatórios, como informação do grau de fascismo, da neurose e da paranóia desses produtores. Defender o cinema de Massaini é defender a ideologia fascista cabocla em seu grau mais agressivo, perigoso e envenenante. As pornochanchadas realizadas por diretores intelectuais são piores ainda porque revelam o acordo que alguns intelectuais covardes e fracos fazem com sua própria consciência e com o sistema fascista cinematográfico. O mais grave é o fato de esses cineastas falarem publicamente de seus filmes como produtores revolucionários, tentando iludir o Estado e o povo com suas mafandragens mal teorizadas e pior realizadas.

A dialética do cinema

O cinema brasileiro hoje divide-se em:

I - Produtores, escritores, diretores e atores comerciais, ignorantes e analfabetos que fazem pornochanchadas, policiais, aventuras, históricos e cangaceiros. Podem ser chamados de **produtores fascistas primitivos do espelho passivo do subdesenvolvimento**;

II - produtores, escritores, diretores e atores comerciais de origem cinemanovista, os artesãos intelectualizados, que são os **produtores fascistas conscientes do espelho passivo do subdesenvolvimento**. A este grupo junta todos os cineastas, técnicos e atores que vendem sua força de trabalho ao cinema publicitário e à televisão. A TV, aliás, absorveu escritores, atores, diretores e destruiu a fonte criativa da dramaturgia nacional gerada pela Arena nos anos 50, mas esta é outra estória. Desse inferno pouca gente escapa;

III - produtores, diretores, escritores e atores revolucionários que são os **produtores críticos antifascistas do espelho ativo do subdesenvolvimento**. Estes são os membros do cinema novo e do fracçãoismo udigrudi, se bem que hoje, com a superação do udigrudi, exista apenas o cinema novo e suas contradições criativas internas.

A Crítica nunca entendeu - a crítica brasileira menos que a internacional - que a dialética do cinema é justamente a proliferação de estilos individuais dentro de uma estratégia econômica e política global. Por isto todos os ataques ao cinema novo são fruto de uma velha crítica de inspiração literária.

A Embrafilmes não pode constituir-se numa fábrica de cinema comercial que em nome da indústria e do desenvolvimento favoreça a pornochanchada, o cinema comercial intelectual, e paternaliza o cinema novo. Mas esta é uma questão de política cultural, que depende da política econômica. Tem o presidente Geisel um programa cultural? Ao mesmo tempo tem a Embrafilmes um programa cultural? O cinema financiado pelo Estado deve ser para educar e não para contribuir ainda mais para a ignorância da população. Daí, o dilema cinema comercial brasileiro a qualquer preço ("é melhor a chanchada nacional que a europeia") é uma frase fascista, ignorante, oportunista e pseudo-nacionalista) e cinema revolucionário refletir o dilema nacional entre desenvolver a matéria e destruir o espírito ou desenvolver o espírito libertando a matéria. É uma questão de filosofia e por isso a Embrafilmes não pode se dar ao luxo de defender uma política conciliatória porque estará apenas destruindo o cinema brasileiro pela cadeia tecnocrática da sua regulamentação.

A propósito: contendo as normas estabelecidas para aceitação de trabalhos dos cineastas estreantes. Somente uma nova geração de cineastas - e estou certo que ela existe no Brasil, como provam os festivais de cinema amador e a proliferação do super 8 - pode retirar o cinema brasileiro de sua atual crise, e os fundamentos básicos para isto estão no cinema novo.

O poder de saber e o poder de fazer

Sou contra a burocratização da Embrafilmes, como também não aceito e repilo a consagração de cineastas ou produtores que usam o cinema novo como bandeira quando precisam pedir dinheiro ao Estado mas que o atacam quando é conveniente dizer ao Estado que o cinema novo é antiindustrial e politicamente revolucionário. Ora, Roberto Faria está na Embrafilmes por causa do cinema novo e a distensão entre o cinema novo e o governo começou com minhas declarações em Visão de março de 1974: se o Ford pode distender com o Breznev porque eu não posso distender com o Geisel, ainda mais que ele não é o Ford e eu não sou Breznev?

GLAUBER ROCHA
Roma - agosto de 1975



Wagner

CALÇADOS

O CAMINHO FÁCIL DO TRUSTE

Os fabricantes gaúchos de salto e sola para calçados recolhem a amargura de mais uma derrota, na longa história de lutas da indústria nacional contra as multinacionais. Em janeiro de 76, possivelmente, a Toyo Soda, multinacional com matriz instalada no Japão, iniciará em Novo Hamburgo o processo de fabricação de saltos e solados de borracha para sapatos, concorrendo contra 19 indústrias brasileiras que já operam no setor, com atendimento satisfatório.

José Marcos Rodrigues, líder do MDB na Câmara Municipal de Novo Hamburgo, diz que a Toyo Soda abrirá, concomitantemente, uma outra frente de concorrência, criando dificuldades para os fabricantes nacionais de colas e adesivos: o truste produzirá, também, um tipo de cola própria para solados, concorrendo diretamente com 10 empresas da cidade que se dedicam a este setor.

É impressionante o silêncio que se observa em torno de mais esta vitória do capital estrangeiro. Com exceção de Marcos Rodrigues, todos os vereadores, mesmo os do MDB, mostraram-se excessivamente cautelosos ao se pronunciarem sobre a multinacional, evitando qualquer declaração que denunciasse um comprometimento ou tomada definitiva de posição. Em termos gerais, sempre que, por força de um raciocínio inicial, eram obrigados a admitir que a instalação da multinacional redundaria em prejuízo das indústrias nacionais, contrabalançavam essa "radicalização" com algumas considerações sobre o que isto representaria de positivo, na expansão do mercado de trabalho, sem perceber que semelhante raciocínio leva a um círculo vi-

cioso, a menos que se admita que as indústrias nacionais não possuem capacidade de suprir o setor ou não possam preparar-se para isto.

Sem autorização

Há algum tempo a Toyo Soda iniciou a construção de sua fábrica às margens da RS-19, em Novo Hamburgo. Continua fazendo os últimos preparativos, recebendo, inclusive, benefícios da prefeitura. Tudo reforça a declaração de que deverá iniciar em janeiro o processo de produção, sem que nenhum obstáculo lhe seja interposto.

Uma dúvida, no entanto, é levantada pelos produtores nacionais de artefatos de borracha para calçados: a Toyo Soda não teria autorização assinada pelo governo brasileiro para instalar-se em Novo Hamburgo. Os defensores da multinacional - que não se mostraram tão reticentes quando se tratava de defender o truste - negam, por sua vez, essa possibilidade. Segundo eles, Prati de Moraes, quando à testa do Ministério da Indústria e do Comércio, teria aprovado a carta-consulta da Toyo Soda.

Essa afirmativa, contudo, é insuficiente para os produtores brasileiros, que enviaram ao

Conselho de Desenvolvimento Industrial um ofício em que afirmam:

"Com respeito à carta-consulta, enviada ao CDI e prontamente respondida, tem-se como certo que a mesma não implicou ou teve como significado qualquer autorização ou compromisso para que, a seu modo, a empresa estrangeira iniciasse a edificação de seu prédio na cidade do Novo Hamburgo.

E, ainda, tal carta-consulta, sendo respondida pelo CDI, deixava apenas indícios de que o plenário do conselho poderia apreciar o assunto, porém nunca autorizá-la a ponto de iniciar o projeto. É de bom alvitre que se registre que essa assertiva é endossada pelo Comitê Nipo-Brasileiro, através da sua seção brasileira."

A dar-se como certa a acusação dos empresários nacionais, estaria se repetindo, no Rio Grande do Sul, um caso semelhante ao da Borregaard. Como se recorda, esta multinacional, ligada à produção de celulose para papel, teria iniciado suas atividades em terra gaúcha sem ter preenchido todos os requisitos legais para sua instalação. Mais tarde, constatada uma série de irregularidades - entre as quais o velho processo de sub e superfaturamento, em detrimento dos interesses brasileiros e a favor da matriz sediada na Noruega - tornou-se impossível simplesmente impedir a Borregaard de instalar-se: foi preciso ressarcir a empresa, indenizar as custosas instalações, pagar as benfeitorias que ela realizava no seu próprio complexo industrial, mesmo quando já se tinha como certo que o governo impediria seu funcionamento.

Favores excessivos

Marcos Rodrigues, líder do MDB e economista, julga que a multinacional está desfrutando de incentivos e vantagens indevidas, que são inexplicavelmente concedidos pela prefeitura de Novo Hamburgo: "Estamos concedendo incentivos a uma indústria estrangeira que já tem similar nacional. Aqui mesmo, com capital totalmente gaúcho, existe a Amapá do Sul, que é uma das empresas com maior faturamento no vale do rio dos Sinos. Apesar dos problemas que a multinacional certamente

causará não só para os concorrentes nacionais e para Novo Hamburgo, como também para a economia do país, ela continua recebendo de nossa prefeitura estranhos benefícios fiscais, terraplenagem, ligação de água, luz, telefone, energia, e isto contraria flagrantemente a própria lei de incentivos municipais, visto que estes podem ser concedidos apenas para indústrias sem similar na cidade."

Mas não param aí os problemas. A Toyo Soda enviou à CDI um pedido de isenção de impostos para que possa importar livremente máquinas japonesas. Esse maquinário destinava-se ao processamento dos saltos e solados de borracha que ela fabricará. Como se sabe, o governo não pode conceder incentivos para importação de máquinas, desde que existam similares fabricadas em território nacional.

O Conselho de Desenvolvimento Industrial - diz Marcos Rodrigues - está estudando a concessão de isenção de impostos para maquinário estrangeiro importado pela Toyo Soda. Sabe-se, entretanto, que existem máquinas similares fabricadas por indústria nacional. Aqui mesmo, em Novo Hamburgo, a Indústria L. Coppe produz essas máquinas.

Um fato despercebido pela maioria, mas que é apontado veementemente pelo líder emedebista Marcos Rodrigues, é a associação da Toyo Soda com a "trading-company" Sumimoto Shoji Kaisha. A Sumimoto, que é responsável pela exportação de 60% dos calçados produzidos em território gaúcho, possui uma quota de 20% do capital da Toyo Soda do Brasil. Onde está o interesse de uma, estará o interesse de outra.

Para Marcos Rodrigues, este fato poderá engendrar uma situação de "imposição de consumo" por parte da Sumimoto: "Como a 'trading-company' japonesa tem interesses gêmeos com os da multinacional japonesa, poderá perfeitamente no futuro exigir que os calçados por ela exportados tenham obrigatoriamente os solados de sua associada. Assim, estaremos vinculados a um tipo de solado que facilmente poderá ter seu preço elevado ilimitadamente - isto, é claro, depois de afastados os seus concorrentes nacionais. É um ciclo completo, uma manobra tipicamente multinacional.

Entre os vereadores arenistas, Baltazar Castilhos foi a honrosa exceção. Ao contrário de seu correligionário líder da Arena na Câmara de Novo Hamburgo, que defendeu a implantação da multinacional utilizando o surrado argumento da criação de novos empregos, e acrescentando: "Quando se dá licença para uma empresa construir sua fábrica e depois não se deixa funcionar, isto não está certo. Então tem que indenizar. Acho que a Toyo Soda deve abrir."

O vereador Baltazar Castilhos fez questão de observar: "Pelas características de uma empresa que vem do exterior com grande capital, a Toyo Soda pode até trabalhar com preços ínfimos, até que as concorrentes nacionais sejam afastadas. Essa é a preocupação fundamental da indústria nacional no setor."

Enquanto isso, os poucos cidadãos de Novo Hamburgo verdadeiramente informados do assunto, balançam a cabeça pesadamente: mais uma vitória das multinacionais contra o nosso já quase desnacionalizado parque industrial.

JORGE FISCHER

O DIFÍCIL DIREITO DE MORAR

A locação residencial, comercial ou industrial, problema vital dos centros urbanos, regulada por leis dispersas, uma delas de 1934, é a angústia de milhões de brasileiros. Ao lado das exigências absurdas dos contratos, há ainda o crescente reajustamento leonino dos aluguéis e da faixa de encargos, em ampliação constante, que recai inapelavelmente sobre os inquilinos, formando um complexo de pressão sócio-econômica. O governo enviou mensagem ao Congresso, com um projeto que mereceu do deputado Alceu Collares (MDB-RS), um substitutivo unificando a matéria num só diploma legal, oferecendo soluções equânimes para o relacionamento locador-locatário, sob a égide dos princípios de justiça social.

Com ampla e fundamentada justificação, embora reconhecendo que o projeto governamental apresenta alterações substanciais em iniciativa de sua autoria que tramita na Câmara desde agosto de 1974 - anterior, portanto, à proposição do Executivo - mostra o deputado emedebista que não disciplina ele a matéria no seu todo nem atende aos apelos sociais da realidade brasileira. Daí a razão do substitutivo que melhor se identifica com o espírito da legislação locatícia, de fundo social. Diz Alceu Collares que "antes do advento da lei 1.300/50 e, principalmente com esse diploma, a legislação brasileira a respeito de locação de prédios residenciais manteve a tradição de preservar maior quantidade de direito do inquilino do que do proprietário", explicando que tal comportamento dos legisladores era resultante da relevância que se presta-

va, então, às exigências de interesse social.

"Com efeito", diz ele, "os inquilinos ou a grande maioria do povo que vive de salários ou de pequenos rendimentos e está, pela própria condição econômica, permanentemente submetida à necessidade de morar em prédio alheio, não podia ficar sujeita à normas que lhes tolhessem a possibilidade de continuar exercitando esse direito, nem tampouco à mercê da ganância irrefreável de locadores inescrupulosos. Daí o cuidado especial do legislador em matéria de permissibilidade de fixação e alteração de aluguéis, bem como à clara restrição à possibilidade de despejos. Através das leis emergenciais cuidou sempre de defender justamente aqueles que mais necessitam de proteção do poder público, por representarem a classe menos aquinhoad, economicamente".

Desse cuidado resultaram então leis que tratavam menos de regular locações e mais de proteger direitos e interesses da parte considerada fraca: os inquilinos. Tinham elas assim, no plano da locação predial, o mesmo sentido e alcance da legislação trabalhista, que é sem dúvida, estatuto de ordem pública destinado precipuamente a proteger o trabalhador assalariado, embora contenha disposições também mais favoráveis aos empregadores. Fica sobressaída - numa e noutra das legislações apontadas - a consciência jurídico-social do legislador, que buscou resguardar a parte mais fraca do contrato de locação.

Acentua, Alceu Collares: "Todavia, a partir do movimento revolucionário de março de 1964, houve uma radical mudança quanto à conceitualização da atividade econômica da locação, transformação essa baseada no entendimento de que a



Alceu Collares:
o proprietário é o único
beneficiário

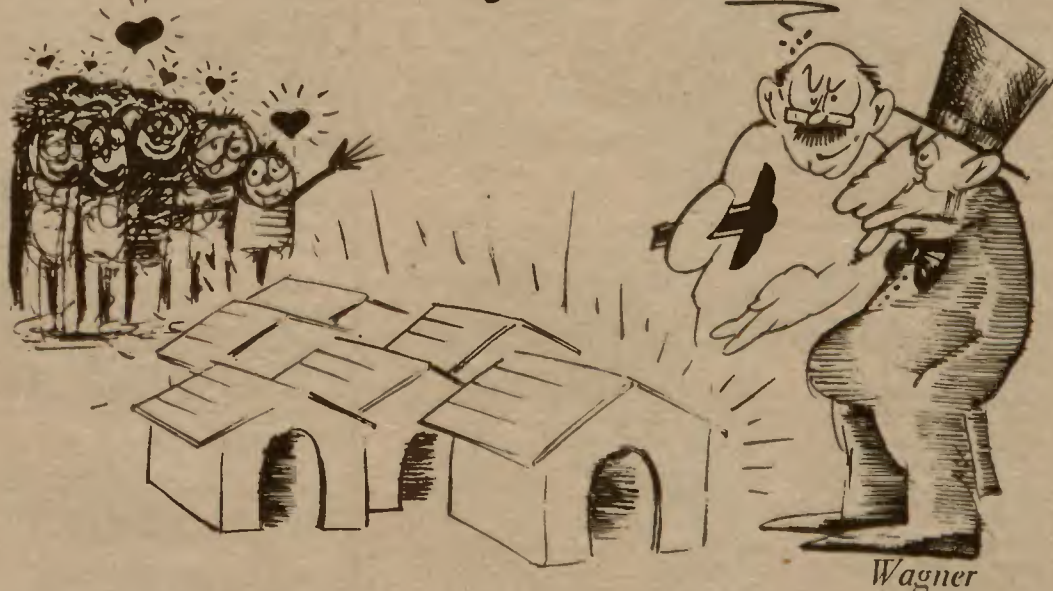
legislação específica então vigente constituía grande desestímulo à construção civil, sendo, pois, incompatível com as necessidades sócio-econômicas nacionais. Segundo alguns economistas e juristas influentes, era preciso vencer, mediante o oferecimento de efetivas garantias de rentabilidade, o generalizado desinteresse reinante entre os grandes proprietários de imóveis, bem como nas empresas construtoras, a fim de que a construção civil se reabilitasse e se expandisse novamente."

Economicamente, segundo Collares, é possível que os teóricos de então estivessem certos, visto como os proprietários de imóveis passaram a ter, desde logo, um novo e garantido mercado para a aplicação de seus recursos financeiros. O reajustamento dos aluguéis, que antes era a exceção, passou a ser a regra, descortinando novas e auspiciosas perspectivas para a construção civil, reajustada periodicamente em conformidade com as desvalorizações monetárias e a rentabilidade do imóvel.

Mas do ponto de vista social, a mais sentida transformação é aquela que elevou "o locador à condição de grande beneficiário do novo sistema, eis que a ele e aos que o apoiaram deixou de representar, qualquer interesse jurídico as circunstâncias relacionadas com o efetivo poder aquisitivo do locatário ou mesmo as condições do prédio dado em locação". A legislação atual é, pois, no entender do deputado gaúcho, ao contrário de protecionista, "tão-somente reguladora das relações locativas, com marcados objetivos da ordem econômica, o que não denota de consagração uma tendência às implicações sociais decorrentes do problema da moradia".

A intenção principal do substitutivo é "corrigir muitos pontos vulneráveis da proposição governamental". Alceu Collares passa a enumerá-los, chamando, particularmente, a atenção para o fato de a proposição do Executivo "estabelecer como princípio a perpetuidade das locações ajustadas antes de abril de 1967 e a transitoriedade das ajustadas após essa data". E explica: para as primeiras, além de prorrogadas compulsoriamente, não se prevêem as hipóteses de despejo por transcurso do prazo contratual, nem tampouco por ser a locação por prazo indeterminado, enquanto para as segundas, assim como para as não-residenciais, estão (art. 25, incisos III e V) as possibilidades de retomada em tais circunstâncias, bastando que a tanto se disponha o locador.

ISSO AÍ... CASAS PRA QUEM
CEVA VIDA DE CACHORRO!!



"Ora", diz Alceu Collares, "trata-se de atitude envolvendo dois pesos e duas medidas".

Encargos e retomada

O parlamentar gaúcho oferece, dessa forma, um tratamento de indiscutido valor à conceituação do problema. Na parte referente aos encargos da locação, diz ele do seu substitutivo:

"Um outro aspecto altamente negativo da proposição original é a questão referente à distribuição de encargos da locação (impostos, taxas etc). Ora, a experiência haurida nestes últimos 10 anos já não deixa margem a dúvidas quanto à tremenda injustiça que se comete contra o inquilino, permitindo possa o locador forçá-lo a pagar todos os encargos e até mesmo os que não incidem diretamente sobre esta, tais como impostos, taxas de intermediação, seguros etc. Forçá-lo é bem o termo a retratar a situação, pois, se não concordar simplesmente não obterá a locação."

Tais encargos cresceram de significação econômica após a nova legislação revolucionária acerca da locação, com a agravante de que vieram onerar ainda mais o inquilino, por imponderabilidade dos dispositivos pertinentes ou mesmo por omissão. Essa legislação permitiu uma generalizada aceitação da falsa premissa, segundo a qual o inquilino é o único beneficiário da locação.

Nessa condição, "diz" quase tudo quanto represente ônus, acabando sob sua responsabilidade financeira, desde tributos até despesas gerais, ordinárias e extraordinárias, de condomínio, passando por absurdas exigências relacionadas com limpeza e conservação do prédio, taxas de administração imobiliária, fianças acumuladas com caução, seguros do imóvel, benfeitorias úteis ou voluptuárias, acréscimos indiscriminados por atraso nos pagamentos de alugueis, multas, juros e honorários advocatícios, quando tais serviços sequer são prestados. O risco e os encargos todos, que pela própria natureza pertencem ao locador, são passados indiscriminados para o locatário que não tem forças para recusá-los."

Analisando o capítulo das locações sob regime comum do projeto do Executivo, acentua Alceu Collares que ali se remetem "as locações não residenciais, as locações residenciais de prédios cujo habite-se seja posterior a 30 de novembro de 1965 e as locações residenciais ajustadas após 6 de abril de 1967, inclusive as que vierem a ser conveniadas doravante ao Código Civil (art. 23 - proposição do Executivo) permitindo-se a retomada, pura e simples, por não mais convir a locação, ou seja, a conhecida denúncia vazia, o que tem gerado a insegurança e a intranquilidade para os inquilinos residenciais, de prédios locados para fins comerciais ou industriais."

Igualmente, a possibilidade de retomada sem qualquer justificação "tem ocasionado oportunidade para abusos e excessos por parte de proprietários gananciosos que ameaçam e, às vezes, executam o despejo, quando o inquilino não concordar com absurdos aumentos que chegam a atingir 100, 150 e até 200%." Os inquilinos de prédios destinados ao exercício de atividades comerciais, industriais e os escritórios de profissionais liberais são os que mais sofrem com a liberação dos reajustes e da retomada, quando bem entender o loca-

dor. Se não aceitarem as imposições do locador, são despejados, arcando com prejuízos enormes.

E, enfocando a prática corrente dessa relação locativa, argumenta o autor do substitutivo: "Dir-se-á que ainda está em vigor o decreto nº 24.150/34. É verdade. Contudo, raríssimos são os imóveis por ele disciplinados, vez que nenhum locador admite um contrato com duração de cinco anos. O decreto trata apenas da ação renovatória e, uma das condições para essa ação, é o prazo de duração do contrato. Os contratos são, normalmente, anuais e, ao seu término, o locador eleva o valor da locação em quanto quiser; se o inquilino não aceita, é despejado. Portanto, a proposição do Executivo outra coisa não faz senão tentar eternizar uma situação injusta."

Corrigindo injustiças

Após analisar exaustivamente o projeto do Executivo, demonstrando que se divorcia do espírito de justiça social que deve nortear essa legislação, Alceu Collares, justificando o substitutivo apresentado, passa a enunciar os fundamentos que o inspiraram, a fim de corrigir as injustiças esponsadas pelo projeto do Executivo. Seu trabalho cuida de, "atento a atuais e indispensáveis ensinamentos doutrinários e à própria jurisprudência, frear as exorbitâncias hoje em dia tão comuns no âmbito das locações de prédios urbanos, delimitando o campo de encargos que devem ser obrigatoriamente suportados pelo locador e pelo locatário."

Destaca, a esse respeito, dois dispositivos de largo alcance do Código Civil, que, na sua opinião, precisam urgentemente ser reeditados ou revigorados, "a fim de que a aludida injustiça não se perpetue". São eles os artigos: 189 e 1.206, que cometem certas responsabilidades específicas ao locador (manter a coisa alugada no estado em que a entregou ao locatário, pelo tempo do contrato e realizar todas as reparações de que o prédio necessitar) e que este, por força das duvidosas leis emergenciais, invariavelmente, transfere ao locatário". Concorde, então, com o executivo, na uniformização da legislação pertinente à locação dos prédios urbanos, esponsando no substitutivo, entretanto, também a locação comercial e industrial, revogando, assim, expressamente, o decreto 24.150/34.

E adianta: "Para se saber se há ou não vantagem na inclusão dessa espécie de locação (comercial e industrial) num mesmo diploma legal referente à generalidade dos prédios urbanos, basta que se leiam os considerandos do mencionado decreto 24.150 e se pondere sobre as finalidades que levaram à sua edição. O que se quis, na ocasião, foi proteger eficazmente o locatário com fundo de comércio, evitando rompimentos bruscos de locações antigas que permitiram esse fundo de comércio e bem assim a ganância sempre desenfreada de proprietários por alugueis mais altos. Pois bem, dispondo o substitutivo que todas as locações são prorrogadas por tempo indeterminado ou mesmo nas de prazo certo e dispondo mais que os reajustes de alugueis serão feitas às épocas de elevação do salário mínimo e na proporção da elevação do valor das ORTN, creio que não há necessidade de

maiores cautelas quanto à situação dos locatários comerciantes ou industriais. O locador, de sua parte, terá satisfeita periodicamente a sua necessidade fundamental, que é a dos reajustes locativos."

Garantias Contratuais

O substitutivo do representante do MDB do Rio Grande do Sul disciplina, também, o problema das garantias contratuais. A esse respeito, diz Alceu Collares: "Buscamos eliminar as possibilidades de garantias absurdas ou exorbitantes, tais como a de várias modalidades de garantia num mesmo contrato, além da de mais de um fiador, quando o único oferecido tiver inescindíveis condições econômicas de suportar a obrigação. A caução em dinheiro sofre modificações profundas em o nosso substitutivo, obrigando-se o locador, o seu representante, a depositar o respectivo valor em conta vinculada, em estabelecimento bancário, rendendo juros e correção monetária em favor do inquilino. Não se justifica que aquele que recebe o dinheiro da caução fique com ele girando e, após o término do contrato de locação, devolva-o desvalorizado."

E mais: "Estamos sugerindo a criação do seguro de fiança locativa com a finalidade de substituir, naqueles casos em que o locatário potencial não tenha condições de oferecer ao locador, como garantia do aluguel e demais encargos, a caução ou a fiança fidejussória. Nos parece perfeitamente possível a criação de um seguro de fiança para substituir a caução e a fiança fidejussória nos contratos de locação imobiliária, até porque a fiança, assim como a caução, tem aplicação genérica no âmbito do direito obrigacional, nada obstando que algumas obrigações especiais sejam garantidas por institutos jurídicos também especiais."

Os contratos de locação, segundo o substitutivo, ensejam permanentemente um risco econômico para os proprietários de prédios, vale dizer, para os locadores, especificamente quanto ao adimplemento de seu objeto principal que é o pagamento dos alugueis. A atividade securitária, de sua parte, não tem outra área de atuação senão a dos riscos com caráter econômico. Por isto, penso ser perfeitamente viável a adoção do sistema preconizado no substitutivo.

Trata-se de um projeto de mais alta significação social a disciplinar um relacionamento que vem se tornando dia a dia mais difícil, e que demonstra a qualificação do homem público, do político de acurada sensibilidade no identificar as aflições sociais, que é seu ator. E identificado com esse aspecto social ele conclui:

"Se não houver, imediatamente, profundas alterações na legislação que disciplina a locação residencial, de fins comerciais ou industriais para se estabelecer um justo equilíbrio entre os interesses do proprietário e do locatário, dentro em pouco, dificilmente será possível o exercício do direito de morar. A locação é uma espécie de atividade que não pode ficar, exclusivamente, sujeita à lei da oferta e da procura, sob pena de acontecer, como acontecendo está, nos centros mais populosos, em que as exigências para a locação de um imóvel são tais e tantas, excessivas e absurdas, que dificultam a celebração de um contrato de locação."

O roubo sujo da Multinacional

Durante vários anos a Esso Brasileiro de Petróleo (que de brasileiro mesmo só tem o nome), subsidiária da mais poderosa das "sete irmãs" do cartel mundial petrolífero - também conhecida pelo nome pomposo de multinacionais - vem roubando milhões de pessoas das camadas mais humildes e pobres deste país. Pois é, roubando, que é a palavra exata para a denúncia que acaba de ser feita perante a CPI da Câmara dos Deputados que investiga as atividades das multinacionais no Brasil.

O denunciante é o ex-funcionário que trabalhou na empresa estrangeira entre 1960 e 1968 e chegou mesmo a ser um de seus diretores, engenheiro Newton Coli Macedo. A denúncia: a filial da Esso em São Paulo defraudou por vários anos seguidos - e a fraude ainda pode estar persistindo até hoje - os volumes de suas latas de querosene postas à venda ao público, que chegaram a gerar um estoque excedente de 1 milhão e 850 mil litros só em 1966. Esse mal comportamento da empresa estrangeira foi corroborado, durante a sessão, pelo deputado Arlindo Kunzler (Arena/RGS), que constatou recentemente, numa lata de 18 litros de querosene, apenas 17,1 litros.

Trocados em miúdos: as latas da Esso contêm menos querosene que anunciam e sem qualquer diminuição de preço. Em bom português sem frescura isto se chama roubo. E roubo da mais baixa categoria e sem qualquer perdão, por ser praticado por uma rica e poderosa empresa multinacional contra as camadas mais pobres dos brasileiros (quem além dos mais desafortunados usa querosene?).

Na época em que tomou conhecimento da irregularidade, o engenheiro ainda era um desses ingênuos que creem piamente nas benaventuranças das multinacionais, e só por isso, confessa, não a denunciou prontamente. Acreditava que se tratava de uma coisa involuntária, que decorria de deficiência dos equipamentos de enchimento usados pela Esso não só de São Paulo como no resto do país. Vai daí que ele resolve inventar uma nova máquina que enche as latas de querosene sem margem de erro, qualidade, aliás, que é reconhecida pela própria empresa.

Qual sua surpresa, porém, quando constata que a Esso continua a fraudar os volumes das latas de querosene, deixando de calibrar propositalmente o equipamento por ele criado; e a surpresa é maior ao ver o invento em uso sem que seja requerida a necessária patente e com a negativa de dividir com ele os benefícios de sua criação. O caso estava criado, para a demissão foi um pulo. Newton Coli Macedo bateu às portas da Justiça do Trabalho, cuja questão ainda se arrasta até agora.

Antes de sua denúncia à CPI, o engenheiro já havia feito, primeiro, nos autos do processo trabalhista, sem que jamais chegasse a público e depois a reiterou ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, igualmente sem melhores resultados.

Na Câmara sua denúncia, por si só já grave, era agravada por esta revelação: a fraude da Esso é do conhecimento do próprio CNP.

E se é do conhecimento do CNP, por que até agora o órgão que disciplina as atividades das empresas petrolíferas no Brasil não tomou nenhuma providência? Afinal de Contas quem cala, consente...

As iras de Levy contra Bandeira

O Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizou no dia 24 de abril um debate sobre as corporações multinacionais, com a presença dos professores Irineu Strenger, Celso Lafer, Dalmo Dallari, Moniz Bandeira e o deputado Herbert Levy. Durante o debate, o professor Moniz Bandeira, discordou das posições do deputado, conhecido advogado de multinacionais, mas que mesmo assim não teve o pudor suficiente para não aceitar a indicação para o cargo de relator da CPI que, na Câmara Federal, investiga as atuações das multinacionais.

O debate convocado pelos estudantes, teve a intenção de colocar em discussão, de maneira ampla, a atuação dos trustes internacionais. Numa demonstração de maturidade democrática, foram convidados debatedores de diversas correntes de opinião. Passado algum tempo, noticiou-se que o deputado Herbert Levy estaria pressionando a direção da Escola de Sociologia e Política para conseguir o afastamento do professor Moniz Bandeira. Este só não foi afastado por estar licenciado.

Os estudantes estão solidários com Moniz Bandeira e o deputado continua fiel a seu passado udenista: sempre ao lado dos poderosos e contra os interesses nacionais.

Autocrítica de Passarinho

Em aparte ao senador Agenor Maria (MDB-RN) disse o representante da Arena-PA, Jarbas Passarinho: "Conhecido o resultado das eleições de 15 de novembro de 1974, neste país, usei uma frase que me foi provocada por uma pergunta feita por pessoas da imprensa. Cheguei a dizer que eu punha em dúvida a autenticidade de uma democracia representativa no meu país, quando o sr. Djalma Marinho não vinha, pelo braço do seu povo, a ser o senador do seu Estado. Disse a V. Excia. há pouco, que considero uma injustiça praticada contra V. Excia. Eu não o conhecia, mas conhecia Djalma Marinho. Sei que V. Excia., como eu, tem por ele, apesar de ter sido seu adversário em eleições, um grande apreço, sobretudo pela sua cultura. E eu tinha visto este homem, quando cheguei ao Senado e nele passei apenas 15 dias.

Durante os sete anos de ministro de Estado, o meu testemunho foi permanente sobre a lisura da conduta daquele homem, da sua alta qualificação. E, hoje, tenho que me penitenciar, contaminado pela comoção de V. Excia., da injustiça que lhe pratiquei, porque eu também, apesar de ter sido menino pobre como o senador Ruy Santos e quantos outros aqui, neste plenário, faço uma autocrítica, ao verificar que a proporção que vamos nos afastando das nossas origens de pobreza, galgando novas posições, insensivelmente nos transformamos em etilistas, achando que o Congresso deve ser apenas a assembleia dos bacharéis, dos titulados, dos homens notáveis pelo seu saber e pela sua cultura, dada também e reconhecida através de um diploma.

Mas sendo a minha mais sincera homenagem ao povo do Rio Grande do Norte pela autenticidade do diploma de V. Excia., pela linguagem limpa, cristalina e altamente perigosa para o meu partido, que V. Excia. utiliza, porque é o representante legítimo do seu povo. E o Congresso, ao contrário da minha interpretação anterior, deve

ESQUINA

ser, precisamente, um somatório de tudo isto: daqueles que tiveram a oportunidade de nascer em berço de ouro, que tiraram partido desta oportunidade, estudando, e daqueles que, como quantos de nós, lutaram para abrir caminho nesta floresta das desigualdades sociais do meu país. V. Excia. me comove, nobre Senador, e receba, de minha parte, com a maior sinceridade e com a maior dose de humildade que possa pôr nestas palavras, o meu arrependimento de, ao menos indiretamente, ter posto em dúvida a beleza da decisão do seu povo".

O duplo

ataque de Leão e Malagueta

As "boas histórias velhas" estão de volta: quase ao mesmo tempo em que lançava «Leão de Chacara», seu mais novo livro (noite de autógrafa segunda-feira passada, dia 25, na Livraria Folhetim), voltavam às livrarias (em 2ª edição) três senhores de vida nada respeitável, os três malandros de João Antonio que já fizeram de «Malagueta, Perus e Bacanaço» um clássico do conto brasileiro contemporâneo.

"Você é o autor de boas histórias velhas" — a frase, de Marques Rebelo (que João Antonio considera um dos mais importantes elogios que já recebeu em sua vida de escritor), resume o entusiasmo do criador de «Oscarina» quando acabou de ler Malagueta, ao qual classificou como um dos livros mais importantes da moderna ficção nacional. E o entusiasmo de Rebelo não era gratuito: «Malagueta, Perus e Bacanaço» abocanhava todos os prêmios de contos de 1963, ano de seu lançamento, e sucessivamente foi ganhando traduções esparsas na Argentina, Espanha, Alemanha Ocidental, Venezuela e Tchecoslováquia, até ser contemplado, em Madri, com essa consagração internacional: um estudo da escritora Pilar Gomes Bedate sob o significativo título de «João Antonio y la Picaresca Paulista». E mais: está incluído em oito antologias brasileiras, inclusive escolares e paradidáticas.

O próximo voo de Malagueta será a televisão, que finalmente vai descobrindo a boa literatura: a TV Globo vai transformá-lo em caso especial, dirigido por Maurice Capovilla, com diálogos do próprio autor. João Antonio esteve recentemente em São Paulo, locando, para gravações e filmagens do especial, todos os salões de sinuca e bocas de inferno onde se passa a ação em companhia de Capovilla, que por sua vez está realizando (em parte) um sonho de 15 anos: conhecendo a história no original, já pretendia filmá-la mesmo antes de editada.

Da mulher

personagem à mulher cineasta

Desta sexta-feira, 29 de agosto a quarta-feira, 6 de setembro, vamos ter pela primeira vez oportunidade de avaliar a participação da mulher no cinema brasileiro, através do ciclo de debates e exposições promovido pela Cinemateca do Museu de Arte Moderna (Rio) em torno da atuação feminina nos diversos setores de nossa arte cinematográfica. A mostra que integra as celebrações do Ano Internacional da Mulher convocado pela ONU e faz parte do Mês do Cinema Brasileiro em realização pelo MAM — traça um roteiro da evolução da mulher personagem à mulher cineasta, desde o pioneirismo de Lia Torá, Carmen Santos e Gilda de Abreu até os dias atuais com a mulher de câmara na mão.

ANHEMBI: OS NEGÓCIOS DE COLASUONNO

Miguel Colasuonno anda por aí, desde os tempos gloriosos do consulado Delfim Neto, pousando de gênio (do economês) pela via fácil e irresponsável dos press-reales. Nos últimos dias, naquela irritante monotonia de quem assume ares de sapiência para só dizer mediocridades, vem se esforçando em artigos sucessivos no JB na tentativa de explicar determinismo & vocação econômica de São Paulo mas perdido no emaranhado da confusão geral que faz com história, opulência do nordeste, atraso do nordeste, cana de açúcar, ouro, café e outros babados mais, coisas que, é verdade, ele leu mas decididamente ainda não entendeu.

Só o que o próspero e risonho ex-prefeito de São Paulo não vem a público explicar é o que dele está a exigir a nação e particularmente o povo paulistano, cuja prefeitura teve os cofres impiedosamente maltratados durante sua administração. Estamos falando do caso Anhembi, conhecido já como a "maior aventura financeira dos últimos anos" e que, até prova em contrário, coloca Miguel Colasuonno num lugar de honra entre os maiores dilapidadores do dinheiro público que já passaram pela prefeitura de São Paulo.

O caso é tão simples quanto escandaloso. O município de São Paulo assumiu o controle da Anhembi S. A. Centro de Feiras e Salões nos últimos dias de janeiro deste ano, quando desde dezembro de 1974 a situação da empresa já era de total insolvência. No bom "negócio" patrocinado por Colasuonno, entraram também o Banco de Desenvolvimento do Estado e a Embratur, suscrevendo partes do capital da falida Anhembi.

A informação é do novo prefeito Paulo Setubal, decorridos poucos meses de sua gestão, cujos detalhes mostram que o "interessante negócio" não passou de uma grossa negociata.

Entre outras coisas: as parcelas integralizadas pela prefeitura paulistana e pelo Badesp foram totalmente usadas para pagamento de dívidas da Anhembi, que mesmo depois disso continuou a dever, e muito (há cerca de três meses seus débitos eram da ordem de mais de 200 milhões de cruzeiros novos, mais da metade dos quais débitos exigíveis a curto prazo); desde janeiro a empresa registra déficit operacional mensal; a atual administração municipal não considera animadoras as perspectivas (o que para os bons entendedores diz tudo) e avalia que, "para se agüentar", a Anhembi terá de receber nova injeção dos cofres públicos por volta de mais 120 milhões de cruzeiros novos.

O escândalo vai mais longe e, como diz O Estado de São Paulo, "assume contorno de verdadeiro panamá". O Pavilhão das Exposições, por exemplo, entrou na transação mas ficou "alugado" (à própria firma que cedeu sua participação majoritária na Anhembi) por baixo aluguel. O Palácio das Convenções tem um custo operacional de 38 mil cruzeiros diários e rende tão somente 8 mil. E para completar, a empresa falida que Colasuonno comprou para a prefeitura mantém uma diretoria de seis membros com salários que chegam até 30 mil cruzeiros mensais, segundo as informações de jornais paulistas.

Esta a explicação que se quer do ex-prefeito paulistano, não divagações abstratas sobre problemas mais sérios que não fazem bem o seu gênero. Por que transformou a prefeitura de São Paulo em acionista majoritária de uma empresa à beira da insolvência? Pergunta, aliás, que se deve estender, com ligeiras modificações, ao ex-governador Laudo Natel, pela presença do Badesp, e à Embratur. Sem esquecer, naturalmente, o feliz vendedor...

Atriz, diretora, produtora ou técnica, o elemento feminino será estudado em sua caminhada quase subterrânea ao longo dos anos, a partir de clássicos como "Lábios sem beijos" (1929) de Humberto Mauro e "Alma Camponesa" (1929) de Júlio de Moraes, passando por "Pinguinho de gente" (1941) de Gilda de Abreu, para chegar finalmente ao panorama contemporâneo com "O segredo da rosa" (1974) de Vanja Orico, "A mão do povo" (1975) de Lygia Pape, "A mulher emergente" (1974) de Helena Solberg, "Getúlio

Vargas" (1974) de Ana Carolina Soares etc.

Estão programados dois dias de debates, nos quais o público terá livre participação: sábado, dia 30 de agosto (20h30min), é reservado para atrizes e cineastas do cinema anterior aos anos 50; terça-feira, dia 2 de setembro, terá a participação dos diversos setores dos tempos atuais. Finalmente, completando o ciclo, estará aberta no andar térreo do bloco de exposições do MAM uma Mostra Iconográfica que homenageará Lia Torá,

Carmen Santos e Gilda de Abreu como símbolos da presença da mulher na vida cinematográfica brasileira.

A vocação liberal de Milton Campos

Não se trata propriamente de uma biografia completa do saudo-

so homem público mineiro (que se demitiu do Ministério da Justiça no governo Castelo Branco por não concordar com o Ato 2 — o registro é importante e oportuno), muito menos de um ensaio sobre o seu pensamento político, mas é um delicioso "testemunho de um convívio" sobre os anos em que o jornalista José Bento Teixeira de Salle trabalhou ao lado do então governador de Minas.

Em «Milton Campos — Uma Vocação Liberal» (Editora Vega, lançado esta semana em Belo Horizonte) estão registrados alguns dos principais episódios de sua vida, que é estudada pelo autor sob três ângulos diversos: a figura humana, o intelectual e o homem público. O livro é enriquecido pela transcrição de vários documentos importantes que marcaram a vida de Milton Campos, entre os quais os facsímiles dos rascunhos de duas cartas que fizeram história: a de exoneração do Ministério da Justiça e a de recusa da nomeação para o Supremo Tribunal Federal.

Fotografia:

arte de Armando Rosario

Armando Rosário, um dos melhores fotógrafos da imprensa brasileira, está expondo fotos na nova livraria da Editora Francisco Alves, à Rua Fátima de Amoedo, 57, Ipanema. O popular China da Banda de Ipanema tem trabalhos publicados nos principais órgãos da imprensa brasileira e estrangeira e no momento está cumprindo a via-cruxis tão comum aos jornalistas brasileiros: recorre à Justiça do Trabalho para fazer valer seus direitos que a Editora Abril, como péssimo patrão, não sabe respeitar.

INPS

para a dona de casa

O deputado federal Gamaliel Galvão, da bancada oposicionista do Paraná, apresentou projeto estendendo às donas de casas os benefícios da previdência social. Com isso ele pretende acabar com a marginalização das donas de casa. Só esperamos que, uma vez aprovado o projeto, o INPS não venha com as normais exigências burocráticas que em vez de simplificar, criam inúmeros problemas para a inscrição de seguradas.

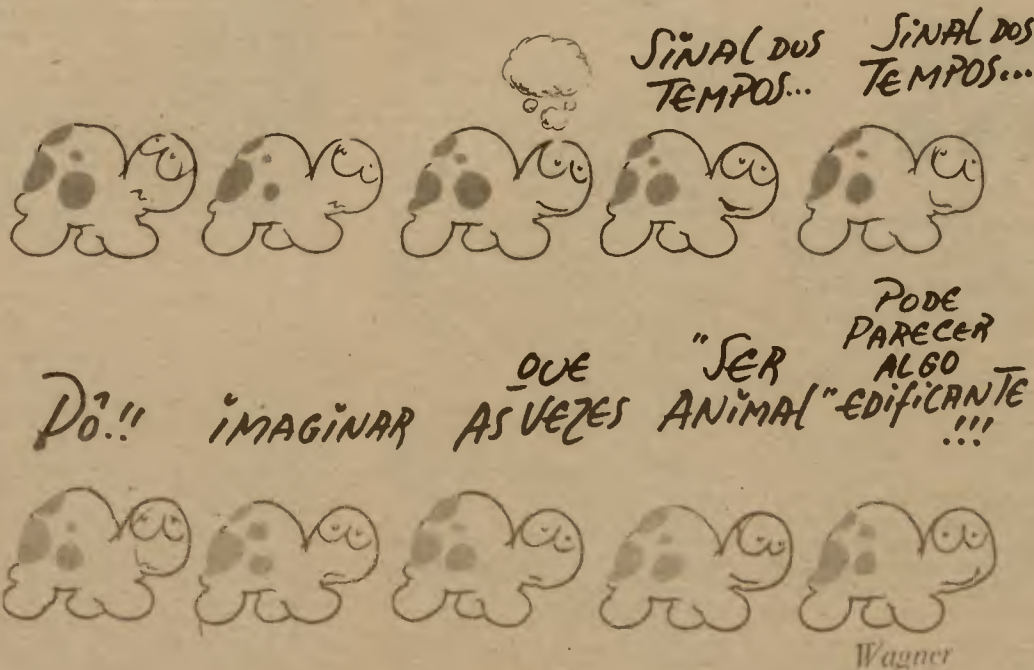
Bola, MPB

e cultura pelo Nordeste

Show-bol não é nada do que a Rede Globo inventou. Ela simplesmente transplantou para o Brasil a popular tática comercial do "indoor game" norte-americano. Show-bol mesmo é o que vai acontecer em Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande e Recife na primeira quinzena de setembro. Um grupo de músicos e jogadores bolou uma promoção das melhores: de noite, espetáculos musicais, de dia, futebol. No elenco-time: Afonsinho, Moraes (ex-Novos Baianos), Paulinho da Viola, Fagner, Cirino, Copinha, Serginho e outros cobras. Comandando a torcida, Sueli Costa.

O esquema prevê ainda exibição do filme «Passe Livre» que mostra as lutas do jogador Afonsinho para conseguir libertar seu passe. Outro excelente jogador que está de passe livre é Serginho, considerado o melhor meio de campo do nordeste, e que também integra o esporte que vai na excursão. Essa dobradinha de música-e-bola é uma ótima pedida. Show-bol é isso aí.

VERINHA "A CORRUPÇÃO É INERENTE À NATUREZA HUMANA" JARBAS PASSARINHO



Wagner

"ZERO" NOVO MARCO DA FICÇÃO

O livro passou cinco anos na gaveta do autor, sem encontrar editora brasileira que o considerasse um bom livro. Quer dizer: comercialmente, como objeto de consumo. Apareceu uma escritora italiana que achou "Zero" um soco na pasmaceira e levou os originais para seu país. Breve estava nas livrarias com uma 1ª edição de 30 mil exemplares e vendendo tudo rapidamente. Outros países se interessaram e lançaram ou estão lançando as suas respectivas versões. O Brasil também... pois santo de casa não faz milagre.

Sem dúvida esta seria a primeira vez que Oswald de Andrade, se ainda fosse vivo, não diria aquela sua frase célebre: "Não li, não gostei!" Porque, após a leitura deste magnífico "Zero" (Editora Brasília, Rio de Janeiro, 1975), a impressão que temos é que este seria, na verdade, o livro que Oswald gostaria de ter escrito, se tivesse vivido até agora, se tivesse chegado a este nosso amargurado tempo, onde todas as liberdades são coagidas, todas as indignidades ainda continuam sendo cometidas contra a liberdade do homem, em todos os quadrantes do planeta, e não somente aqui entre nós, onde se passa a ação deste romance, corajoso, audacioso, revolucionário, verdadeiro marco zero na ficção nacional.

Por outro lado, eis que finalmente com "Zero", de Ignácio de Loyola Brandão, ganha São Paulo o seu autêntico romance urbano, com todas as tipicidades que possui esse gênero, e que até agora, não sabemos bem porquê, ficara nas experiências, apenas, de ordem

técnica. É verdade que, com o modernismo, na década de 20, várias foram as tentativas nesse sentido. "O Estrangeiro", de Plínio Salgado, quase atingiu o seu objetivo, mas as tendências fascistas e as naturais limitações de seu autor parecem ter atrapalhado muito e a obra resultou frustrada. Oswald de Andrade talvez tenha sido quem mais perto chegou do romance urbano paulista, inclusive em suas implicações ecológicas "Os Condenados", "Serafim Ponte Grande", "Memórias Sentimentais de João Miramar", etc.

De lá para cá, contudo, continuou a literatura paulista, no campo ficcional, a ser a prima pobre na literatura brasileira, salvo raríssimas exceções. O próprio ciclo do café, ao contrário do ciclo da cana-de-açúcar nordestino, foi de uma pobreza franciscana (pode-se colocar de lado, todavia, algumas tentativas mais ou menos realizadas: "Fazenda", de Luís Martins, "O Espigão da Samambaia", de Leão Machado, a primeira parte de "Raiz Amarga", de Maria de Lourdes Tei-

xeira). Quanto ao resto, nesse setor, o silêncio. O romance urbano, inclusive de fundamento psicosociológico, parecia não ser o forte dos paulistas.

O transplante da perseguição

Eis que surge, agora, este arrasante e arrasador "Zero", que além de provocar uma total renovação nos moldes tradicionais do nosso romance, impõe-se, de imediato, não só como um romance de características urbanas bem definidas (passa-se inclusive numa cidade, a cidade de São Paulo), mas igualmente como obra política, com todos os seus determinantes (especialmente materialístico-históricos) político-econômico-sociais, não em defesa de uma ideologia, mas em defesa do próprio HOMEM, como SER HUMANO, e não bicho, animal, sem nenhuma dignidade e não merecedor do menor respeito humano. Aliás, é, neste sentido, que reside em primeiro lugar a importância deste



Ignácio de Loyola: a saga do latino-americano que não é nada diante do mundo

livro extraordinário. Na coragem de lançar o seu protesto, a sua denúncia, sem o seu autor se comprometer tendenciosamente ou se preocupar em catequizar o leitor; no fundo, ele somente expõe os fatos e esses fatos falam por si mesmos; e com que veemência!

O herói do livro, mais do que um anti-herói, é um infra-herói. Escreve Ignácio de Loyola Brandão, sarcasticamente, à página 218: "Até agora José não levou um tiro, não se machucou. Não porque seja um super-herói. Ao contrário, é um infra-herói e passa despercebido, inatado, desprezado". José acha que a sua luta é só dele e parece ignorar, ainda à página 199, que "tudo que a gente faz sozinho, dá em nada". Entretanto, como o "melodrama copia a vida", assim, aos poucos, a atuação de José vai se dissolvendo num todo, até conseguir chegar ele ao protótipo, ao

arquetipo desse anti-herói, tão peculiar ao nosso tempo e à América Latina.

No final do livro, constata com amargura: "Senti, e isso me deu forças, que eu era um latíndio-americano, que não era nada diante do mundo, e que para nós estava destinado o estigma que perseguiu os judeus, milênios. O transplante da perseguição e segregação e opressão. Percebi que haveria nova raça humilhada, ofendida, cuspid, resto humano, dejetado, carne inexistente em cima de osso inexistente, explorada, usada. Acabava naquele momento verdeamarelado um ciclo, o judaico, para se iniciar outro, o latíndio-americano. Passavam para nós as dores e o desespero do mundo. Nós, pior: subdesenvolvidos, subnutridos, miseráveis, doentes. Talvez dentro de mil anos curtid, sejamos como eles, uma coisa difícil de se destruir, e em mil anos seja-

ENSAIO

NOVALIS E FERNAND OUELLETTE

"Depuis Novalis" é, simples e excelentemente, um discurso a partir de Novalis, um itinerário ferverosamente percorrido onde o guia é o poeta alemão e os sinais do caminho são as obras do gênio do romantismo.

Fernand Ouellette, o poeta canadense que assina este livro, não pretende fazer uma exposição erudita do autor de "Os Hinos à Noite" com investigação de fontes e influências, tampouco busca a precisão cronológica e nem se inclina ao estudo crítico ou comparativo. Simplesmente, como diz o subtítulo - "Errances et Glosses" - transita no curso da obra glosando aqui ou ali um verso, um parágrafo, preenche acima de tudo - Ouellette - de imensa simpatia e adesão espiritual e estética pelo sumo poeta que foi Novalis.

Essa leitura direta, essa marcha paralela às puras palavras poéticas, recomendada por T. S. Eliot a propósito de Dante, é o itinerário que se propõe Ouellette na busca da essência viva da poesia a partir de Novalis, certo de que cada poeta exige o percurso de um único caminho para seu encontro.

Quem é Fernand Ouellette? É um dos mais altos poetas do Canadá contemporâneo e, pela língua francesa, incorporado à melhor expressão poética dessa língua em nossos

dias. Autor de "Ces Anges de Sang" (1955), "Séquences de L'Aile" (1958), "Le Soleil sous la Mort" (1965), "Dans le Sombre" (1967), do livro "Poésie" (1972) que recolhe sua produção entre 1953 e 1971 e de biografias e ensaios.

É um dos organizadores do "Rencontre québécoise internationale des écrivains", que é uma das mais importantes assembleias de artistas e escritores de todo o mundo que se reúne na capital francesa do Canadá. Forma parte do comitê de direção da revista "Liberté" que auspiciou esses encontros de escritores. Por sua obra de poeta recebeu os Prêmios France-Québec e France-Canada. Em 1971, porque os poetas têm razões que a razão não compreende, rejeitou o Prêmio Governador Geral que lhe havia sido conferido por um júri especial de seu país.

Seres da poesia

Fernand Ouellette, a partir de uma veemente leitura de "Os Hinos à Noite", em vários anos de reflexão chegou à conclusão de que havia uma relação, uma harmonia talvez, na busca espiritual de Novalis e no itinerário contemplativo dos grandes místicos. A mesma linguagem, a música interior das palavras, a ênfase na interioridade levaram o autor de "Depuis Novalis" a assimilar o romântico alemão à linhagem de Juan de la Cruz, Lin-tsi e Djalâl-ud-Din Rûmî.

Esse achado assimilador de Ouellette não foi sem penúria, não foi

sem um pensar e repensar profundo para não cair na facilidade de preestabelecer uma fórmula de julgamento e ficar preso a ela - a fórmula de identidade mística - pela violência da interpretação. Ele, o poeta canadense, confessa que este ensaio cresceu como organismo vivo, organicamente, como ser vegetal que tinha sua própria forma selvagem. Foi assim que, violentado em si mesmo pelo chamado interior para escrever o livro, ficou aberto à ideia da identidade das vias de contemplação, de Novalis e dos místicos.

Se um poeta se debruça sobre outro poeta, não valem as palavras de Novalis citadas na epígrafe do livro comentado, que para um homem ter o sentimento de uma coisa, tem que ter a coisa em germe, em si mesmo? A própria poesia de Ouellette, poesia de contemplação sensual das coisas elevadas até a zona da pura vivência estético-espiritual, nos indica que há um parentesco com Novalis, parentesco mais estreito que o da carne, parentesco que é participação da mesma inteligência no comércio com os seres da poesia e da contemplação. O sentimento de Novalis estava em germe vivo, em crescimento, quando da penetração no mundo do poeta romântico. Para recriar o universo de Novalis, centrado em "Os Hinos", única obra do poeta publicada em vida tão escassa em anos, Ouellette transita através de "Os Discípulos em Sais" e "Henrique de Ofterdingen".

De "Os Discípulos", o autor do livro em comentário faz, após reduzido a um esquema, penetrante interpretação de suas partes. É a Natureza o assunto e ela, personagem protagonista, é capturada pelas palavras, verdadeiras imagens e expressão da alma; a palavra autêntica e fundadora, das Santas Escrituras, ressoa como um acorde da sinfonia do universo. O Mestre é quem sabe globalmente, fundando seu conhecimento na totalidade do ser; o Discípulo é o vidente e ao mesmo tempo o revelador. A significação precisa do romantismo - uma maneira de viver ou de morrer, o sentimento entusiasta da liberdade é posto em evidência por Ouellette. Houve um momento em que deuses e homens e animais e coisas trabalhavam em comum e o conhecimento era comunicado pelo mito; a experiência da Natureza era uma festa, um banquete, a comunhão religiosa que dá significação à vida. Sobreveio, porém, ruptura e o mito ficou vazio de significação participante: foi o homem caído. Nesta parte, em "Depuis Novalis", é realizada uma sutilíssima recriação do sentido da palavra no poeta alemão que é o de estar em harmonia com o mundo e expressá-lo fielmente. Analisa Ouellette os dois caminhos de Novalis, o da experiência pela história e o da contemplação interior.

O tempo romântico

Voltemos ao fato de que a atualidade de Novalis se identifica com a



mos destruídos por um novo ciclo. Enquanto isso, estendemos as mãos, latindo-americanos, africanos, asiáticos. Não para chorar-gemer, mas compreender-organizar. Irmãos, sangue, pele-pele, negros - não negros, brancos - não brancos, que tiver uma pedra no intestino".

Contudo sabe José que "aqui nada se move. Às vezes, raras vezes nos últimos mil anos, alguma coisa se movimentou". Apesar de chegar a ser torturado, espezinhado, machucado, José "não queria morrer, mesmo (porque) quando não se tem mais forças, se tem ainda vontade". Adere, então, à guerrilha urbana. Apela para o terrorismo, para a violência - sabe que "já fuzilaram todos os seus companheiros" - e nem por isso deseja a morte, pois a morte "é a insegurança, a individualidade" ("Che" Guevara?). Luta, com suas próprias armas, contra a polícia, contra os poderes constituídos, contra a ditadura, contra seu próprio medo, porque acha que "deve (haver) um estágio para se chegar a uma coisa melhor", pois "se tudo explodisse, (tudo) iria começar de novo". Falta-lhe talvez um pouco mais de coragem, de predestinação; diz ele: "no começo eu tinha mais coragem (...) no começo eu tinha mais ódio, era mais cego, me atirava. Para estes homens, se atirar era suicídio. Atirar-se era precipitação. Precipitação e impaciência são a morte" (página 267).

Apelando para a violência, José viveu o passado, o presente e o futuro numa fração de segundo; sequer assimilou. Ou assimilou? E pergunta-se ele, à página 251: "Adiantou a violência? Adiantou. A gente tem de cuspir, em vez de engolir o catarro e se envenenar. Cuspir no olho e na boca de quem está querendo pisar na gente. Dar troco. Não ficar devendo. O que eu fiz foi para não ficar sufocado, poder gritar. Um minuto meu é a eternidade deles. Vivi 130 anos, mãe. Era isso, a salvação meu filho, salvar sua alma, era o que você dizia cercada de velas e incenso e flores e santos. Vivi 130 anos diante de cada homem a quem apontei o revólver".

Crítica social

"Zero", em seu âmago, é a saga de José, mas é também a saga de todo um povo, de toda uma raça que é perseguida, que passa fome, que é descolrida, que é entorpecida pelo futebol, pela pinga, pelo jogodinho, pela loteria esportiva, pelo cafezinho e pela televisão. Além do alto senso poético que possui o romancista, como em visão, à página 242, ou como nesse verdadeiro poema em prosa que é SUBIU AOS CÉUS, AO TERCEIRO DIA, RES-SURTIU DOS MORTOS (página 288), ou como às páginas 30 e 31,

quando José encontra o Homem, na parte intitulada A CRIAÇÃO DE JOSÉ SEGUNDO O HOMEM, é essa tendência ao grande painel o que dá grandeza a esta obra notável que é "Zero".

Nesse painel o que imediatamente se destaca, o que logo vem para um inofensível primeiro plano, é uma constante apologia que faz o autor à violência, não apologia da violência pela violência, mas da violência organizada, como revidar a todo um insustentável "status quo" (ver o leitor os dois primeiros parágrafos, belíssimos, da página 179). Por outro lado, Ignácio de Loyola Brandão não deixa nunca de incluir nesse painel a crítica, o sarcasmo, a ironia desabusada, como à página 186: "São sádicos todos os policiais?", ou à página 194 o trecho intitulado PARA DECLAMAR, com um típico clima de Chico Buarque de Holanda, ou então as várias alusões a Silvio Santos, como neste MEIOS DE COMUNICAÇÃO, à página 192, em que diz ele: "O animador de auditório tinha um grande sorriso, uma grande companhia para a venda de coisas aos pobres, era muito rico, o homem sem pernas precisava ganhar dinheiro. Será a história do bem e do mal, do rico ruim e do pobre bom?"

O painel, entretanto, com suas pinceladas fortes, drásticas, parece não ficar por aí. A sequência, que vai da página 187 (O QUE VOCE QUER JOSÉ) à página 189, começa com uma sátira mordaz ao Jorge Amado de «Os subterrâneos da Liberdade» (má literatura, pseudo-engajada) e termina esplendidamente com Ruy Barbosa, este último, inclusive, textualmente citado («Oração aos Moços»). Paralelamente à denúncia que faz o romancista, ora não entendendo o conformismo(?) de José, ora acreditando que o personagem está despiantando(?), são vários os trechos de «Zero» em que há um paradigma, ou melhor, um paralelo mesmo, ainda que hiperbólico, com passagens do Novo Testamento, que muito vêm enriquecer a obra, dando-lhe força e penetração, através de uma correta utilização de um virulento sarcasmo.

A passagem JOSÉ É PRESO, número I e II, à página 247, é um exemplo característico do que afirmamos. Igualmente o trecho A ESCALADA, à página 219, com a matança das crianças, ordenada pelo novo Herodes, de um incontestável senso crítico e dramático, principalmente se atentarmos para o absurdo da cena, quase atingindo as raízes de Ionesco, se uma determinação dessas, realmente fosse tomada, em qualquer país do mundo (sic!).

Outro ponto que gostaríamos de acentuar, em «Zero», é a feliz mistura que faz Ignácio de Loyola Bran-

dão de uma espécie de neo-realismo, do tipo de Henri Miller (a lua-de-mel de José e Rosa), com o realismo fantástico do García Márquez, especialmente de «Cem Anos de Solidão». A passagem cognominada A ROSA A INVENCÍVEL é outro dos muitos poemas em prosa que encontramos nesta obra. As rosas amarelas rompendo o cordão de isolamento "em torno do túmulo do bandido da rosa amarela", e cada vez mais crescendo e lançando raízes "por baixo de outros túmulos", desabrochando no cemitério todo, é de grande sagacidade criadora, pois, ao contrário do escritor colombiano, Ignácio de Loyola Brandão leva a narrativa para o lado mais grotesco do próprio grotesco, já que assim termina a coisa toda: "Os botânicos descobriram que era de plástico. Multidões faziam filas diante do cemitério: queremos as rosas, gritavam. A polícia vinha e dissolvia tudo com jatos de água e areia fina".

Há, porém, outras passagens que gostaríamos de citar aqui, a fim de deixar bem patente a profunda ironia desse romancista admirável. Nessa mesma página, 202, lemos o seguinte: "Há tantos anos, foi descoberta a vela de cera, a maior invenção depois da lâmpada elétrica". Em seguida, à página 250, este PENSAMENTO DO DIA: "Pais subdesenvolvidos, uma ova. Visita o Salão do Automóvel". Ou, então, este corajoso aproveitamento da famosa frase, atribuída a Maria Antonieta, rainha de França: "Se o povo não tem pão, que coma isopor. É branco, macio e em fatias parece pão pulman".

Não obstante, também neste item, a coisa não fica por aqui. À página 181, além da verve manifestada pelo escritor, notem os leitores a força que possui a sua crítica social neste trecho, que aliás fazemos questão de transcrever: "Os comuns, onde estão os comuns? / Havia crucificados, porque ali era o campo dos crucificados. / Comum? Crucifique-o. / Indústria ganhava muito dinheiro com a concorrência das cruzeiras. De ferro, simples, com buracos por onde passavam os parafusos que atravessavam as mãos. E aos domingos e sábados e feriados e dias santos, o povo sentava-se com cestas e fazia piquenique, observando os homens / e as mulheres / morrem. In hoc signo vinces..."

A salvação derradeira

Há uma moral, afinal das contas, em «Zero»? Sim, há uma moral, que resultaria, em última instância, no sentido antiburguês, em uma antimoral (e não amoralidade), de onde virá talvez, para o romancista, a salvação derradeira, neste mundo agressivo e violento em que vive-

mos hoje em dia. E é ele mesmo quem diz: "Não ter perversidade / requintes de perversidade. Mate, como se estivesse prestando um favor".

Seria perigosa, por acaso, essa mensagem ética? Duvidamos. Não cremos. Ela é um símbolo.

Diz Ignácio de Loyola Brandão, em uma de suas melhores e mais lúcidas páginas: "Sempre quis o mundo arrumadinho para não me machucar muito. Qualquer coisa fora me atingia. De repente, descobri: é a gente que arruma o mundo, do nosso jeito. É preciso arrumá-lo todos os dias, remontá-lo, reorganizá-lo. Isto não traz conforto, nem segurança, nem estabilidade, nem paz. Tudo isso que a gente procura; e finge que não; acho que a gente nasce para tentar um pouco de paz. Mas se a gente tem guerra, vamos guerrear, porque se é guerra, a paz não tem sentido".

Qual a conclusão? Quem abrirá a última porta? ELE? Ou "o que existe dentro dela"?

José, o personagem central de «Zero», gosta de pensar "coisas sem sentido (...) porque as coisas com sentido, não fazem sentido". As pessoas, continuamente, lhe dão medo. Pensa, sempre, que alguém o vai agredir. "Vivo preparado para me defender. Trato bem os outros, mesmo quando não quero tratar, porque acho: e se o outro não gosta do meu jeito e parte para cima de mim? Quando chego de noite à casa, espero alguém no corredor, atrás da porta, ou alguém deitado na minha cama dizendo que ela não é mais minha".

Qual a verdade, finalmente, para José, a mãe terra ou a cama? Por enquanto, a cama! Mais duro do que o colchão da cama, é ter nascido na América Latina.

EDMUNDO MONIZ

HISTÓRIA

AS LUTAS DO POVO

A «História das lutas do povo brasileiro», de José Barboza Mello constitui um panorama da vida nacional que vai da chegada dos portugueses ao Brasil, no século 16, à conjuração mineira de 1789, que tinha como objetivo a independência e a república.

A obra de Barboza Mello tem a excepcional virtude de focalizar parcialmente os acontecimentos históricos e sociais que ressaltam os movimentos populares e seus principais protagonistas. Escrita numa linguagem clara, direta e viva, as narrativas ganham uma nova dimensão que são o resultado dos elos que unem uma às outras, formando um todo indissolúvel.

O próprio Barboza Mello é quem diz que "a epopeia de mais de quatro séculos de lutas constantes pela nossa emancipação social e política" constitui "uma longa caminhada" em que estas lutas "tiveram características distintas", mas "sem solução de continuidade, com um desenvolvimento próprio na etapa inicial - resistência dos nativos aos invasores - e, posteriormente, depois da formação da nacionalidade", beneficentemente influenciadas "pelas grandes revoluções dos Estados Unidos e do Velho Mundo".

Para melhor apresentar os principais episódios das lutas populares, Barboza Mello divide a sua história em quatro ciclos: de Cabral a Nassau, do descobrimento à dominação holandesa, isto é, "da resistência do indígena aos invasores, numa luta desigual e vazia para enfrentar os portugueses, os franceses e os holandeses por mais de um século"; o dos guarapés à conjuração mineira, que é o da luta de formação da nacionalidade brasileira, iniciada com a guerra contra os holandeses, formação que teve notável contribuição da República dos Palmares e continuou até o movimento de idéias republicanas, dirigido por Tiradentes; o de Tiradentes a Floriano Peixoto, que parte das primeiras manifestações republicanas à proclamação da república; e, finalmente, o de Floriano a Getúlio Vargas, que se estende do início da república até a década de 50 de nosso século.

Barboza Mello apenas publicou o volume que abarca os dois primeiros períodos. Ao focalizá-los o fez de maneira firme e segura em que o aspecto didático torna mais claro as idéias progressistas de seu autor.

Barboza Mello vem preencher uma lacuna na historiografia brasi-

leira. Não partiu de cima para baixo. Não examinou os acontecimentos pelo prisma da história oficial. Escreveu com extraordinária independência, apresentando os movimentos populares em sua autodinâmica, que os levava, por um processo molecular, a se desencadear de maneira incontível.

A conjuração mineira foi duramente esmagada pelos portugueses: Claudio Manoel da Costa morreu no cárcere - vítima das mais cruéis torturas ou suicidou-se para evitá-las. Tiradentes foi enforcado e esquartejado em praça pública num ambiente de covação e de revolta que se verificava em Vila Rica. Tomás Antônio Gonzaga seguiu para o exílio na África de onde não voltaria mais. Mas as repressões por mais violentas que sejam não atingem as idéias. Atingem simplesmente os que, em determinadas épocas, têm a missão de representá-las. A prisão, o exílio, a morte destruíram os heróis da conjuração mineira. Mas não a idéia da independência e da república que, no decorrer do tempo, terminaram por triunfar.

Podemos divergir dos métodos e de alguns pontos de vista no campo histórico, de Barboza Mello. Mas não podemos deixar de reconhecer a importância de sua obra.

O primeiro volume está feito com grande êxito. Esperamos o segundo e o terceiro. A história não cessa aqui ou ali, neste ou naquele período. Encontra-se em contínua transformação com toda a sua potencialidade interior de que fala Potengi, em que a objetividade e a subjetividade se chocam, se alternam e se complementam.

Barboza Mello, num vivo colorido, apresenta o grande mural de dois ciclos históricos da luta do povo brasileiro nos primeiros séculos da vida colonial. Uma de suas características mais significativas é o sentimento espontâneo que o leva a situar-se ao lado dos movimentos populares. Mas esta posição não o torna isento de parcialidade, pois coloca acima de tudo a realidade dos fatos, sem ajeitá-la a nenhuma conveniência preconceitual.

Assim Barboza Mello nos deu uma obra que se torna daqui por diante imprescindível aos que se dedicam ao estudo sério e preciso da história brasileira.

REYNALDO BAIRÃO

atualidade do romantismo. O romantismo é um estado de espírito além de uma etapa temporal; parecia que ele, o romantismo, se apagava e reaparece em diversas etapas com renovada sonoridade. E nesta fase estamos, de reaparição e de alumbramento. Quais as formas e modos, quais os canais de apresentação, quais as faculdades do humano chamadas, qual a pressão sobre a alma individual na fase do espírito romântico? É a manifestação pelo sonho, é o predomínio das profundas capas irracionais da consciência, do sensível sobre o inteligível, da cálida subjetividade sobre a frieza do objetivo, é a busca veemente das zonas misteriosas a que só temos acesso pela imaginação e a fantasia, é a busca do sagrado pela interrogação dos sentimentos. E então, qual o âmbito, senão a noite mística, a solidão, o monólogo dos sentimentos?

O tempo romântico todo o impregna, a religiosidade, a poesia, a filosofia. É o signo de nosso tempo que reage contra a obnubilação das faculdades românticas do homem. Por isso é válido e atual o resgate que se propõe Fernand Ouellette do romantismo através de um de seus mais excelso representantes, Novalis. Na reconstrução minuciosa do itinerário místico de «Os Hinos à Noite» que este livro de «errances et gloses» faz, assinalado, o itinerário, ao de Juan de la Cruz, de Jacob Boehme e de outros da mesma estirpe, se nos apresenta o eterno e



Fernand Ouellette:
uma volta às fontes
místicas do homem

intenso drama do humano, a volta à unidade perdida, a unidade mística com o sagrado.

Por que, novamente, esta busca de Novalis em Novalis? Por que a penetração minuciosa no mistério inato do poeta alemão? Sem dúvida porque Novalis, momento índice da poesia, representa o que há de mais vivo, de mais imperecedouro no movimento do romantismo. Ele, Novalis, como romântico soube fazer a re-creation verbal do mundo, de um mundo caído. Só os poetas têm a consciência desapercebida da ruptura com os celestes e a Natureza. Ele, Novalis, impregna toda sua obra de uma nostalgia infinita daquele mundo em que homens e deuses, se

entendiam diretamente, pela palavra. Fernand Ouellette reconstrói parcimoniosa e finamente o pensamento poético de Novalis quando assinala o nascimento da cultura, quando os homens se situaram frente à frente, diferenciados, da Natureza, e consumaram a ruptura com o grande Todo, destruindo a harmonia original.

O romantismo poético testemunha que o poeta, o demiurgo da palavra, conserva o poder criador ainda que sem o equilíbrio da inocência original. «Henrique de Ofterdingen» na busca da flor azul, e os «Hinos» como retorno pleno ao subjetivo, ao coração invisível, mostram a intensificação de ser, de ser além da razão e dos sentidos.

Não é, pois, de atualidade periódica essa volta às fontes misteriosas - místicas - do homem? O romantismo na poesia, o romantismo filosófico, o romantismo estético é hoje de significativa atualidade porque apela às fontes mais íntimas, àquele coração invisível do homem. O romantismo é também um movimento de juventude, de primavera, que se expressa pela imaginação e pela fantasia. Como não chamar agora a todos os nomes do romantismo para o resgate espiritual do homem? E como não fazê-lo, como o faz o poeta canadense Fernand Ouellette, através da poesia angélica de Friedrich von Hardenberg, chamado Novalis?

EFRAIM TOMÁS BÓ

JÁ NAS BANCAS!

ROCK



Neste número:
ELVIS, ROCK E NOSTALGIA

No jornal:
CAETANO VELOSO
MILTON NASCIMENTO

COMPLETE A SUA COLEÇÃO!

Já lançados: 1 - The Rolling Stones, 2 - Paul McCartney, 3 - Pink Floyd, 4 - Bob Dylan, 5 - Yes e Rick Wakeman, 6 - Jimi Hendrix, 7 - Elton John.

Do n.º 1 ao 3 Do n.º 4 ao 7 ou 30,00 (4,00 cada) (5,00 cada) pela coleção

Mande vale postal no valor assinalado em nome de ROCK, A HISTÓRIA E A GLÓRIA, Rua do Lopo, 120, gr. 504, ZC 05 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro, RJ

LEIA

ABERTURA CULTURAL

UM MENSÁRIO DIFERENTE
UMA ATITUDE DIANTE DA VIDA

8 ANOS DE TEATRO DE RUA
UM MOVIMENTO

- Uma Campanha

NAS BANCAS
do Brasil e Portugal
ou contato pela
Caixa Postal 12.193 ZC-07 RIO

ESTA COM PRESSA?

NAO QUER PERDER O

AVIAO?

QUER PEGAR O

JOGO DO FLAMENGO DO

INICIO?

QUER VER O

INICIO DO PAREO?



Ligue para
227-0060 ou 227-0062
e procure o

Geraldino motorista
no Sol Ipanema.
Ou então procure o Galá
ou o Eni que eles
lhe informam o paradeiro
do Geraldino. Ele,
Geraldino Luiz
Alves Pereira,
tem um Opala (LB-0282)
e um TL (TA-5752)



«O que os olhos
vêm»: Chico Liberato, premiado
na II Jornada

CURTA-METRAGEM

O MUNDO DO TRABALHO NA 4ª JORNADA

Uma retrospectiva de documentários nacionais e estrangeiros de curta e longa-metragem, subordinada ao tema "O Mundo do Trabalho no Cinema", será uma das atrações da 4ª Jornada Brasileira de Curta-Metragem, a ser realizada em Salvador de 2 a 6 de setembro (fase baiana) e de 8 a 14 (fase nacional).

O objetivo dessa retrospectiva - segundo o diretor da Jornada, Guido Araújo - é suprir a lacuna aberta pelo cinema brasileiro no que respeita às atividades profissionais do homem. Os filmes a serem projetados mostrarão diversas facetas sociais do trabalhador em sua faina diária.

A Jornada, cujo filmes serão vistos no Cine Teatro Senac-Pelourinho, terá a participação de representantes de 12 Estados: Pará, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas, Rio, São Paulo, a própria Bahia e o Distrito Federal. Os curtas-metragens concorrentes (cujo tempo de duração não pode exceder a 30 minutos) abrangerão as três bitolas: super-8, 16mm e 35mm.

Na primeira fase, haverá apresentação dos filmes inscritos para a comissão de seleção, seminário sobre a problemática da curta-metragem no Brasil e programação especial dos filmes premiados nos três últimos festivais de Oberhausen (Alemanha Ocidental).

A segunda compreenderá apresentação ao público dos filmes escolhidos pela comissão de seleção, mostra informativa dos filmes não-selecionados, debate crítico sobre os filmes da Jornada, simpósio nacional sobre as perspectivas da descentralização da produção cinematográfica e a abertura do mercado para o 16mm, mostra informativa do Documentário Latino-Americano e debate sobre o cinema latino-americano e a possibilidade de intercâmbios.

Filmes

Setenta filmes se encontram inscritos para o certame - a maioria já está em Salvador -, havendo um equilíbrio nas três bitolas. Entre os inscritos figuram "Arte tradicional da Costa do Marfim", de Alexandre Eulálio (diplomata e crítico de arte); "Leila para sempre Diniz", de Sérgio Peres e Marisa Leão Sales (estudantes de comunicação); "Cinema Iriis" (mais antigo cinema carioca), de Carlos Diégues (cineasta conhecido); "A pedra da riqueza", de Wladimir

Carvalho (professor em Brasília e vencedor da última Jornada).

Olney São Paulo inscreveu o documentário em 35mm "Teatro brasileiro", e seu filho Ilya Flaherty São Paulo, a fita de ficção em 16mm "Memórias de um fantoche", sobre um casal de bonecos (marionetes). Zé Gripino e Maristher, que viveram na África e estão radicados na Bahia, comparecerão com dois super-8: "Mãe de santo Djatassi" e "Fetichismo do sul do Dahomey".

Veracy Costa, que leciona no CENEDUC de Olinda, participará com um Super-8. Outro pernambucano, Fernando Spencer (premiado na Jornada anterior com o super-8 "Valente é o galo") também mandou um 16mm. Na Bahia concorrerão, entre outros, Francisco Liberato, com "Menino Jesus não-identificado" (filme experimental com texto de Alba Liberato e música de Rufo Herrera), Fernando Be-

lêns (um dos vencedores da Jornada passada com "Experiência-I") com um super-8 interpretado por Diomirah do Valle: "Crianças do morro da Sereia", também experimental. Outro baiano a concorrer é Agnaldo Azevedo, igualmente premiado na III Jornada com "O Boca do inferno" (Gregório de Matos).

Premiação

Este ano será adotado um critério de premiação mais adequado: serão atribuídos três troféus aos melhores filmes nas três bitolas. Estes serão os únicos prêmios oficiais. Toda a soma em dinheiro que o certame dispuser será distribuída equitativamente entre os filmes selecionados. Extra-oficialmente, poderão ser concedidos prêmios a qualquer filme da Jornada, independente de ter sido selecionado ou não.

Além dos patrocinadores da Jornada, Coordenação Central da Ex-



«Lua Diana»:
Mário
Cravo Neto,
premiado
na
II Jornada

tensão da Universidade Federal da Bahia e Instituto Goethe/Salvador, contribuirão financeiramente (ou de outra maneira) a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Departamento de Assuntos Culturais do MEC, o Instituto Nacional do Cinema, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia, a Associação Baiana de Imprensa, a Construtora Lufs Pereira de Araújo (BA) e a Prefeitura de Salvador.

Assim, a Cinemateca do MAM oferecerá um prêmio de produção, que compreende montagem e sonorização, em seu estúdio do Rio; a Coordenação Central da Extensão da UFBA entregará uma verba maior que a anterior; o INC concederá o Troféu Humberto Mauro e Cr\$40 mil para as premiações; a Associação Baiana de Imprensa conferirá o Troféu Walter da Silveira no valor de Cr\$2 mil; a Construtora Lufs Pereira de Araújo entregará o Prêmio Orixá: Cr\$3 mil e troféu ao melhor super-8; e a Prefeitura Municipal hospedará os membros das Comissões de Seleção e Premiação, colocando também um ônibus à disposição dos participantes do encontro.

Retrospecto

Nas mostras anteriores a Bahia teve vários filmes premiados. Na penúltima, por exemplo, realizada em 1973, cinco fitas baianas ganharam troféus. Nesse ano os premiados foram os seguintes:

Super-8 - Prêmio Secretaria de Educação, no valor de Cr\$2 mil, "Lua Diana", de Mário Cravo Neto (BA); Prêmio Produção Cinemateca do MAM (sonorização e montagem do próximo curta-metragem em 16 ou 35mm, do realizador premiado), "Missa do vaqueiro", de Hugo Caldas (BA).

16mm - Prêmio UFBA, no valor de Cr\$5 mil, "Migrantes", de João Batista de Andrade (SP); Prêmio Walter da Silveira (ABI), no valor de Cr\$2 mil, "Major Cosme de Farias, o último deus da mitologia baiana", de Tuna Espinheira (BA); Prêmio do INC, no valor de Cr\$2 mil, "O que os olhos vêem", de Francisco Liberato (BA).

35mm - Prêmio INC (Cr\$6 mil) e Troféu Humberto Mauro, "Inclinação para um trem de ferro", de Vladimir Carvalho (DF); Prêmio INC (Cr\$4 mil), "O Mundo mágico de mr. Kristophors", de Carlos Gaudenzi (BA); Prêmio INC (Cr\$3 mil), "Magarefe", de Vito Diniz (BA).

Ano passado

As qualidades técnicas e artísticas de cada um dos filmes inscritos na mostra competitiva foram levadas em consideração pelo júri da 3ª Jornada Brasileira de Curta-Metragem, efetuada em 1974, que premiou os seguintes filmes:

Super-8 - "Valente é o galo", de Fernando Spencer (PE), Prêmio Fundação Cultural do Estado da Bahia, Cr\$2 mil; "O jogo na paisagem nordestina", de Lindinalva Oliveira (BA), Prêmio Walter da Silveira, Cr\$2 mil; e "Experiência-I", de Fernando Antônio Belens (BA), Prêmio Fotótica, um editor de super-8.

16mm - "O boca do inferno", de Agnaldo Azevedo (BA), Prêmio Universidade Federal da Bahia, Cr\$5 mil; "A morte do vaqueiro", de José Carlos Capinan e JCA (GB), Prêmio Instituto Nacional do Cinema, Cr\$2 mil; "Inês de Castro", dos alunos do Colégio Equipe de São Paulo, Prêmio Cinemateca do MAM, sonorização de um filme; e "Moçambique", de Plácido de Campos Jr. (SP), Prêmio Nova Jerusalém, 1.200 pés de filme virgem, estaua de oito dias em Nova Jerusalém e Troféu Nova Jerusalém.

35mm - "Vila Boa de Goiás", de Vladimir Carvalho (DF), Prêmio INC (Cr\$6 mil) e Troféu Humberto Mauro; "Herói póstumo da província", de Rudá de Andrade (SP), Prêmio INC (Cr\$4 mil); "O que eu vi. O que nós veremos", de Eduardo Escorial de Moraes (GB), Prêmio INC (Cr\$3 mil); "O curso de poeta", de Jorge Laclea (GB), Prêmio Baiatur-sa, aquisição da cópia do filme, Cr\$8 mil; o júri concedeu ainda Menção Honrosa aos filmes "Etéri-to", de Antônio Miranda Fernandes (BA), super-8; "Caipora", de Francisco Liberato (BA), 16mm; e "Dona Julieta", de Ary Alves Pereira (SP), 35mm.

ALBERTO SILVA

CRÍTICA 1 a 7/9 de 1975

o ÍNDIO NO CINEMA

"Uma terra sempre furtada/ pelos que vêm de longe e não sabem/ possui-la/ terra cada vez menor/ onde o céu se esvazia de caça e o rio é memória/ de peixes esvaziados pela dinamite/ terra molhada de sangue/ e de cinza esterçada de lágrimas/ e lues/ em que o seringueiro o castanheiro o garimpeiro/ o bugreiro colonial e moderno/ celebram festins de exterminio".
(Pranto Geral dos Índios de Carlos Drummond de Andrade).

A raça índia (assim denomina-se o conjunto das populações que ocupavam as Américas antes da chegada dos europeus, se bem que etnicamente estivessem longe de constituir uma unidade) foi vítima do maior genocídio da história da humanidade a partir do século 16, e hoje só consegue ser majoritária em poucos países (Peru, Bolívia, Equador, Guatemala), embora ainda contribua com uma percentual expressivo em alguns poucos países (México, Paraguai). Mesmo nos países onde foram mais dizimados, os poucos sobreviventes continuam lutando pelos seus direitos e por sua afirmação étnica e cultural. Vide por exemplo os choques (frequentemente armados) entre os ogla-sious e o governo norte-americano, o movimento crescente de índios e esquimós de criarem estados índios dentro do Canadá, e as ainda crescentes brigas que envolvem índios, camponeses e a Funai no Brasil.

O Brasil, aliás, é um dos únicos países do mundo que ainda possui fronteiras em expansão — causa maior dos choques — pois a frente colonizadora expulsa as tribos do seu território para utilizá-lo economicamente (pastagens, seringais, etc.). A ação do governo brasileiro tem sido ambígua. Por um lado, promove a obra assistencial inspirada nos ideais humanísticos de Cândido Rondon e prosseguida por Noel Nutels, Darcy Ribeiro e os irmãos Villas-Boas. Daí, o Serviço de Proteção aos Índios foi criado em 1910 e a Fundação Nacional do Índio em 1968. Por outro lado, a falta de preparo dos nossos políticos e tecnocratas (muitos são partidários do desenvolvimento predatório) até hoje tem sempre levado a uma posição omissa, conciliatória ou mesmo corrupta em relação ao problema indígena. O SPI, por exemplo, criado para proteger as populações tribais, acabou sendo um organismo conciliante com o extermínio físico ou cultural de comunidades inteiras. Mesmo a moderna Funai não está inteiramente isenta de culpa, assim como o Incra etc etc.

O problema índio é sério, delicado e explosivo. Há dez anos, a população indígena brasileira era estimada em 20 mil indivíduos. Hoje, apenas de índios "pacificados" existem cerca de 120 mil. É pouco mais de 0,1 da população nacional, pretexto de alguns órgãos públicos para continuar a ignorá-los. O índio não é, entretanto, a única vítima do descaso governamental. Seu tradicional inimigo, o seringueiro, também não encontra nenhum amparo (há cerca de 10 mil famílias de seringueiros refugiadas na Bolívia depois que suas terras no Acre foram cedidas a grupos econômicos paulistas) — o que agrava ainda mais a situação. Mas isso já é outro assunto, embora, como já dissesse o velho Noel Nutels, "a civilização que sacrifica raças e culturas antiquíssimas é uma farsa amorosa".

Mostra etnográfica

A Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro acabou de apresentar na 1ª Mostra do Filme Etnográfico uma série de filmes dedicados ao índio brasileiro, com obras pertencentes ao próprio acer-



Mostrar
índio simplesmente, não é
etnografia

vo do MAM, do Museu do Índio, de televisões estrangeiras, etc.

Foram exibidos alguns filmes de ficção brasileiros referentes aos nossos índios, entre eles o paternalista e abominável «O Descobrimento do Brasil» (37) de Humberto Mauro (música de Villa-Lobos), o plasticamente lindo «Como Era Gostoso Meu Francês» (71) de Nelson Pereira dos Santos, o interessante «Ulra, um índio a procura de Deus» (73) de Gustavo Dahl, e o ainda inédito «Ubirajara» (75) de André Luiz Oliveira (filme excelente e importante que será devidamente comentado quando entrar em cartaz, o que todos esperam que aconteça o quanto antes).

Bem mais importante do ponto de vista etnográfico, são, porém, os curta-metragens. Os filmes pertencentes ao Museu do Índio são muito importantes historicamente, pois grande parte do seu acervo foi perdido em 1967 num grande incêndio que destruiu as instalações do SPI, exatamente quando o então ministro do Interior, general Albuquerque Lima, pretendia levar adiante averiguações sobre suas irregularidades. A maioria desses filmes está contida no mais preocupante em retratar a ação dos órgãos governamentais (propaganda) do que estudar os índios (etnografia).

Uma trilha sonora repleta de música clássica (de Villa-Lobos a Remo Usai) e de narrações pomposas, subliterárias e até anticientíficas, neutraliza muito da força e raridade visual das imagens de, por exemplo, «A Epopeia da Comissão Rondon» (55) de Achilles Tartari (raríssimo), «Kuikuro» e «Kalapalo» de Nilo Vellozo (ambos de 1945). Por ironia, esta mesma narração e trilha sonora demonstram muito de como era visto o índio pelos órgãos governamentais dessa época. Qual a validade científica de um funeral bororó ao som de Villa-Lobos? Note-se que

este tipo de trilha sonora aparece até em «Um dia na vida de uma tribo da floresta tropical» (1950) de Darcy Ribeiro.

Há outros filmes que, mesmo com qualidades, são muito mais reportagens audiovisuais do que documentos etnográficos. Entre esses, «Ran-kokamekra, Vulgo Kanela» (75) de Walter Lima Júnior (produção da TV-Globo) que nos esclarece bem mais sobre a política da tribo do que sobre seus costumes particulares; «A Tribo Hostil» (56) de Jesko von Putkamer (produção BBC de Londres) sobre os txikão; «A Tribo que se Escondeu do Homem» (72) — (produção BBC de Londres) sobre os krain-akarore, pacificados em 1972, quase exterminados em 1975; ou mesmo «Os Homens que Vieram do Céu» (70) de François Floquet (produção TV canadense) sobre os produtores temidos kanapense. Esses filmes, não por acaso todos feitos para TV, documentam ou recriam fatos, mas não têm profundidade científica. São reportagens jornalísticas sobre índios, com elementos de etnografia, mas não são essencialmente etnográficos.

Também jornalístico é «Xingu, um Reino na Floresta» (72), sem indicação de autor ou origem no programa da Cinemateca. Este é mais sobre os irmãos Villas-Boas que sobre o Parque do Xingu ou qualquer das dezessete tribos que o compõem.

Mais próximos do termo "documentário" são «A Ilha do Bananal» (70) de Genil Vasconcelos e «Jornada Kamayurá» (66) e «Kuarup» (63) de Heinz Foerthman, produzidos por órgãos estatais brasileiros. Os dois primeiros, se bem que interessantes, ainda pecam pelo uso de música ocidental e narrativa pomposa, mas o terceiro é bastante ilustrativo da festa do kuarup, ritual dos mortos do alto Xingu.

Dois filmes não têm justificada

sua presença na mostra: «Ukrinma-krinkrin» (75) de Carlos Frederico (que é um documentário sobre o compositor vanguardista Marlos Nobre) e «Exposição Krahó» (75) de Jom Azulay, que nada esclarece sobre índios, indigenismo ou coisa que o valha.

Vida dos índios

Três filmes especialmente possuem um nível acima dos demais, tanto cinematograficamente (forma) quanto cientificamente (ou seja, aprendemos alguma coisa de concreto sobre as populações que retratam).

O primeiro deles é «O Começo Antes do Começo» (73) de Roberto Kahané e Domingos Demasi. Trata-se de uma narrativa da cosmogonia desana (grupo tupiano da região do Rio Negro) da criação do mundo, sobre ilustrações do mito feitas pelos próprios índios. O filme é interessante e é o único da mostra que apresenta uma coautoria dos próprios retratados.

O segundo foi produzido pela Universidade Federal do Paraná pela equipe do professor Loureiro Fernandes e chama-se «Os índios Xetás da serra dos Dourados». Trata-se de uma reconstituição da vida material desses índios, hoje reduzidos a apenas cinco indivíduos. Pode parecer exaustivo, mas é seguramente didático e científico, e aqui realmente aprendemos alguma coisa sobre o assunto focalizado.

O terceiro filme é «The Feast» (68) de Timothy Asch, produção da Universidade de Columbia (EUA) que retrata a tribo dos yanomamis, que habita a fronteira da Venezuela e Brasil. Dois grupos yanomamis encontram-se para trocas materiais, depois decidem guerrear um terceiro grupo. A interferência do cinema é quase nula. Primeiro, é feito um resumo ao foto, com legendas traduzindo os diálogos. O resultado não poderia ser melhor, estamos presentes a um fato do qual nunca poderíamos participar pessoalmente, e ao mesmo tempo da sua explicação didática.

Hoje, que a opinião pública brasileira começa a dar-se conta do genocídio que foi e ainda é praticado em seu nome e em nome de um progresso abstrato, esta mostra do MAM constitui o dado mais objetivo de informação sobre uma minoria étnica brasileira já apresentada em nível de cinema. Esclarecimentos sobre uma epopeia que continua na vida real, na luta das Villas-Boas pela integridade violada do Parque do Xingu; das lutas dos velhos caçadores contra os invasores das suas terras tribais; e principalmente a resistência armada dos waimiri-atroaris contra a construção da mal-fadada estrada Manaus-Caracará que o governo federal empedernidamente resiste em desviar alegando problemas econômicos, quando já está ficando claro pra todos que o dinheiro gasto na "pacificação" começa a ultrapassar os supostos gastos do desvio, que salvaria vidas humanas e daria maior credibilidade à política indigenista nacional.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

Filmografia Pop/Rock

Semana passada, no artigo "Uma Filmografia Pop/Rock" foram omitidos os seguintes filmes:

The Beatles: «The Beatles Come to Town» — 63 (10 min), «The Beatles at the Stadium Coliseum» — 64 (30 min), «The Beatles in USA» — 64 (30 min), «The Beatles at Shea Stadium» — 66 (42 min) e «Let it Be» — 70 de Michael Lindsay-Hogg.

The Rolling Stones: «The Stones in the Park» — 69 de Jo-Durden Smith (53 min), «Charlie is my darling» — 65 de Peter Whitehead.

Bo Diddley: «The Big TNT Show» — 66 de Larry Pearce.

Cream: «Farewell» — 69 de Tony Palmer.

The Monkees: «Head» — 68 de Bob Rafelson.

Devem ainda ser incluídos na lista os filmes de soul «Wattstax» — 73 de Mel Stuart e «Save the Children» — 73 de Stan Lathan, com Isaac Hayes, Roberta Flack, Curtis Mayfield, etc.

ASSIM FALOU NENEM PRANCHA



Um livro de Pedro Zamora sobre futebol, com as dicas do velho profeta do futebol, Nenem Prancha. Neste livro, Zamora fala da história do jogo e de suas leis, princípios do jogo, leitura do jogo, sistemas de jogo, táticas, concentração, apresentando ainda os "Onze mandamentos do jogador de futebol", que tem a supervisão do Professor Almir de Almeida. Prefácio de João Saldanha. Preço: Cr\$ 20,00.

Pedem pelo
Reembolso Postal
à Editora Crítica
Av. Rio Branco, 156, s. 1222
Rio de Janeiro.

ORKESIS



ORKESIS

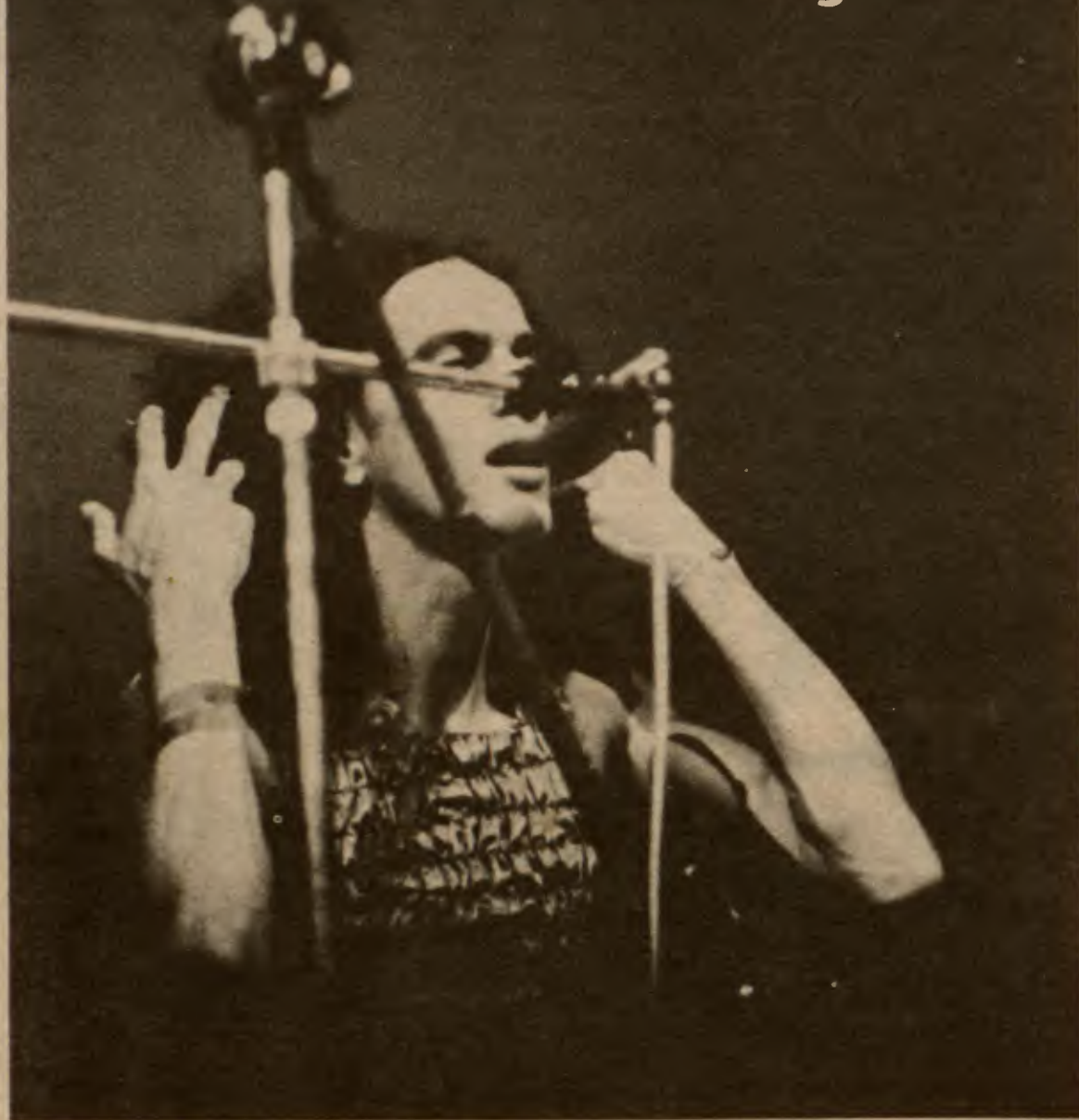
POEMAS
DE
FERNANDO MOUSINHO

Coleção Perpécia
EDITORA CRÍTICA
Cr\$ 12,00

Pedidos para
Editora Crítica
Av. Rio Branco 156/1222
— Ed. Ar. Central
ou
pelo telefone: 242-7395

(Façam acompanhar seus pedidos
com o correspondente ordem de
pagamento no valor de Cr\$ 12,00)

UMA JÓIA CONTRA A SANTA INQUISIÇÃO



Depois do insucesso comercial de «Aracá Azul», o baiano Caetano Veloso gravou dois discos: «Jóia» e «Qualquer Coisa». Atingido por uma proibição, a capa de «Jóia» foi apreendida, numa atitude que nos recorda a proibição feita à circulação do livro de gravuras de Pablo Picasso. Além da proibição oficial, o trabalho de Caetano está sendo combatido pela santa inquisição cultural. O cantor ratifica sua posição de importância na mpb. Caetano Veloso revela-se o mesmo grande cantor de sempre. E isto é muita coisa. Muito bom. Jóia mesmo.

Quando o poeta baiano Caetano Veloso voltou ao Brasil, em pleno verão de 1972, o acontecimento foi saudado por todos como dos mais expressivos na área da fermentação cultural. Inovador, Caetano revolucionou a produção musical ao incrementar seu som com as até então malditas guitarras. Importante por uma série de motivos, Caetano Veloso foi preso em 1968, e saiu para o exterior. Sua volta ao Brasil foi feita aos poucos: primeiro ele aqui esteve rapidamente para gravar um importante tape com João Gilberto para a Rede Tupi de Televisão, em 1971.

No chamado verão do desbunde, Caetano, então uma espécie de semideus da geração pier, chegou ao Rio de Janeiro. Seu exílio não foi improdutivo:

as gravações em Londres faziam parte das paradas de sucesso brasileiras. Quando Caetano voltou, o clima carioca era alienadamente "mágico": a ridícula contracultura brasileira dava seus primeiros e embrionários passos antes do aborto definitivo. Não faltou quem escrevesse na época, anunciando o fim de Caetano, juntamente com o fim do pier de Ipanema, que se transformaria num mar de merda.

Agora Caetano Veloso está novamente no centro das chamadas atenções gerais: dois discos na praça, uma capa proibida, uma temporada no teatro João Caetano, um processo por "atentado ao pudor", e mais a tropa de choque da santa inquisição cultural contra ele. E ele, bem na dele, sem ligar, fazendo

sua música. Compondo qualquer coisa e com uma voz e uma força de interpretação bem jóia, se me permitem o já gasto e batido trocadilho.

Não é qualquer coisa. . .

Muita gente está comentando o trabalho de Caetano. O que é muito natural, pois polêmico o baiano sempre foi. A desnecessária publicidade, adquirida a partir da proibição da capa de «Jóia», aumentou a onda. E Caetano? Como é que ele está vendo essa barulhada toda? Na maior calma.

"Jóia e Qualquer Coisa, antes de serem duas idéias, ou uma idéia de uma dualidade, foram dois títulos. Foi uma coisa mais prática do que propriamente um pensamento sobre o trabalho que estava sendo feito. O pensamento na verdade, foi

buscado depois da intitulação dos trabalhos. É preciso entender bem a indefinição dos dois, para que depois se possa tentar definir as coisas através dessa indefinição. O trabalho foi feito aos poucos, gravando música por música, sem se pensar em quantas se iria gravar nem como seria o disco, ou se seriam dois discos, ou um álbum duplo. Foi gravar o material que eu tinha. E eu tinha muita coisa, porque estava sem gravar há muito tempo (NR - o último disco de estúdio de Caetano foi o "amaldiçoado" Aracá Azul, de 1973).

Então foi assim: eu tenho uma música chamada Jóia, que eu fiz pra Gal gravar. Quando eu estava na Bahia, já com a metade do material gravado, eu fiz uma música chamada «Qualquer Coisa». Bem nessa hora pintou o grilo: o material dava para mais de um disco. Então imediatamente apareceu na minha cabeça a idéia de que a palavra jóia e a expressão qualquer coisa tem uma relação engraçada, porque jóia é uma palavra que quer dizer alguma coisa muito especial, de certa forma até elevada, acima das outras. Não é qualquer coisa. É uma jóia. E qualquer coisa é exatamente qualquer coisa. Eu acho muito engraçado essas expressões. Jóia inclusive pode ter um sentido de gíria, o que a torna uma palavra bem qualquer coisa, mas é um nome de uma canção muito especial, curta, com uma certa elegância formal. Pelo menos na minha cabeça. Então este é o meu trabalho".

Caetano corre o risco de quem assume uma atitude de vanguarda, no sentido mais literal da palavra: quem está na frente enfrenta sempre mais inimigos. A pedra atinge mais quem está na primeira linha. Assim a reação ao trabalho de Caetano Veloso está sendo grande e forte: a crítica séria detém-se na análise musical, a outra, prefere ficar fazendo pseudo-análises da roupa da platéia, da beleza da família do artista, tudo numa atitude que é realmente qualquer coisa.

Movimento sem movimento

Os discos Jóia e Qualquer Coisa foram distribuídos à imprensa com dois textos escritos por Caetano. Imediatamente foram batizados de "manifestos". O próprio autor coloca as coisas no lugar:

"Escrevi um manifesto do Movimento Jóia e um Manifesto do Movimento Qualquer Coisa, que é uma piada sobre movimentos - e é uma atitude bem qualquer coisa, porque não há movimento, nem necessidade de que haja movimento. No entanto fala-se nisso, as pessoas demonstram necessidade de que haja um movimento, uma linha, então eu faço uma brincadeira para mexer com essa coisa e escrevo os dois manifestos."

Quer dizer: quem resolveu dar algum status mais sério aos dois textos, entrou pelo cano. Mas vejamos os textos:

Qualquer Coisa

- 1) Nada de novo sob o sol. Mas sob o sol.
- 2) Evitar qualquer coisa, que não seja qualquer coisa.
- 3) Cantar muito.
- 4) Soltar os demônios contra o sexo dos anjos.
- 5) A subliteratura, a subliteratura e a superliteratura.
- 6) Por que não.
- 7) Jazz carioca. Samba paulista. Rock baiano. Baião mineiro.
- 8) Jazz carioca feito por mineiros. Samba paulista feito por baianos. Baião mineiro feito

por cariocas. Rock baiano feito por paulistas.

9) E até mesmo a música, por que não.

10) mas sob o sol.

11) A década e a eternidade, o século e o momento, o minuto e a história.

12) Exemplos: a obra de Jorge Mautner, a pessoa de Donato, o papo de Gil. O significante em Maria Bethânia. O significado em Elis Regina. Baiano e os novos caetanos etc.

13) Fama e cama. Sempre de novo deitar e criar.

14) Salvador Dali no fantástico.

15) O show da vida.

16) Bob Dylan live.

17) Qualquer coisa é radicalmente contra os radicalismos e, paradoxalmente, considera ridículo tal paradoxo. Ridiculamente não vê nenhum paradoxo nisso. Decididamente a favor do advérbio de modo.

18) A televisão está melhor do que o carnaval. Insistir no carnaval.

19) E de novo sob o sol. E sempre.

Jóia

Respeito contrito à idéia de inspiração. Alegria. Saber a calma para ir perder a pressa para estar. Inspiração quer dizer: todo esforço em direção a esforço nenhum, nenhum esforço em direção a todo esforço em direção a esforço nenhum. Todo esforço em direção a nenhum esforço em direção a todo esforço em direção a nenhum esforço em direção ao todo.

Nenhum círculo é vicioso, a ponto de impossibilitar o verde, o aparecimento do verde, a esperança no aparecimento do verde, escravo livre da insensatez azul e do equilíbrio amarelo. Respeito contrito à idéia de inspiração. Jóia. Meu carro é vermelho. Inspiração quer dizer: estar cuidadosamente entregue ao projeto de uma música posta contra aqueles que falam em termos de década e esquecem o minuto e o milênio. Inspiração: águas de março. O sexo dos anjos. E não fazemos por menos."

O repertório

Como o próprio artista reconhece, os dois discos só aconteceram em função do número de trabalho composto nos últimos dois anos. Assim a Philips resolveu partir para a perigosa idéia de lançar dois discos juntos. Com o preço médio de Cr\$ 50,00, a despesa dobra, mas a fábrica parece não ter medo de um fracasso comercial: afinal Caetano Veloso vende e tem um público fiel. O lançamento de dois discos, e não de um álbum duplo, parece desmentir a declaração de Elis Regina de que a creditação do mercado brasileiro não comporta mais de um disco anual para cada artista. Pode ser também que a idéia de Elis continue valendo e Caetano se inscreva no time das excessões.

O que importa é que o repertório apresentado ao público, nos discos e nos shows, é dos melhores. Além de músicas especialmente preparadas, Caetano nos apresenta um dos grandes momentos da poesia de Chico Buarque em "Samba e amor" ("debaixo do meu cobertor de lã, eu faço samba e amor até mais tarde e tenho muito sono de manhã"), para não falar de "Madrugada e amor", de um certo José Messias (seria o mesmo auxiliar de Flávio Cavalcanti?).

Caetano Veloso afirma que "Jorge Ben é a síntese perfeita da música brasileira" e gravou a belíssima "Jorge de Capadócia", composição de Jorge que é

um verdadeiro tratado de ritmo deste grande compositor. Querendo fazer um disco "livre" e descompromissado com qualquer estrutura artística, o baiano gravou também antigas músicas dos Beatles. O excelente crítico Roberto Moura refere-se às músicas que "Caetano deve cantar no banheiro". Nada mais certo. "Eleanor Rigby", "For no one", "Lady Madonna" e "Help" estão nos discos com interpretações novíssimas, como se o cantor estivesse em sua casa, brincando com as músicas.

A nudez proibida

A capa de "Jóia" foi proibida pela polícia federal e Caetano Veloso está sendo processado. A gravadora Philips informa que a causa de tudo foi a presença de Moreno, o filho do cantor. Os pseudo-analistas de Brasília acharam que o menino poderia "ficar traumatizado" ao ver seu corpo nu exposto ao público. Atentado ao pudor. Convenhamos que é demais para acreditar: o disco custa Cr\$ 50,00 o que já elitiza seu consumo. Quer dizer: o público que compra um disco de Caetano é de nível de informação bastante "desenvolvido".

O conceito de nu como atentado a pudor é ridículo. Nada desprestigiou tanto o conceito brasileiro nos centros culturais mais adiantados do que a notícia da proibição das gravuras eróticas de Picasso. Arte é arte, gente. Ninguém com uma estrutura mental sadia, pode ficar excitado com a capa de "Jóia". Não é preciso fazer nenhum curso para sacar isso. Assim esse processo contra Caetano Veloso é uma coisa triste por todos os lados. Menos para a carreira do disco: muita gente está comprando o disco com a nova capa, também muito bonita.

Cantando bem

Nesses dois discos, o grande mérito é do cantor. Caetano Veloso está se revelando um dos maiores intérpretes do show-biz nacional. Com uma carga emocional bem dosada, voz perfeitamente afinada com os instrumentos, o baiano dá um banho de interpretação.

Isso é muito bom, porque nós estamos precisando de bons intérpretes. Assim é hora de curtir a voz de Caetano. Grandes momentos de interpretação em "Jorge de Capadocia" (Jorge Ben) e na antológica "Na asa do vento", de Luiz Vieira e João do Valle. Um senhor cantor. Para todas as platéias. Inclusive os andróginos, por que não? Dá até graça ver a santa inquisição nas páginas da Última Hora com toda sua carga de preconceitos. Aliás parece que está pintando um novo Tinhorão, atendendo pelo nome de Armino do Branco. Só que o Tinhorão é um cara inteligente. Radical mas inteligente. E é respeitado. Eu pelo menos, apesar de discordar dele em muita coisa (e bota muita coisa nisso) tenho o maior respeito por ele. Quanto ao supracitado Armino do Branco, nem aqui nem em Lisboa...

Quando as pessoas ficam cobrando posições das outras, demonstram um tipo de sectarismo que não está com nada. Criticar a roupa da platéia de Caetano é atitude tão lamentável quanto a proibição de uma capa. A mim importa que Caetano esteja cantando. E ele está numa ótima fase. Criando com música, recolhendo no todo-dia, a poesia de cada dia, como no verso de Oswald de Andrade que Caetano musicou ("Escapulário"). Isso é o que importa. O resto é qualquer coisa.

ANTÔNIO OSÉAS

TEATRO

UM ESPELHO DO REAL

Fauzi Arap, consagrado ator e diretor, estréia como autor teatral. Sua peça, «Pano de Boca», está no teatro Gláucio Gil, recebendo ótimas platéias e o apoio da crítica. Nesta entrevista, ele fala de sua experiência profissional, planos, acertos e derrotas, de quem vive na intimidade do pano de boca.



Pano de Boca:
os bastidores teatrais expostos
ao público

C - O que interessa na vida a Fauzi Arap?

FA - Compreender.

C - O que representa para você o exercício do teatro?

FA - Um instrumento de investigação e de aproximação do outro. E de mim mesmo. E o teatro é a arte onde isso fica mais cristalino: o quanto o outro reflete você e o quanto você reflete o outro; e o teatro é a arte exatamente desse emaranhado de fantasias. Raramente se vive alguma coisa que não seja ficção. E estou chamando de ficção, você não tocar, você não se relacionar efetivamente com o outro mas com uma fantasia sua.

C - Por que esteve tanto tempo sem fazer teatro?

FA - Nesse espaço de tempo fiz «Rosa dos Ventos», e fiz «Cena Muda», dois trabalhos que podem ser chamados teatro. A estrutura do show «Rosa dos Ventos», particularmente, me valendo daquilo que sei sobre dramaturgia e sobre as leis que regem o espetáculo teatral.

«Rosa dos Ventos» representava o "personagem" Maria Bethânia. Eu não sou o autor do personagem, é claro... Mas meu encontro com Bethânia em Rosa dos Ventos foi uma espécie de reportagem musical encantada, foi um teatro do show, um teatro. Aliava-se à extraordinária presença teatral dela, uma estrutura de espetáculo onde todas as suas facetas podiam ser reveladas. Ela sendo ela mesma, mergulhando fundo, e, mostrando suas contradições, tocava alguma coisa universal e que incluía a todos.

Durante este mesmo período de afastamento trabalhei com a dra. Nise da Silveira, fiz um laboratório no teatro Gláucio Rocha e escrevi três textos teatrais. O terceiro dos textos, «Pano de Boca» está em cartaz no teatro Gláucio Gil. Então, eu não estive exatamente afastado do teatro.

C - O que marcou para você as peças que dirigiu?

FA - Nunca planejei ser diretor e nem ser autor e nem nada disso. Tudo foi acontecendo mais ou menos ao acaso. Comecei a dirigir teatro porque não conseguia mais representar. Representar tornou-se uma tortura. O aspecto profissional da carreira do ator o obriga a uma autoviolentação constante. Quando comecei a dirigir pude compreender melhor meus vícios de ator, minha cegueira de ator... A própria função de dirigir no teatro dá, naturalmente, uma visão melhor do todo. Quando se lembra da existência de psicodrama, da arte utilizada como instrumento de cura, pode-se compreender melhor o que estou dizendo.

Intuitivamente o ator busca a atividade que corresponde a um equilíbrio que ele busca para as suas fantasias e seus desejos impossíveis e tantos... Ele não se contentaria em viver uma só vida e viver mais de uma, fora do palco. Seria a loucura. Eu quero dizer, no próprio fato de se aproximar do teatro, há um impulso intuitivo de buscar o equilíbrio numa atividade que corresponda a seus desejos e fantasias etc, etc. A "profissionalização" o chama de volta à mesma realidade que o faz reencontrar o próximo, mas exercendo um novo papel no mundo. E essa profissionalização quando ele não quer se divorciar da razão primeira que o aproximou do teatro faz com que ele entre naturalmente em conflito consigo: e eu resolvi os meus conflitos naturais de "crescimento profissional" à minha maneira... dirigindo e escrevendo.

C - O seu texto (Pano de Boca), o que pretende com ele?

FA - Quando se fala sobre si mesmo, sem censura, se está falando sobre tudo e sobre todos. Cada um reflete, como um espelho, o todo. Não é preciso falar contra, para ser a favor. Falar contra, dá uma

ilusão de se estar combatendo e transformando, mas é ilusão. Cada um reflete como um espelho o todo, mas somente se não se engaja nesse todo, se consegue olhar as coisas com impessoalidade.

C - De seu trabalho no Engenho de Dentro, com a dra. Nise o que interessa mais você informar ao público?

FA - Eu não trabalhei exatamente no Engenho de Dentro, eu trabalhei com dra. Nise da Silveira, na Casa das Palmeiras, uma casa pra convalescentes que ela criou. Dra. Nise desenvolveu um trabalho maravilhoso que aponta, me parece, uma direção, um sentido, em que a arte deveria fatalmente se desenvolver: um critério científico dentro da própria arte. Tal critério, que poderia aferir a arte, seria a verdade. Essa verdade "absoluta" existe? Existe sim. E a evidência de que se está sendo verdadeiro ou não, é a "cura". O encontro de "arte" com "ciência", é, ou seria, uma redescoberta de um sentido religioso da vida.

C - Quais seriam suas perspectivas futuras?

FA - Eu ainda estou me habituando com o papel de autor. Esse período de estréia e convívio com muita gente em contraponto com um "retiro" em que eu vinha vivendo, está funcionando como uma espécie de férias. E depois disso, eu ainda não me recolhi, não me reencontrei, não sei exatamente qual será o balanço ou a conclusão ou a decisão que tomarei.

Sinto um desejo de trabalhar junto das pessoas. Por temperamento, tenho vivido um pouco afastado, mas paradoxalmente eu sinto uma necessidade grande de convívio. E o fato de ter escrito uma peça que fala também sobre o teatro me lembrou de tudo que aprendi com Augusto

Boal e sinto atualmente um desejo de repartir essa experiência...

C - O viver cotidianamente o teatro, como vê isso, por exemplo, em termos econômicos?

FA - As pessoas, algumas, têm-se referido, na imprensa, a um grilo meu com a palavra profissional. Eu não tenho grilo nenhum com ser "profissional". Mas a arte é uma profissão específica, com suas leis. A minha experiência individual me revela que quanto mais fiel sou à minha verdade e quanto mais me aprofundo no meu trabalho, melhor remunerado eu sou. Há, sim, no meu caso pessoal, pelo menos, uma correspondência entre ser verdadeiro e ser "profissional".

Então, quando escuto que ser "profissional", a profissão, cria problemas que impedem a criação etc, isso me espanta e me soa como desculpa de um não-aprofundamento nesse mesmo trabalho. O teatro, como profissão, na medida em que não pode exercer sua especificidade de encontro vivo e ao vivo com as pessoas, ele vive amarrado. Deveria ser possível e permitido improvisar livremente no palco.

Meu texto incorpora uma linguagem quebrada que é a linguagem de nossa época. Aquilo que os diretores-autores andaram fazendo em tempos recentes, eu incorporei ao texto como uma tentativa de síntese no plano da superfície do bom-senso e de cada coisa no seu lugar. Espontaneamente, utilizei chanchada, teatro do absurdo e melodrama e drama psicológico. Tudo junto.

Entrevista concedida
a GILSON DE MOURA



IMPORTA COMPRA VENDE TROCA FINANCIA

AGÊNCIA NOVA ATLÂNTICA AUTOMÓVEIS LTDA

Av. Atlântica, 1588-Loja
Copacabana Rio

Telefones 255-2729
257-4972

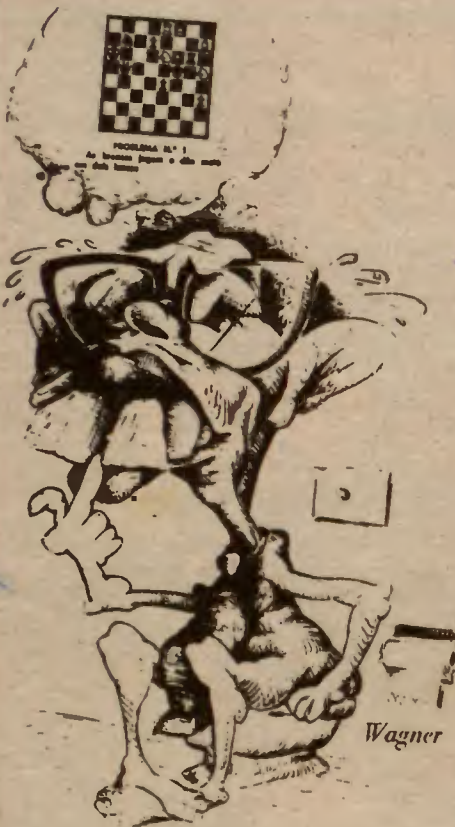
BRAGA'S BELEZA TAMBEM E SAUDE



O Braga's foi pioneiro no Brasil e continua na liderança, com o mais completo salão de estética masculina. Uma equipe de profissionais composta de cabeleireiros, esteticistas e calistas, está à disposição do homem moderno no centro do Rio de Janeiro. Do tratamento dos cabelos à limpeza de pele, o Braga's cria um novo Homem.

BRAGA'S O PONTO DE ENCONTRO DA ELEGÂNCIA MASCULINA

Avenida Rio Branco, 156 - S/loja 240 e 246 - Ed. Av. Central
Telefone 231-0490 - Rio de Janeiro RJ



XADREZ

OS CAROS CAPRICHOS DE MECKINHO

Dessa forma já esteve no Rio no tempo do general Gastão da Cunha, em São Paulo no tempo do Márcio Elísio de Freitas e do Luiz Tavares e atualmente está no Ceará, sob a presidência de Luiz de Campello Gentil, rico industrial da lagosta e de tradicional família cearense.

Agora, utilizando o argumento de que a CBX está muito afastada dos principais centros enxadrísticos nacionais, dirigentes das Federações do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e São Paulo enviaram representação ao Conselho Nacional dos Desportos pedindo a modificação do parágrafo II dos estatutos da CBX, o que permitiria então sua transferência para Brasília.

A questão foi decidida em assembleia recentemente realizada em Fortaleza, e o tal parágrafo acabou sendo eliminado. Na ocasião ficou também decidido, por proposta da federação mineira, que seria solicitado ao CND autorização no sentido de que a transferência fosse feita para o Rio. Funcionando em Brasília só tem mesmo a Confederação Brasileira de Automobilismo.

Guerra à diretoria

Nessa história toda fica evidenciado o grande empenho de dirigentes e ex-dirigentes das federações citadas (entre as quais deve-se incluir a do antigo Estado da Guanabara) em tirar a CBX das mãos de sua atual diretoria. E é curioso constatar que dessas federações duas sofreram intervenções recentes em decorrência de uma série de irregularidades. Os mesmos elementos desenvolveram até bem pouco tempo atrás uma larga manobra de bastidores no sentido de que o NCD interviesse na CBX.

A campanha, encabeçada pelo jogador Henrique Mecking, o popular Mequinho, só não alcançou seu objetivo devido a reação de alguns círculos enxadrísticos que reconhecem o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela CBX. Um dos que foram contra a ideia da intervenção foi o ministro do Interior, Rangel Reis, um excelente enxadrista. Outro fator que contribuiu para o fracasso da tentativa de intervenção foi o fato de Mequinho estar com sua imagem bastante desgastada, em razão de alguns lamentáveis episódios de que foi pivô durante a última olimpíada aos quais o mestre internacional Helder Câmara classificou de "traição às cores nacionais".

A CBX, no decorrer de sua permanência em Fortaleza, alcançou

Ressurgiram recentemente as discussões sobre a permanência da Confederação Brasileira de Xadrez no Ceará. Os adeptos da mudança invocam o decreto 3199, segundo o qual as confederações esportivas devem ter suas sedes na capital do País. Mas de acordo com cláusula estatutária da CBX a sede da entidade deveria funcionar onde residisse seu presidente.

posição de destaque tanto internamente como no exterior. A realização no Brasil de provas como o VIII Torneio Zonal Sul-Americano, em 1972, e do Interzonal de Xadrez em 1973, é a evidência do bom trabalho que vinha sendo desenvolvido.

Ronald Camara, 49 anos, três filhos, advogado, funcionário do Banco do Brasil e vice-presidente técnico da CBX, acha que não tem sentido falar em problema de distanciamento geográfico numa época em que o Brasil assume uma posição de destaque no setor das comunicações. Mesmo porque a CBX tem representantes em outros Estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, residem dois de seus vice-presidentes.

Uma nova CBX

Ronald, que também é ex-campeão brasileiro de xadrez e árbitro internacional da Fide (Federation Internationale des Echecs), esclarece que atualmente o calendário da CBX vem sendo rigorosamente cumprido, respeitando-se sempre os direitos adquiridos dos jogadores classificados nas diversas provas nacionais, o que não ocorria antigamente (certamente referindo-se a uma época em que muitas vezes a escalação de um jogador para competir no exterior era feita a dedo, obedecendo-se nesses casos a critérios políticos e preterindo-se jogadores legalmente classificados nas competições de acesso).

Acostumado com as críticas que freqüentemente lhe são feitas, acha que criou ao longo dos anos uma espécie de "carapaça de rinoceronte" que permite agüentar os golpes de seus adversários. O temperamento polêmico parece ser uma característica da família: ele e o irmão Helder são sobrinhos do arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara.

Homem para quem o xadrez é coisa séria, Ronald tem criado muitos inimigos entre aqueles que pensam que o xadrez brasileiro poderá subsistir à base de acordos entre cavalheiros. Sua figura con-

funde-se com a da própria CBX. É como se o próprio presidente Luiz Gentil não existisse. Aliás, essa situação não é tão recente e o jornalista Vitor Pinto, ex-redator de xadrez do jornal Folha da Manhã de Porto Alegre, tem uma explicação. Segundo ele, os três últimos presidentes da CBX foram eleitos pelo critério fundamental: ser milionário. O primeiro dos três, Márcio Elísio de Freitas, abandonou a CBX para se dedicar mais às suas indústrias. O segundo, Luiz Tavares, pensou que todos lhe ficariam agradecidos pelo dinheiro que tirava do bolso para dar ao xadrez. "Assim", diz Vitor Pinto, "no momento em que fez besteira e a turma caiu em cima, irritou-se com tudo e todos. Quando tirou do bolso do colete a equipe nacional para a Olimpíada de Lugano (1968), movi-lhe uma guerra sem quartel através de um jornal do sul. Foi uma briga linda que obrigou definições em todo o país e que pelo menos serviu para evitar novos convites pessoais para os torneios internacionais seguintes. Desde então há um cuidado metódico da CBX em seguir com rigor o "ranking".

A exemplo dos dois antecessores, Gentil não tem primado pela presença em questões fundamentais do xadrez nacional, mais preocupado com seus negócios e viagens particulares ao exterior. Numas das poucas ocasiões em que deu o ar de sua graça, os resultados foram desastrosos: o caso recente da intervenção na federação paulista, quando cedeu a pressões de elementos ligados à parte contrária (um dos quais ex-presidente da CBX) e propôs ao interventor que nomeara pouco antes a renúncia para que outro ocupasse seu lugar.

O interventor - no caso o advogado paulista João Miguel, presidente da Academia de Xadrez Capablanca - negou-se, afirmando que só sairia se fosse destituído. Gentil ficou então na contingência desagradável de ter que destituir, sem nenhum pretexto razoável, a quem há pouco havia solicitado o desempenho de tarefa difícil e espinhosa. Além da medida ter re-

percutado mal, fora e dentro da própria CBX, a mudança não foi para melhor.

Prestígio mundial

Num contexto desses é natural que Ronald Camara despontasse como figura de proa da CBX. Ele é responsável por algumas das maiores conquistas para o xadrez brasileiro junto à Federação Internacional. Não obstante, o conhecido Mequinho o vem atacando sistematicamente. Já na ocasião do VIII Torneio Zonal Sul-Americano (São Paulo, 1972), Mequinho havia dito que a indicação de Ronald para atuar como um dos juizes poderia prejudicar o andamento da competição. Acusou-o de intranquilo, agressivo e perturbador e colocou em dúvida sua capacidade para atuar num torneio de tal categoria.

Ronald, alguns anos antes, havia criticado a irregular atuação de Mequinho no zonal de Mar del Plata. Em 1972, Mequinho foi o vencedor do zonal e seus ataques se revelaram infundados. Diga-se de passagem que o fato de ter sido recentemente eleito para a presidência da Zona 8 da Fide (que compreende os países da América do Sul) reflete o grande prestígio internacional que tem Camara. Foi esse prestígio que lhe permitiu trazer para o Brasil o interzonal (disputado em Petrópolis, tendo Ronald como um dos árbitros e ganhado por Mequinho) e lhe valeu a inclusão do nome, como árbitro internacional, numa lista de juizes que seriam escolhidos para arbitrar o match Fischer-Karpov (que acabou não se realizando).

Os caprichos de Mequinho

As acusações de Mequinho são, na verdade, de caráter muito mais passional do que qualquer outra coisa. No caso da transferência da sede da CBX (argumento que Mequinho passou a usar sistematicamente depois que as ideias de intervenção fracassaram), notava-se que a preocupação maior era se ver livre de um incômodo adversário, ou pelo menos desmoralizá-lo. Na época, logo após os incidentes da Olimpíada de Nice, o público enxadrista de um modo geral estava indignado com as atitudes de nosso melhor jogador no exterior, as quais foram minuciosamente expostas no relatório do chefe da delegação. Este inclusive teve de ceder seus aposentos para Mequinho que, chegando a Nice com dois dias de atraso, desejava um quarto com duas camas para ficar com seu acompanhante, Abaeté Ramalho Valverde, figura total-

mente desconhecida nos meios enxadrísticos.

Antes que a ideia de sua suspensão do xadrez brasileiro (e por extensão do xadrez internacional, já que a Fide não permite participar de competição internacional o jogador que esteja suspenso em sua federação de origem) tomasse vulto, e sem argumentos razoáveis para contestar, Mequinho lançou mão de sua técnica predileta nesses casos: desmoralizar seus acusadores.

A resposta foi dada por Ronald num jornal cearense. Eis alguns tópicos.

"Realmente Mequinho vem fazendo uma campanha sistemática contra os atuais dirigentes da CBX e ele tem toda razão para agir dessa maneira. Além de ser, sob o ponto de vista técnico, o melhor enxadrista nacional, é também um sagaz mercenário que trata de obter por todos os meios, mesmo os mais escusos, vantagens para si, encontrando na atual direção da CBX uma barreira às suas pretensões. Essa divergência atingiu o clímax por ocasião do campeonato mundial por equipes, realizado em Nice no ano passado. Seu procedimento antiesportivo e antipatriótico ficou patenteado nessa olimpíada. Enquanto a delegação brasileira não teve ajuda de custo, Mequinho ganhou a bagatela de Cr\$ 37 mil e jogou apenas três partidas (uma vitória e dois empates), significando isto em dizer que os dois pontos que ele fez foram talvez os mais regamente pagos de toda a história do xadrez mundial". (Ao voltar ao Brasil Mequinho devolveu ao DED Cr\$ 7 mil; como sua estada foi totalmente paga pela federação francesa, Mequinho embolsou os restantes Cr\$ 30 mil, aparentemente na surdina e na suposição de que isto não chegaria ao domínio público - N. do A.)"

Prossegue Ronald:

"E não obstante todo esse dinheiro obtido dos cofres públicos ele negou-se a defender uma classificação melhor para o Brasil, faltando ostensivamente em encontro decisivo para as nossas cores e fazendo com que ficassemos em péssima colocação deixando de figurar entre os finalistas... Agora mesmo ele pôs em prática um dos seus golpes habituais. Foi convidado para participar do Torneio Internacional de Las Palmas, na Espanha. Recebeu dos promotores do certame passagem aérea, ajuda de custo e diárias. Pois bem, pleiteou e conseguiu ajuda oficial para o mesmo fim, ou seja, antes de começar o torneio já tinha "embolsado" mais de Cr\$ 20 mil. Isto é, mais do que o prêmio destinado ao primeiro lugar e isento de imposto de renda ou qualquer ônus..."

Tiro pela culatra

É preciso acentuar que a CBX, apesar de toda essa campanha solerte, jamais procurou criar dificuldades à carreira enxadrística de Mequinho.

Mas será que Mequinho e outros opositores da Confederação Brasileira de Xadrez lavraram realmente um tento? O escritório da CBX no Rio de Janeiro será instalado em setembro ou outubro. Para dirigi-lo foi convidado (pelo próprio Ronald Câmara) o veterano enxadrista fluminense Washington de Oliveira. Ele aceitou o cargo com a condição de que Ronald não renunciasse à vice-presidência da CBX, por achar que o excelente trabalho iniciado por Câmara no setor internacional não pode ser interrompido.

Washington, que também é membro da diretoria da CBX, "não pretende botar panos quentes nas questões surgidas, como faz o Gentil". Ele pretende colocar em prática uma série de medidas moralizadoras para o xadrez brasileiro, e explica: "Os nossos jogadores estão mal acostumados e só visam os próprios interesses". A julgar por estas palavras, a vinda da CBX para o Rio será para Mequinho & Cia. um autêntico "tiro pela culatra".

A. P. SANTOS